

Margarida Sobral Neto

Problemática do Saber Histórico



2.^a edição
novas perspetivas
mais conteúdos

Guia de Estudo

Palimage
Imagem Palavra



Margarida Sobral Neto nasceu em Sernancelhe. Fez os estudos secundários em Lamego, no Liceu Latino Coelho. Licenciou-se em História e doutorou-se em História Moderna e Contemporânea na Faculdade

de Letras da Universidade de Coimbra.

É professora associada com agregação da mesma Faculdade. É membro Correspondente da Academia Portuguesa da História. Integra o Centro de História da Sociedade e da Cultura. Coordena o Centro de Estudos de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut (CEHLR) em Penela. É consultora da Rede *Proprietas*; membro da *Société d'Études Rurales*; da REPORT(H)A e sócia fundadora da *Associação de História Económica e Social*.

Tem lecionado cadeiras de licenciatura, mestrado e doutoramento. Coordenou o mestrado em História e colabora na coordenação do mestrado em Política Cultural Autárquica. É diretora da *Revista Portuguesa de História* e coordena a coleção Raiz do Tempo da editora Palimage.

Entre as suas publicações destacam-se os livros: *Terra e Conflito. Região de Coimbra (1700-1834)*, Coimbra: Palimage, 2ª edição, 2018 (em eBook) *Tocha. Uma História com futuro*. Coimbra: Palimage 2013; *Informações Paroquiais e História Local. A diocese de Coimbra*. Coimbra: Palimage, 2013 (em coautoria); *D. Isabel de Portugal. Imperatriz Perfeitíssima (1503-1539)*. Lisboa: QUIDNOVI, 2011; *O Universo da Comunidade Rural (Época Moderna)*, Coimbra: Palimage/CHSC, 2010 (Prémio Laranjo Coelho da Academia Portuguesa da História); *As Comunicações na Idade Moderna* (Coord.), Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005; *Terra e Conflito. Região de Coimbra (1700-1834)*, Viseu: Palimage, 1997; os capítulos de livros: “Conflict and decline, 1620-1703”. In FREIRE, Dulce; LAINS, Pedro (dir.), *An agrarian history of Portugal. Economic development on the european frontier*. Leiden/Boston : BRILL. 2017, pp. 101-131; “Propriedade e usos comunitários e sustentabilidade das economias camponesas (Olhares historiográficos)” em Inês Amorim e Stefania Barca (org.), *Atas do I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona*, col. Cescontexto, n.º 1, março, 2013, pp. 134-144; “A crise da agricultura portuguesa no século XVII”. In Álvaro Garrido, Leonor Costa Freire e Luís Miguel Duarte (dir), *Economia, Instituições e Império* (estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Coimbra: Almedina, 2012, p. 263-

277; “Os correios na Idade Moderna”. In *As Comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005. pp. 9-74. “Biens et usages communaux au Portugal (1750-1950)”. In DEMÉLAS, Marie-Danielle; VIVIER, Nadine (dir.) – *Les propriétés collectives face aux attaques libérales (1750-1914): Europe occidentale et Amérique latine*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2003, pp. 175-194; « La contestation anti-seigneuriale au Portugal à l'époque moderne ». In G. Brunel et S. Brunet (ed.), *Les luttes anti-seigneuriales dans l'Europe médiévale et moderne*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2009, pp.149-166; “O papel da mulher na sociedade portuguesa seiscentista. Contributo para o seu estudo”. In FURTADO, Júnia (org.) – *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*, Belo Horizonte: UFMG, 2001, pp. 25-44 e os artigos em Revistas: “La difusión del cultivo de la patata en Portugal, siglos XV-XIX”, in *Obradoiro de Historia Moderna*, N.º 27 (2018), pp.113-138; – Historiografia portuguesa da época moderna. In *Revista Teoria da História*, Vol. 17, n.º1 (2017), pp. 124-146; ISSN: 2175-5892. “O foral manuelino de Viseu: ‘por lei e privilégio’. A força do poder local em tempos ditos de centralização”, *Revista Beira Alta* (Número especial comemorativo dos quinhentos anos da outorga do foral manuelino a Viseu), 2013, pp. 19-66; “Conflicts entre entités seigneuriales et municipalités à propos des communaux”, *Revue du Nord*, 18, 2013, pp. 179-182; “O Foral Manuelino de Porto de Mós”, *Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 6 (2006), pp. 155-176; “O sistema de comunicações na idade moderna e o processo de construção do “Estado moderno”. *Códice*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações. N.º 2, ano VIII, série II (2005), pp. 34-45; “Relações de poder entre uma casa senhorial e uma comunidade rural na época Moderna: a resistência dos moradores de Arcozelo ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”. *Revista Portuguesa de História*, 36, vol. 2 (2002-2003), pp. 297-317; “Motins Populares na Gândara em 1778”. In *Maria da Fonte – 150 anos: 1846/1996, Actas do congresso*. Póvoa do Lanhoso: Câmara Municipal, 1996, pp. 185-194; “Introdução e expansão da cultura da batata na região de Coimbra (séc. XVII–XIX)”. *Revista Portuguesa de História*, 29, (1994), pp. 55-83; “A população de Mira e a desamortização dos baldios na segunda metade do séc. XIX”. *Revista Portuguesa de História*, 19, (1981), pp. 15-58.

Problemática do Saber Histórico

– Guia de estudo –

2.^a edição

novas perspetivas

mais conteúdos

Título: *Problemática do Saber Histórico – Guia de estudo*

Autora: Margarida Sobral Neto

Capa: Palimage s/ *Tomada da Bastilha* de
Jean-Pierre Houël, 1789, Aguarela, BNF

© 2016 Margarida Sobral Neto

Direitos reservados por Terra Ocre, Lda.

Edição: Palimage

Apartado 10032

3031-601 Coimbra

palimage@palimage.pt

www.palimage.pt

1.^a edição:

dezembro de 2013

ISBN: 978-989-703-075-8

Depósito Legal n.º: 369049/13

2.^a edição

outubro de 2016

ISBN: 978-989-703-158-8

Depósito Legal n.º: 414673/16

Paginação e *design*: Pedro Bandeira

Impressão: Artipol – Artes Tipográficas, Lda.



PALIMAGE É UMA MARCA EDITORIAL DA TERRA OCRE EDIÇÕES

Margarida Sobral Neto

Problemática do Saber Histórico

– Guia de estudo –

2.^a edição
novas perspetivas
mais conteúdos

Coimbra | 2016

Aos meus alunos

“Amo a História. Se não a amasse não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma à profissão, cumprida sem amor; reservar a outra à satisfação das necessidades profundas – algo de abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência.”

Lucien Febvre.

INTRODUÇÃO

Este livro baseia-se numa experiência já longa de docência em disciplinas situadas no campo da iniciação, nomeadamente *Teoria das fontes e problemática do saber histórico, Introdução à História, Problemática do saber histórico*.

Trata-se da segunda edição – com novas perspectivas e mais conteúdos – de uma primeira que tinha sido concebida apenas para alunos do curso de História. Esta edição colige ensinamentos decorrentes da experiência de lecionação, no ano de 2015/16, da unidade curricular *Tempo, Espaço e Memória: iniciação ao pensamento histórico* frequentada por alunos de diversos cursos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

É um **guia de estudo** que visa fornecer aos estudantes um enquadramento de diversos temas considerados fundamentais para uma cadeira de iniciação ao pensamento histórico, enquadramento sustentado em bibliografia, apresentada no corpo do texto e em notas de rodapé, cuja leitura permitirá aos estudantes, neste caso de vários ciclos, aprofundar as matérias sintetizadas. Este guia baseia-se em leituras de uma vasta bibliografia e numa prática de investigação.

O livro organiza-se em 10 pequenos capítulos. No primeiro, esclarece-se o conceito de *história* bem como de outros com ele relacionados; o segundo ousa entrar no campo da epistemologia histórica, campo pouco trilhado por historiadores de ofício mas incontornável para conhecer os discursos sobre a natureza do conhecimento histórico e os contextos em que foram produzidos, bem como para situar a ciência histórica no campo científico atual, nomeadamente no das ciências sociais e das humanidades, aspeto abordado de forma mais específica no 3.º capítulo. A ciência histórica atual é herdeira de um património metodológico e teórico construído por historiadores de ofício bem como por pensadores. O capítulo 4.º é dedicado à apresentação dos marcos, considerados mais relevantes, desse longo processo de construção do ofício do historiador. Do 5.º ao 8.º capítulo

abordam-se alguns campos de análise historiográfica, os “territórios” do historiador onde se produziu parte do conhecimento que temos hoje do passado.

Os capítulos 9.º e 10.º são dedicados a dar algumas respostas à pergunta clássica “para que serve a História?”. Invocamos os usos e abusos ideológicos das leituras do passado e registamos o papel da ciência histórica na construção de uma consciência crítica do tempo, do passado e do presente, e a sua função no planeamento de futuros mais amigos da humanidade.

No final, após a conclusão, publica-se o *Manifesto História A Debate* e apresenta-se uma Bibliografia, organizada por temas.

1. HISTÓRIA: O CONCEITO

O que significa a palavra história? “A palavra ‘história’ (em todas as línguas românicas e em inglês) vem do grego antigo *historie*, em dialecto jónico. Esta forma deriva da raiz indo-europeia *wid-*, *weid*, ‘ver’. Daí o sânscrito *vetas* ‘testemunha’ no sentido de ‘aquele que vê’. Esta concepção da visão como fonte essencial do conhecimento leva-nos à ideia de que *histor* ‘aquele que vê’ é também aquele que sabe; *historein* em grego antigo é ‘procurar saber’, ‘informar-se’. *Historie* significa pois “procurar”. É este o sentido da palavra em Heródoto, no início das suas Histórias que são “investigações”, “procuras”¹.

Saliente-se que a palavra história pode ser utilizada em três acepções: o objeto da procura, a *realidade história* (a vida dos homens ao longo do tempo – *res gestae* na terminologia de Hegel); o resultado da procura, o *conhecimento histórico* (conhecimento da vida dos homens ao longo do tempo – *historia rerum gestarum* na terminologia de Hegel) e a área do saber ou ciência que se dedica ao estudo da vida dos homens ao longo do tempo: a História.

No âmbito da clarificação de conceitos referentes à ciência histórica impõe-se ainda definir: *historiografia* é um conceito que designa as obras elaboradas por historiadores relativas a temas históricos e que divulgam o conhecimento disponível; *filosofia da história* é o ramo da Filosofia ou da História que se dedica ao estudo dos pensadores (filósofos) que refletiram sobre o sentido da História (enquanto *res gestae*), caso de Bossuet, Voltaire, Hegel, Kant, Herder, Vico, Comte, Friedrich Nietzsche, Foucault...; *teoria da história* aborda os modelos interpretativos sobre a dinâmica histórica elaborados pela comunidade de historiadores. De notar, no entanto que, na prática, o campo da filosofia da história e da teoria da história é muitas vezes compartilhado.

¹ “História” in *Memória-História* (Enciclopédia EINAUDI), p. 158.

Finalmente cumpre invocar o conceito de *memória histórica*, que significa uma construção seletiva e, algumas vezes alterada, do passado de um grupo, de uma comunidade ou de uma nação². Trata-se de uma “representação” do passado que pode integrar informação resultante de uma investigação cientificamente conduzida, podendo conter igualmente ideias provenientes da tradição oral, bem como de discursos ideológicos. A memória tem um papel fundamental na configuração das identidades tendo sido particularmente vigiada pelos poderes ao longo do tempo.

² Para um aprofundamento deste conceito consultar, CATROGA, Fernando – *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

2. NOÇÕES BÁSICAS DE EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA

“A História é a relação, a conjunção, que a iniciativa do historiador estabelece entre dois planos da humanidade: o passado vivido pelos homens de outrora, e o presente em que se desenvolve o esforço de recuperação desse passado”.

Marrou, *Do Conhecimento Histórico*.

O conceito de epistemologia deriva das raízes gregas *episteme* (conhecimento) e *logos* (razão; princípio de inteligibilidade) e designa o estudo da natureza do conhecimento e da sua validade. O problema central da Epistemologia (também designada Teoria do Conhecimento, Gnoseologia ou Filosofia das Ciências) é o estudo da relação sujeito-objeto num processo de conhecimento.

A iniciação numa área do saber pressupõe uma reflexão epistemológica sobre o processo de construção desse mesmo saber, sobre a natureza e validade do conhecimento referente a essa área. No caso vertente, impõe-se perguntar: Quais são os intervenientes no processo de construção do conhecimento histórico? Qual é o papel do sujeito (historiador) e do objeto (a realidade histórica fixada em fontes) na relação de conhecimento? Como se processa a interação entre o historiador e as fontes na relação cognitiva? De que natureza é o conhecimento histórico: objetivo, subjetivo, intersubjetivo? Quais são as possibilidades e os limites do conhecimento da vida do homem ao longo do tempo? Como se avalia o conhecimento histórico vertido em publicações historiográficas?

O conhecimento histórico resulta da interação entre o historiador e as fontes (os vestígios de uma realidade passada ou contemporânea). Como se tem dito, ou enunciado, a natureza e o produto desse diálogo: o conhecimento histórico? Que discursos epistemológicos marcaram a História?³. É o que nos propomos abordar em seguida.

³ A obra de MARROU, I. H. – *Do Conhecimento histórico*, Editorial Aster, Lisboa, s. d., é um livro clássico, de leitura muito útil para os alunos. Recomenda-se a leitura dos I, II e III capítulos.

2.1. DISCURSOS SOBRE A NATUREZA DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

2.1.1. O paradigma positivista

A História é um dos campos mais antigos do saber, atribuindo-se a Heródoto a sua paternidade. A disciplina científica tal como hoje a concebemos é, no entanto, mais recente, afirmando-se no século XIX, período em que a História se institucionalizou, autonomizando-se como campo de docência universitária⁴. Na mesma época, a História obteve o reconhecimento do estatuto de ciência legitimado na solidez metodológica da crítica dos documentos, definida pela escola alemã (Niebuhr, Ranke, Mommsen), e na adoção do paradigma discursivo das ciências naturais, denominado positivista.

O discurso positivista (nem sempre coincidente com as práticas historiográficas) tem que ser compreendido à luz das circunstâncias em que foi produzido. Entre essas circunstâncias, destacam-se: as mudanças políticas, institucionais, económicas e sociais ocorridas na sequência das revoluções liberais; as reações ao Romantismo; a crença no progresso e o clima de otimismo científico vivido na centúria de oitocentos; o paradigma dominante de pensar o conhecimento e a ciência na segunda metade do século XIX⁵.

Num contexto em que se impunha o reconhecimento científico da História, produziu-se um discurso sobre o conhecimento histórico tendo como modelo o paradigma das ciências da natureza. O historiador francês Fustel de Coulanges, no prefácio da obra *História das Instituições políticas da antiga França*, escreveu um texto em sintonia com o discurso do paradigma

⁴ Sobre os sentidos epistémicos da evolução historiográfica ver: CATROGA, Fernando – *Caminhos do fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003.

⁵ Para uma contextualização dos discursos sobre o estatuto científico da História, cf. SANTOS, Boaventura de Sousa – *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1987; SANTOS, Boaventura de Sousa – *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Afrontamento, 1989. Para o estudo dos discursos epistemológicos sobre a História ver a obra clássica de SCHAFF, Adam – *História e verdade*. Lisboa: Estampa, 1977, 1.^a parte, cap. I e 2.^a parte, cap. I.

positivista no qual definiu a natureza da História, a sua metodologia e o papel do historiador no processo de construção do conhecimento.

“A História não é uma arte. É uma ciência pura. Ela consiste, como toda a ciência, em constatar os factos, analisá-los, juntá-los, estabelecer a ligação entre eles (...) O historiador não tem outra ambição senão ver bem os factos e compreendê-los com exatidão. Não é na sua imaginação ou na sua lógica que ele os procura; procura-os e atinge-os através da observação minuciosa dos textos,

como o químico encontra os seus em experiências minuciosamente conduzidas. (...) O melhor dos historiadores é aquele que fica mais perto dos textos, que os interpreta com mais fidelidade, que não escreve, e mesmo não pensa, senão de acordo com eles”.

Fustel de Coulanges, *História das Instituições políticas da antiga França*, t. III: a Monarquia franca, 1888, cap. I.

No processo de construção do conhecimento histórico atribuía-se, assim, um papel “passivo” ao historiador e “ativo” às fontes. Por sua vez, o conhecimento histórico dizia-se objetivo. Neste contexto, a afirmação atribuída ao historiador alemão Ranke segundo a qual competia ao historiador descrever os factos “tal como aconteceram” (*wie es eigentlich gewesen*) foi transformada em emblema da escola positivista, sendo comentada por muitos historiadores⁶.

O conceito de facto, entendido como um dado preexistente ao historiador, não resultando, portanto, da sua seleção e “construção”, tem, assim, uma matriz positivista marcando o discurso historiográfico ao longo do tempo.

Os propósitos de procura de objetividade, de imparcialidade e de “verdade” sustentados em factos fundamentados em “provas”, foram enunciados no editorial da *Revue Historique* criada em 1876 (um dos principais órgãos da escola positivista também designada como metódica), como critérios de seleção dos artigos a publicar.

⁶ Sobre as concepções de História de Ranke ver: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) – *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979.

No mesmo editorial encontramos a proclamação do distanciamento do historiador em relação às teorias políticas ou filosóficas, o que implica a necessidade de distinguir duas formas de positivismo: o filosófico de Comte, e de outros autores, e o “empírico” praticado pelos historiadores “metódicos”.

“Pretendemos permanecer independentes de qualquer opinião política e religiosa; a lista dos homens eminentes que quiserem conceder o seu patrocínio à *Revista* prova que julgamos este programa realizável. Eles estão longe de professar todas as mesmas doutrinas em política e em religião e pensam que a História pode ser estudada em si mesma, e sem se preocupar com as conclusões que podem ser tiradas a favor ou contra esta ou aquela crença. Sem dúvida que as opiniões particulares influenciam sempre numa determinada medida a maneira como se estuda, como se vê e

como se julgam os factos ou os homens. Mas devemos esforçar-nos por afastar estas causas de prevenção e de erro para só julgarmos os acontecimentos e os personagens em si mesmos. Admitiremos aliás opiniões e apreciações divergentes, com a condição que sejam apoiadas em provas, seriamente discutidas, e em factos, e que não sejam simples afirmações. A nossa *Revista* será sempre uma colectânea de ciência positiva e de livre discussão, mas encerrar-se-á no domínio dos factos e permanecerá fechada às teorias políticas ou filosóficas”.

Revue Historique, 1876.

Como se desenvolverá mais à frente, a escola positivista trouxe um contributo muito relevante, e positivo, para a definição de uma investigação histórica cientificamente conduzida, nomeadamente através da sistematização de um método crítico. A ela devemos também a distinção clara entre hipóteses, opiniões e factos, regra da boa história nem sempre seguida em textos “históricos” atuais.

2.1.2. Paradigmas anti-positivistas

Os acontecimentos ocorridos na primeira metade do século xx no campo da ciência (com particular destaque: as novas teorias científicas de Einstein e as suas aplicações práticas) alteraram a forma de pensar o conhecimento científico.

Por sua vez, novas experiências históricas (a primeira e a segunda guerras mundiais, os impactos da crise de 1929, os bombardeamentos de

Hiroshima e Nagasaki) provocaram um sobressalto nas formas de pensar a evolução histórica, nomeadamente nas marcadas pela ideia de progresso concebido como um processo de aperfeiçoamento linear e contínuo.

Neste contexto, os historiadores sentiram necessidade de atualizar o discurso sobre o conhecimento histórico bem como sobre as práticas historiográficas.

2.1.2.1. *Discursos da Escola Francesa*

Na desconstrução do discurso positivista referente ao processo de construção do conhecimento histórico, nomeadamente no que concerne aos propósitos de objetividade do historiador e à natureza do conhecimento histórico, destacam-se alguns historiadores franceses, caso de Marrou que demonstrou a impossibilidade de apreensão e descrição da vida dos homens ao longo do tempo “tal como tinha acontecido”, nos seguintes termos:

“É preciso declarar convictamente: o historiador não se propõe como tarefa (supondo mesmo que tal seja concebível sem contradição) reanimar, ressuscitar o passado. Tudo isto não passa de metáforas. Claro que, em certo sentido, ele traz de novo para a existência do presente alguma coisa que, tornada passado, deixara de ser, mas, tornando-se história, sendo conhecido, o passado não é simplesmente reproduzido tal qual tinha sido presente. Ainda sem falar das inúmeras transformações (por transposição, deformação ou selecção) que o tenham feito sofrer manipulações por meio das quais a razão histórica haja elaborado o seu conhecimento, baste-nos, por ora, acentuar que o passado assumido pela história se acha, por isso mesmo, afectado de uma qualificação específica: é conhecido

enquanto passado. Quando ele era real, era bem diferente, para os seus autores, para os homens que o viviam. Para eles, era presente, ou seja ponto de aplicação de um buliçoso feixe de forças que faziam surgir do futuro incerto esse imprevisível presente em que tudo era um movimento em-devir [...].

Esse passado, quando era presente, era como o presente que neste momento vivemos, isto é, algo de pulverulento, confuso, multiforme, ininteligível: uma rede intrincada de causas e efeitos, campo de forças imensamente complexo, que a consciência do homem, quer como actor, quer como testemunha, se mostra incapaz de captar na sua realidade autêntica [...].

Henri-Irénée Marrou, *Do Conhecimento Histórico*, Rei dos Livros, Lisboa, s.d., pp. 40-49.

Por sua vez, Marc Bloch chamou a atenção para a necessidade de atualizar o discurso epistemológico sobre a História na primeira parte da obra *Métier d’Historien ou Apologie pour l’Histoire*⁷, traduzida em português com o título *Introdução à História*, da qual publicamos um expressivo extrato.

“As gerações imediatamente anteriores às nossas, das últimas décadas do século XIX e dos primeiros anos deste, viveram como que alucinadas por uma imagem muito rígida, uma imagem verdadeiramente comtiana das ciências do mundo físico. Alargando ao conjunto das aquisições do espírito esse esquema prestigioso, parecia-lhes não poder existir conhecimento que não conduzisse, mediante demonstrações, logo irrefutáveis, a certezas formuladas na forma de leis imperiosamente universais. [...] Ora a nossa atmosfera mental já não é a mesma. A teoria cinética dos gases, a mecânica einsteiniana, a teoria dos quanta alteraram profundamente a ideia que ainda ontem toda a gente formava da ciência. Não a apoucaram. Mas tornaram-na mais flexível. Substituíram, em muitos pontos, o certo pelo infinitamente provável; o rigorosamente mensurável pela noção de eterna relati-

vidade da medida. [...] Estamos portanto doravante muito mais preparados para admitir que um conhecimento merece o nome de científico ainda que não seja susceptível de demonstrações euclidianas ou de imutáveis leis de repetição. Aceitamos muito mais facilmente fazer da certeza e do universalismo uma questão de grau. Não sentimos já a obrigação de procurar impor a todos os objectos do saber um modelo intelectual uniforme, haurido nas ciências da natureza física; pois que até nesse domínio tal modelo deixou de ser inteiramente aplicado. Ainda não sabemos bem o que virão um dia a ser as ciências do homem. Sabemos que para existirem – continuando é claro a obedecer às regras fundamentais da razão – não terão de renunciar à sua originalidade, nem envergonhar-se dela”.

Marc Bloch, *Introdução à História*, pp. 21-22.

Lucien Febvre, na obra que expressivamente intitulou *Combates pela História*, lançou, igualmente, um veemente repto aos historiadores

⁷ BLOCH, Marc – *Apologie pour l’histoire ou métier d’historien*. Paris, Armand Colin, 1993 (edição crítica preparada por Étienne Bloch com prefácio de Jacques Le Goff). (Há tradução portuguesa, com o título *Introdução à História*, e diversas traduções de uma edição anterior, nomeadamente *Introdução à História*. Lisboa, Europa-América, 1965).

no sentido de atualizarem o discurso epistemológico sobre a História, demarcando-se do discurso positivista elaborado no século XIX.

“Tal é o clima da Ciência de hoje. Um clima que já não tem nada em comum com o da Ciência do passado – da Ciência do tempo em que eu tinha vinte anos [1898]. Os postulados sobre os quais essa Ciência assentava estão todos abalados, criticados, ultrapassados. Há anos que os cientistas renunciaram a eles e os substituíram por outros. E então eu faço uma pergunta, uma simples, uma única pergunta: Vamos ser nós historiadores os únicos a continuar a tê-los como válidos? E aliás que valeria esse nosso reconhecimento, se é verdade que todo o material de noções científicas que utilizamos, o recebemos

precisamente dos homens que, há várias dezenas de anos, cultivavam as ciências no sentido napoleónico da palavra, as ciências do mundo físico e da natureza? Não será tempo de substituir essas velhas noções caducas por noções novas, mais exactas, mais aproximadas? Não será, pelo menos, tempo de renunciar, de uma vez por todas, a apoiar-nos nas ciências de há 50 anos para escorar e justificar as nossas teorias uma vez que as ciências de há 50 anos não são mais do que recordações ou fantasmas?

Lucien Febvre, *Combates pela História*, vol. I, p. 54.

O conceito de facto, na aceção positivista – como algo preexistente ao historiador – foi alvo de particulares críticas, afirmando-se, ao mesmo tempo, o papel do historiador no processo de identificação, seleção e interpretação dos factos.

“Nesse tempo, os historiadores viviam no respeito pueril e devoto pelo “facto”. Habitava-os a convicção ingénuo e tocante de que o sábio era o um homem que, ao olhar pelo seu microscópio, apreendia logo um braçado de factos. De factos que lhe eram dados, de factos para eles fabricados por uma Providência condescendente, de factos que não tinham senão de registar. Teria bastado a um qualquer desses doutores em método aplicar, por pouco que fosse, o olho na ocular de um microscópio e olhar uma preparação de histologia para

logo se aperceber que não se tratava para o histologista de observar, mas de interpretar, o que é necessário chamar uma abstracção. Em cinco minutos teria medido, na apropriação pelo sábio do que ele primeiro longamente, dificilmente preparou – a partir de uma ideia preconcebida – toda a parte pessoal do homem, do investigador que não age senão porque pôs a si próprio um problema e formulou uma hipótese.

O mesmo se passa com o historiador. Com o historiador a quem nenhuma Providência fornece factos brutos. Factos

dotados de uma existência perfeitamente definida, simples, irreduzível. Os factos históricos, mesmo os mais humildes, é o historiador que os chama à vida. Sabemos que esses factos, esses factos diante dos quais nos inclinamos devotamente, são outras tantas abstrações – e que, para os determinar é preciso recorrer aos testemunhos mais diversos, e por vezes mais contraditórios – entre os quais, necessariamente, escolhemos. De maneira que sabemos que essa colecção de factos que nos apresentam tantas vezes como factos brutos que

comporiam automaticamente uma História transcrita no próprio momento em que os acontecimentos se produzem, tem ela própria uma história, e que é a dos progressos do conhecimento e da consciência dos historiadores. Se bem que, para aceitar a lição dos factos, temos direito a reclamar que nos associem, antes de mais, ao trabalho crítico que preparou o encadeamento desses factos no espírito daquele que os invoca.”

Lucien Febvre, art. “Viver a História”, in *Combates pela História*, Editorial Presença, Lisboa, 1989 (3.^a edição), pp. 30-32.

No contexto da crítica ao discurso positivista sobre a História, o conhecimento histórico foi apresentado como produto do “diálogo”, cientificamente conduzido, entre o historiador e as fontes, atribuindo-se, assim, um papel ativo a ambos os intervenientes na relação cognitiva: o sujeito (o historiador) e o objeto (as fontes). Conquanto não tivessem sido totalmente abandonados os propósitos de atingir a “objetividade” e a “verdade”, os historiadores franceses demonstraram a impossibilidade de “descrever os factos tal como aconteceram”. Para além disso, proclamaram a ambição do historiador de compreender a evolução histórica, propósito que implicava o envolvimento do historiador como sujeito cognoscente.

2.1.2.2. O discurso presentista

Na primeira metade do séc. xx, outros autores (Croce, Becker ou Charles Beard) demarcaram-se do discurso positivista.

“O pensamento histórico contemporâneo recusa a concepção dos sábios do fim do século XIX e princípios do século XX, concepção segundo a qual é possível escrever História tal como aconteceu realmente, à maneira de um engenheiro descrevendo uma máquina determinada”. (Charles Beard).

Em termos de modelo cognitivo, os “presentistas” afirmavam a predominância do sujeito (historiador) na relação de conhecimento. Por sua vez, ao conceito de objetividade positivista, contrapunham a subjetividade do conhecimento e a ideia de que a visão do passado é sempre uma projeção do pensamento e dos interesses do presente:

“O passado é uma espécie de ‘écran’ sobre o qual cada geração projecta a sua visão de futuro”. (Carl Becker).

Abria-se, assim, o caminho ao relativismo histórico.

2.1.3. Os discursos pós-modernos: o tempo das incertezas

Algumas das novas abordagens da história da cultura levaram a História a cruzar-se, na última década do século xx, com o movimento denominado “linguistic turn”, fenómeno que viria a colocar no mesmo plano o discurso histórico e o discurso literário. “Os historiadores temeram que os bibliotecários do futuro colocariam a História nas estantes da ficção”, escreveu Fernández-Armesto⁸.

A subjetividade e o relativismo do conhecimento histórico são duas linhas estruturantes do discurso pós-moderno. Neste contexto, anunciou-se “o fim da crença de que fosse possível a explicação científica coerente das transformações do passado” (Lawrence Stone). Iggers sintetizou, deste modo, a concepção pós-moderna de História⁹.

“A ideia fundamental da teoria historiográfica pós-moderna consiste em negar que a historiografia se refira à realidade. Assim Roland Barthes e Hayden White afirmam que a historiografia não se diferencia da poesia e que ela mesma é poesia. De acordo com esta ideia, no seu livro *Metahistória. A imagi-*

⁸ FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe – “Epílogo: Qué es la historia ahora”. In CANNADINE, David (ed.) – *Qué es la historia ahora*. Granada: Editorial universidad de Granada, 2005, pp. 263-286.

⁹ Para o estudo desta problemática, consultar: IGGERS, Georg G. – *La ciencia Histórica en el siglo XX. Las tendencias actuales*. Barcelona: Idea Books, 1998.

nação histórica na Europa do século XIX, White tem tentado demonstrar, através do exemplo de quatro historiadores (Michelet, Tocqueville, Ranke e Burckhardt) e de quatro filósofos da História (Hegel, Marx, Nietzsche e Croce) que não existe nenhum critério histórico-científico da verdade. Por isso não existe sequer, afirma, diferença substancial entre ciência histórica e filosofia da

história. Ainda que a análise das fontes possa estabelecer os factos, toda a concatenação dos mesmos para obter uma visão global e coerente é determinada por apreciações estéticas e morais, não científicas”.

Georg G. Iggers, *La ciencia Histórica en el siglo XX. Las tendencias actuales*. Barcelona: Idea Books, 1998.

No contexto da pós-modernidade, a natureza científica da História foi objeto de um amplo debate¹⁰.

2.1.4. Entre a objetividade “ingénu” do positivismo e o subjetivismo das concepções pós-modernas

Entre duas concepções extremistas – a objetividade positivista e a subjetividade radical pós-moderna – afirmaram-se outros discursos mais consentâneos com as práticas do ofício de historiador.

Numa conjuntura muito marcada pelo discurso pós-moderno, bem como pelos retornos positivistas, o grupo *História A Debate* elaborou um manifesto, baseado nas respostas a um inquérito feito à comunidade de historiadores¹¹, onde se apela a uma atualização do conceito de ciência na convergência entre as culturas científica e humanista.

“Nem a História objetivista de Ranke, nem a História subjetivista da pós-modernidade: uma ciência com sujeito humano que descobre o passado à medida que o constrói. Levar em consideração as subjetividades que influem no nosso processo de conhe-

cimento, dos agentes históricos e historiadores, é a melhor garantia de objetividade dos seus resultados, necessariamente relativos e plurais; consequentemente, rigorosos. Chegou o momento da história atualizar o seu conceito de ciência, abandonando o

¹⁰ Sobre este assunto consultar: EVANS, Richard – *Em defesa da História*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

¹¹ Ver *Manifesto História A Debate* no apêndice.

objetivismo ingénuo herdado do positivismo do século XIX, sem cair no extremo subjetivismo ressuscitado pela corrente pós-moderna no final do século XX. A crescente confluência entre as “duas culturas”, a científica e a humanis-

tica, facilitará, no século que começa, a dupla redefinição da História, como ciência social e como parte das humanidades.

Manifesto Historia A debate, 2001.

Por sua vez, à objetividade, na aceção positivista, e à subjetividade, na aceção presentista e na pós-moderna, contrapôs-se a conceção de intersubjetividade do conhecimento histórico: o conhecimento histórico válido resulta dos consensos da comunidade dos historiadores.

Os consensos historiográficos, como os consensos em outras áreas do saber, são sempre “verdades provisórias”. Com efeito, o conhecimento histórico está sempre em reconstrução, podendo refazer-se à luz de novas problemáticas ou com novas fontes, metodologias ou teorias. O conhecimento como um processo, expressa-se no texto seguinte:

“O objecto do conhecimento é infinito, quer se trate do objecto considerado como a totalidade do real ou do objecto percebido como um qualquer dos seus fragmentos e aspectos. Com efeito, tanto o real na sua totalidade como cada um dos seus fragmentos são infinitos na medida em que é infinita a quantidade das suas correlações e das suas mutações no tempo. O conhecimento de um objecto infinito deve pois ser também infinito, constituir

um processo infinito; o processo de acumulação de verdades parciais. Neste e por este processo, enriquecemos sem cessar o nosso conhecimento, tendendo para o *limes* que é o conhecimento completo, exaustivo, total, que como o limite matemático, não pode ser atingido num único acto cognitivo, permanecendo sempre um devir infinito, tendendo para.”

Adam Schaff, *História e verdade*, Estampa, Lisboa, 1977, p. 90.

Em conclusão, podemos afirmar que conhecimento histórico é fruto do diálogo, cientificamente conduzido, entre o historiador e as fontes: sem fontes não há história, mas sem historiador também não há história; é o historiador que dá vida e significado aos vestígios do passado ao inserilos num determinado contexto sociocultural; é também o historiador que selecciona e interpreta a informação colhida nas fontes condicionado

por um conjunto de circunstância, das quais destacamos a natureza, quantidade e qualidade das fontes; a metodologia de pesquisa, tratamento e interpretação das fontes; o estado do conhecimento nas diversas ciências, em particular noutras ciências históricas (Paleografia, Diplomática...) e nas ciências Humanas e Sociais; a preparação teórica, metodológica e cultural dos historiadores; as circunstâncias do tempo em que os historiadores, os historiadores de Arte ou os arqueólogos vivem.

Sobre o processo de construção do conhecimento histórico e sobre a “verdade” desse conhecimento escreve, de forma sábia, Jorge de Alarcão:

“Na medida em que as versões dependem dos dados que temos, dos conceitos que usamos, das teorias que seguimos, o nosso conhecimento do passado é sempre historicamente situado; mas o progresso do conhecimento não corresponde apenas ao progressivo derrube ou à progressiva consolidação de versões meramente conjecturais: o progresso comporta acumulação de verdades. Num certo sentido, porém essas verdades são ainda conjecturais: no sentido ricoueriano do termo ‘conjectura’. Primeiro, porque ‘não existe nenhuma necessidade, nenhuma evi-

dência a respeito do que é importante e do que é sem importância’ (RICOUER, 1987, 89): a importância dos dados e dos factos somos nós que a atribuímos. Segundo, porque a cultura material que examinamos e os sistemas culturais que dela deduzimos são como um objecto que, para ser inteiramente conhecido, precisa de vários ângulos, de várias perspectivas e o discurso que produzimos corresponde apenas a um ponto de vista. Terceiro, porque tudo tem sentidos segundos, sentidos múltiplos. Há, pois, sempre mais uma interpretação possível”¹².

¹² ALARCÃO, Jorge de – *A escrita do tempo e a sua verdade*. Coimbra: Quarteto, 2000, pp. 114-115.

3. A HISTÓRIA, AS CIÊNCIAS SOCIAIS E AS HUMANIDADES

Classificada em Portugal na área das Humanidades, a História tem uma estreita ligação às ciências sociais partilhando com elas o objeto: o estudo dos homens e das sociedades.

Como escreveu o cientista social Sedas Nunes, o campo das ciências sociais é “um só”, sendo os fenómenos abordados por estas ciências fenómenos sociais totais.

“O campo da realidade sobre a qual as ciências sociais se debruçam é, de facto, um só (o da realidade humana e social) e todos os fenómenos desse campo são fenómenos sociais totais, quer dizer: fenómenos que – seja na sua estrutura própria, seja nas suas relações e determinações – têm implicações simultaneamente em vários níveis e em diferentes dimensões do real-social, sendo portanto susceptíveis, pelo menos potencialmente, de interessar a várias, quando não a todas as ciências sociais”.

Sedas Nunes, *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*.

O facto de as ciências sociais e humanas terem o mesmo objeto de estudo, ainda que o analisem eperspetivas diversas (e por vezes com metodologias e modelos teóricos diferentes), fundamenta a necessidade do diálogo entre elas¹³.

¹³ Sobre este assunto consultar: BRAUDEL, Fernand – *Escritos Sobre a História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997; FEBVRE, Lucien – *Combates pela História*. 2.^a ed. Lisboa: Presença, 1985, vol. I, pp. 28-58; GODINHO, V. Magalhães – *As Ciências Humanas: Ensino Superior e investigação científica em Portugal*. Lisboa: Sociedade portuguesa de ciências humanas e sociais, 1971, pp. 7-22; PEREIRA, Miriam Halpern Pereira – *O gosto pela História. Percursos de História Contemporânea*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pp. 23-49.

A interdisciplinaridade foi defendida e praticada por muitos historiadores, desde os inícios do século xx, afirmando-se nesse campo os renovadores da historiografia francesa¹⁴.

Em Portugal, V. Magalhães Godinho destacou-se tanto na defesa da interdisciplinaridade, como na sua prática: nas suas obras e no contributo dado para a criação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa. Nos inícios da década de 70 do séc. xx escreveu um texto onde apresentou a concretização do diálogo interdisciplinar no que concerne à partilha de noções operatórias, problemáticas, métodos e modelos teórico¹⁵. Transcrevemos um extrato.

“Dissemos que desde os anos 30 as ciências humanas se transformaram profundamente e estão sob o signo da constante renovação. Puseram-se novos problemas – e a problemática esforça-se por acompanhar o próprio ritmo da marcha da humanidade; elaboraram-se e afinaram-se métodos e processos de recolha e classificação de dados e de construção de relações e esquemas; lançaram-se noções operatórias novas. Se quisermos destacar as linhas de força desta evolução extremamente variada, talvez caiba referir três pontos: a) Certas noções que foram elaboradas tanta vez no âmbito desta ou daquela ciência, generalizaram-se a várias das ciências humanas, quando não a todas elas; b) Certos métodos ou processos de pesquisa ou de construção teórica, de igual modo surgidos em campo limitado, acabaram por ser aplicados nos diversos ramos e por vezes universalizaram-se; c) Tende-se cada vez mais a considerar como único, como um só e o mesmo, o objecto das diferentes ciências humanas, que apenas diferem na maneira como o perspectivam, de modo que o centro da pesquisa passa a ser o problema, atacado pelos focos convergentes dessas várias actividades científicas. Sem qualquer preocupação de reduzir a pluralidade das ciências humanas à unicidade de uma ciência do Homem e

¹⁴ A obra de Fernand Braudel, *Escritos sobre a História*, publicada inicialmente em português com título *História e Ciências Sociais* constitui-se como um livro de referência neste campo. Consultar o cap. II (“A História e as Outras Ciências do Homem”).

¹⁵ GODINHO, Magalhães – *As Ciências Humanas: Ensino Superior e investigação científica em Portugal*. Lisboa: Sociedade portuguesa de ciências humanas e sociais, 1971.

dos homens, porque isso levaria a escamotear certas dificuldades efectivas, toda a investigação é cada vez mais acentuadamente interdisciplinar, e é graças à convergência metodológica e conceptual de perspectivas que se têm obtido os resultados de maior importância”.

V. Magalhães Godinho, *As Ciências Humanas: Ensino Superior e investigação científica em Portugal*, Sociedade portuguesa de ciências humanas e sociais, Lisboa, 1971, p. 13.

Por sua vez, na reedição da sua obra clássica – *A crise da História e as suas novas directrizes* –, publicou um texto perspicaz e acutilante, intitulado, *A História e as ciências humanas de novo numa encruzilhada*¹⁶.

Vitorino Magalhães Godinho sempre considerou a História, atendendo à abrangência do seu campo de estudo, “síntese por excelência de tudo o que é humano”. Considerou-a ainda como “método universal de pensar os problemas humanos”, isto é, forma de pensar as ações humanas na multiplicidade das suas motivações e expressões, atendendo, ainda, à diversidade das durações dos fenómenos históricos.

A renovação da História ocorrida na primeira metade do século xx ocorreu em articulação, ou respondendo a desafios, de outras ciências sociais. Vejamos o testemunho de Fernand Braudel, um dos autores que defenderam e praticaram o diálogo interdisciplinar:¹⁷

“A história dedicou-se, desde então, a captar tanto os factos de repetição como os singulares, tanto as realidades conscientes como inconscientes. A partir de então, o historiador quis ser – e fez-se – economista, sociólogo, linguista. Estes novos vínculos de espírito foram simultaneamente vínculos de amizade e de coração. Os amigos de

Lucien Febvre e de Marc Bloch, fundadores e animadores também dos *Annales*, constituíram um colóquio permanente de ciências do homem: de Albert Demangeon e Jules Sion, geógrafos, a Maurice Halbachs, sociólogo, a François Simiand, filósofo, sociólogo-economista”¹⁷.

¹⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães – *A crise da História e as suas novas directrizes*. Lisboa: INCM, 2013, pp. 159-221.

¹⁷ BRAUDEL, Fernand – *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 2.^a ed., 1976, p. 131.

Na atualidade, os historiadores estão bem conscientes da necessidade de reforçarem a interdisciplinaridade ou mesmo a transdisciplinaridade. Por sua vez, da parte de outras ciências humanas e sociais há, atualmente, a percepção de que a História alarga o conhecimento da experiência humana, constituindo-se como “campo de experimentação do humano”.

Espessura histórica do presente, a História evidencia as raízes e os caminhos (*path dependance*) que nos conduziram às sociedades atuais.

4. O OFÍCIO DE HISTORIADOR

“Para que servem os historiadores? Para mim existem para interpretar o passado no presente. São um tipo de intérpretes, de tradutores, de tradutores culturais. Como outros tradutores, enfrentam-se com o dilema de ser fiéis ao texto, ao passado e, ao mesmo tempo inteligíveis ao leitor do presente”.

Peter Burke em entrevista a Maria Lúcia G. Pallares-Burke
In *La nueva historia. Nueve entrevistas, València y Granada*,
2005, pp. 167-168.

Historiador é um especialista creditado para fazer investigação e publicações na área da História, sendo portador, em princípio, de uma formação académica (licenciatura, mestrado e doutoramento) nesta mesma área. O historiador pode exercer atividade em diversas áreas, no âmbito ou fora da História, sendo uma delas a docência. Ao estudo da História dedicam-se igualmente amadores, nomeadamente os eruditos locais que têm desempenhado um papel muito relevante na preservação e divulgação das histórias das localidades.

O passado pode constituir também matéria do romance histórico. O romancista histórico, contrariamente ao que acontece com o historiador, não está sujeito à exigência científica de apresentação de prova documental do que escreve. A sua imaginação goza de total liberdade na construção do enredo ficcional. A verosimilhança dos contextos em que decorre a ação é, no entanto, uma qualidade do romancista. Por este motivo, o autor de bons romances históricos é, por vezes, um apaixonado pela investigação histórica (caso da romancista francesa Margueritte Yourcenar). Destacam-se ainda casos de historiadores que se dedicaram à escrita da História e da ficção histórica: caso de Alexandre Herculano, no século XIX, ou, na atualidade, de João Paulo Oliveira e Costa.

A História sendo uma ciência com sujeito, como todas as outras, tem a marca dos seus autores. A ego-história, a história de historiadores escrita na primeira pessoa, desvenda-nos as motivações e os caminhos

que conduziram à prática do ofício de historiado¹⁸. Em casos de vidas longas e comprometidas com o tempo em que decorreram, como foi a do historiador inglês Eric Hobsbawm, a história da vida pessoal entrecruza-se fortemente com a do século xx, como se demonstra no livro *Interesting Times. A Twentieth-century Life* (2002).

4.1. MARCOS DA CONSTRUÇÃO DO OFÍCIO DO HISTORIADOR

Apresentamos neste capítulo alguns marcos da construção do ofício do historiador, que são igualmente marcos da evolução da historiografia como resultado de uma investigação cientificamente conduzida: os primeiros passos da construção de um método crítico nos séculos xvi e xvii; a sistematização do método crítico, no século xix, operado pela escola metódica; as mudanças na forma de fazer história ocorridas na primeira metade do século xx no campo da problemática, do objeto da história, das fontes, dos métodos e dos modelos teóricos; os reajustamentos introduzidos pela “nouvelle histoire” francesa nos anos setenta; as metodologias de uma nova história social da prosopografia e da análise de redes; a micro-história; a história global.

4.1.1. Os séculos xvii e xviii: o lançamento das bases de uma investigação cientificamente conduzida

“O conhecimento de todos os factos humanos no passado e o conhecimento da maior parte deles no presente tem de ser, segundo a expressão feliz de François Simiand, um conhecimento por vestígios”.

Marc Bloch, *Introdução à História*.

¹⁸ Outras ego-histórias: MARQUES, H. de Oliveira – *O homem e o historiador* (diálogos com João Pedro Ferro). Lisboa: Editorial Presença, 1994; CHAUNU, Pierre; DUBY, Georges; LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre – *Ensaio de Ego-História*. Lisboa: Edições 70, 1989; PEREIRA, Miriam Halpern – *O gosto pela História. Percursos de História Contemporânea*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pp. 17-22.

Vestígios, testemunhos, traços, evidências, dados, fontes primárias são conceitos que designam os fragmentos do passado que chegaram até nós. Podem assumir várias formas: um caco de cerâmica ou uma catedral; uma pintura rupestre ou um quadro de Van Ghog; uma ossada ou uma múmia; uma bula papal ou um panfleto; uma lenda transmitida por tradição oral ou um documento assinada por um notário... Todos eles depois de interpretados pelos historiadores se transformam em factos.

Constituindo as fontes históricas o elo de ligação entre o historiador e o seu objeto de estudo (independentemente da distância temporal em que este se situa), a pesquisa, inventariação, recolha, crítica e publicação de documentos constitui uma etapa decisiva do processo de construção do conhecimento histórico. Para estas atividades converge a elaboração de instrumentos necessários à investigação histórica (coleções de documentos, dicionários, genealogias, registos vários).

A necessidade de definir uma metodologia crítica no campo da história inicia-se no séc. XVI. A obra de Bodin, *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (1566) é uma expressão deste movimento. Foi, no entanto, Jean Mabillon que lançou as bases para a construção científica do conhecimento histórico através da publicação, em 1681, da obra *De Re Diplomatica*. Neste estudo, o monge beneditino (perante a necessidade de impugnar a acusação de falsidade que o jesuíta Papenbroek atribuíra a um documento merovíngio referente a direitos da abadia de Saint Denis) definiu as regras do método crítico que permitiam aferir da autenticidade dos documentos. Os conhecimentos sistematizados por Mabillon viriam a constituir as bases da Filologia, aplicada à História, bem como de outros saberes complementares da História: Paleografia, Diplomática, Sigilografia, Arquivística e Cronologia.

O método crítico foi praticado no século XVII (o século do *Discurso do Método* de Descartes) por muitos outros autores, nomeadamente por Richard Simon e Espinosa. O trabalho de erudição prosseguiu, consolidando-se no século XVIII.

Portugal acompanhou este movimento, nomeadamente através da investigação desenvolvida sob o patrocínio da *Academia Real da História* e da *Academia Real das Ciências*¹⁹. A primeira distinguiu-se pelo esforço de salvaguarda do património histórico bem como na inventariação e na publicação de fontes. Um dos objetivos desta instituição régia era a elaboração de uma *História Eclesiástica e Civil de Portugal*.

O trabalho de publicação e crítica de fontes, bem como de elaboração de instrumentos fundamentais da investigação histórica (caso do *Elucidário* de Viterbo) continuou em finais do século XVIII com o patrocínio da Academia das Ciências.

A viragem do século XVIII para o XIX haveria de ser marcada por João Pedro Ribeiro, o criador da Diplomática científica em Portugal e autor de obra relevante no campo da Paleografia, Sigilografia, Cronologia e Arquivística. Deste autor destacamos as *Observações Historicas e Criticas para servirem de memorias ao systema da Dipomatica Portugueza* e *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclziastica e Civil em Portugal*.

O esforço da Academia das Ciências no sentido da preservação e divulgação dos documentos fundadores do reino português culminará com a publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*, obra elaborada sob coordenação de Alexandre Herculano, segundo um modelo de uma coletânea alemã.

4.1.2. A escola metódica

Os caminhos da erudição e da construção históricas prosseguiram, de forma geral, paralelos durante os séculos XVII e XVIII; isto é, as narrativas

¹⁹ Sobre a erudição portuguesa e europeia, consultar: COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Diplomática em Portugal. Balanço e estado actual”. *Revista Portuguesa de História*, 36, em especial pp. 129-135; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Antologia da Historiografia Portuguesa*. Lisboa, 1974, vol. I, pp. 34-38; SANTOS, Maria José Azevedo – *Uma ciência em Portugal e na Europa: a paleografia (séculos XIX-XX)*, Braga, 1993, em especial pp. 555-557.

históricas nem sempre se apoiaram em documentos sujeitos a uma apertada crítica. A convergência entre estes dois caminhos concretizou-se no século XIX no contexto da escola metódica, denominada igualmente positivista ou positiva²⁰.

Esta corrente historiográfica afirmou-se na sequência das mudanças operadas pela Revolução Francesa e pelas Revoluções Liberais, sendo uma das principais o processo de construção do Estado oitocentista. Neste contexto, a História foi convocada para legitimar os projetos políticos liberais bem como para construir a memória histórica das nações.

Na análise desta corrente historiográfica, de origem alemã, é necessário distinguir vários níveis de análise: o discurso sobre a História (estatuto científico e natureza do conhecimento histórico); a metodologia (sistematização do método crítico) e a narrativa histórica (conteúdos e forma de elaboração do texto histórico). O seu ponto forte foi a publicação de documentos e a sistematização de uma metodologia crítica de documentos, trabalho que deu origem à elaboração de vários tratados de metodologia. Langlois e Seignobos escreveram um manual destinado a alunos da Sorbonne, *Introduction aux études historiques*, que ficou consagrado como obra paradigmática da escola metódica. Este livro, publicado em 1898, apresenta, de forma sistemática, as diversas etapas do processo de construção do conhecimento histórico, dando particular destaque às diversas fases do processo de crítica dos documentos: a crítica externa, subdividida em crítica de procedência e de restauração, e a crítica interna, subdividida em crítica de interpretação e crítica interna negativa de sinceridade e de exatidão²¹.

²⁰ Sobre a escola metódica ver: BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé – *As Escolas Históricas*, Publicações Europa-América, 1990, pp. 97-117; CATROGA, Fernando – *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003, pp. 117-132; EHRARD, Jean & PALMADE, Guy – *Histoire*, Paris: Armand Colin, 1965, pp. 67-80; THUILLIER, Guy & TULARD, Jean – *La Méthode en Histoire*, pp. 7-12.

²¹ Uma sistematização da metodologia crítica positivista encontra-se na obra de LANGLOIS, Ch. V. & SEIGNOBOS, Ch. – *Introduction aux études historiques*, Paris, s.d. (Existe uma tradução brasileira, São Paulo, Editora Renascença S. A. publicada em 1946, intitulada *Introdução aos estudos Históricos*.)

Se a Mabillon é atribuída a criação do método crítico, cabe aos historiadores oitocentistas a sua sistematização e aprofundamento.

No que diz respeito à construção histórica, a positivista, ou positiva, caracteriza-se como uma narrativa de factos, apresentados na sua dimensão singular (factos únicos) e de acontecimentos, maioritariamente políticos e institucionais, apresentados numa sequência cronológica. Trata-se ainda de uma narrativa inscrita no tempo curto e centrada em indivíduos, considerados protagonistas da dinâmica histórica.

Ainda que atenta ao apuramento da causalidade, limita-se a apurar a determinação dos acontecimento nos factos que os precederam. Como ponto fraco, salienta-se o seu restrito alcance explicativo.

No âmbito desta corrente historiográfica, e no contexto da legitimação dos estados liberais, elaboraram-se histórias nacionais de referência, como a História de França de autoria de Ernest Lavisse.

4.1.3. Problematização e teorização: precursores

“O século XVIII ensinou a História a pensar”, escreveu Vitorino Magalhães Godinho reportando-se a um conjunto de filósofos iluministas (Voltaire, Condorcet) que, nos seus textos, manifestaram as limitações do conhecimento histórico disponível na sua época. Estes pensadores não se limitaram a fazer uma crítica à história tradicional. Propuseram o estudo de outros temas que consideravam de muita “utilidade” tanto para a explicação da evolução histórica como das circunstâncias do tempo em que viviam²².

Para exemplificar a análise feita por esses filósofos/historiadores selecionamos um texto de Voltaire no qual o autor, fascinado pela teoria newtoniana da atração universal, manifesta a sua esperança em que a História pudesse vir a explicar os “mecanismos” da evolução social. Ao mesmo tempo, o filósofo apresenta, de forma perspicaz, as limitações de uma narrativa de acontecimentos políticos (perspetivados como factos únicos) e interroga os

²² Consultar: GODINHO, Vitorino Magalhães – *Ensaio III: Sobre teoria da história e historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1971.

historiadores sobre questões de método bem como sobre alguns problemas relevantes para a explicação do sentido da evolução económica e social.

“Talvez aconteça em breve, na maneira de escrever a história, aquilo que aconteceu na física. As novas descobertas fizeram prescrever os velhos sistemas. Pretender-se-á conhecer o género humano naquele pormenor interessante que constitui hoje a base da filosofia natural [...].

Existe uma grande preocupação em datar uma batalha, e esta preocupação tem razão de ser. Imprimem-se tratados, descreve-se a pompa da coroação de um rei [...]. É bom que haja arquivos de toda a espécie a fim de que possamos consultá-los em caso de necessidade; vejo, no entanto, atualmente todos aqueles grandes livros como se fossem dicionários.

Mas, depois de ter lido três ou quatro mil descrições de batalhas e o teor de algumas centenas de tratados, concluí que, no fundo, não tinha ficado mais instruído; só aprendia acontecimentos. Não conheço melhor os Franceses e os Sarracenos pela batalha de Carlos Martel do que conheço os Tártaros e os Turcos pela vitória que Tamerlan alcançou em Bajazet [...]. Negligenciam-se contudo conhecimentos de uma utilidade mais sensível e mais durável. Eu queria saber quais eram as riquezas de um país antes de uma guerra e se esta guerra as fez aumentar ou diminuir. A Espanha era mais rica antes da conquista do Novo Mundo do que é hoje? Até que ponto era mais povoada no tempo de Carlos V do que no tempo de Filipe IV? Porque é que, há duzentos

anos, Amesterdão tinha apenas vinte mil almas? Porque é que tem hoje duzentos e quarenta mil habitantes? E como o poderemos saber sem margem para dúvidas? Quantos habitantes tem agora a Inglaterra a mais do que tinha no tempo de Henrique VII? Seria verdade o que se diz nas «Cartas Persas», que os homens faltam na terra e que ela está despovoada em comparação com há dois mil anos? [...] Este é um dos objectos da curiosidade de quem quer ler a história como cidadão e como filósofo. Esse alguém não se contentará com este conhecimento; procurará saber qual foi o vício radical e qual a virtude dominante de uma nação; por que razão foi ela fraca ou poderosa no mar. Como, e até que ponto, enriqueceu de há um século para cá podem dizê-lo os registos das exportações. Querá saber como se estabeleceram as artes e as fábricas; acompanhará a sua difusão de país para o outro. As mudanças nos costumes e nas leis serão, finalmente, o seu grande objectivo. Deste modo se conhecerá a história dos homens, em vez de se saber uma pequena parte da história dos reis e das cortes.

Em vão leio os Anais de França: os nossos historiadores calam-se todos sobre estes pormenores. Nenhum teve como divisa: «*Homo sum, humani nihil a me alienum puto*».

Voltaire, “Novas considerações sobre a História” (1774)²³.

²³ Citado por LE GOFF, Jacques – *A Nova História*. Coimbra: Almedina. 1990, pp. 265-266.

Voltaire é considerado um dos precursores da História Nova. A Alexandre Herculano poderemos atribuir um idêntico papel. Escolhemos um texto deste historiador no qual apresenta uma crítica à historiografia do seu tempo, enquanto formula uma proposta sobre uma nova forma de fazer história. Alexandre Herculano considera a forma de periodizar a História de Portugal como uma expressão das concepções históricas. Neste sentido, aponta as limitações, e mesmo inexatidões, da periodização dinástica e propõe uma outra que tivesse como referência as “transformações essenciais da sociedade”, isto é, as mudanças que hoje classificamos como estruturais. De relevar ainda a metáfora poliédrica (“a História pode comparar-se a um coluna polígona de mármore”) utilizada para exprimir o campo da análise histórica. Na mesma linha de pensamento de Voltaire, Alexandre Herculano reconhece a utilidade de uma história narrativa de acontecimentos protagonizados por indivíduos. Aponta, no entanto, as suas limitações, inclusivamente no concernente à compreensão das histórias individuais devido ao facto de serem escritas em terem em conta o contexto em que os indivíduos tinham vivido. Podemos dizer que Alexandre Herculano exprimiu, no seu texto, a ideia que seria posteriormente vertida por Ortega y Gasset na seguinte expressão: “O homem é o homem e a sua circunstância”.

“A folhinha de algibeira tecendo o catálogo dos nossos reis divide-o em quatro dinastias: 1.^a Luso-Capeta, a 2.^a do Mestre de Avis, a 3.^a dos Filipes, a 4.^a Brigantina. A folhinha resume e representa o estado da ciência histórica do nosso país.

Mas a folhinha, salvo o incompleto e inexato daquelas divisões dinásticas, tem razão. Ela tece o catálogo das famílias reais. Quem não tem razão é a ciência, que anunciando a História de Portugal, em vez de distribuir as épocas cronológicas pelas transformações

essenciais da sociedade, sujeita a ordem dos acontecimentos sociais às mudanças das raças reinantes. Isto é absurdo.

Mr. Thierry, falando das divisões dinásticas aplicadas à História francesa, já observou a impropriedade de semelhante sistema [...].

Com efeito, quem, à vista das divisões estabelecidas na História de Portugal, imaginará, por exemplo, que os acontecimentos sociais do último quartel do século XIII, isto é, do reinado de D. Dinis, constituem uma divisão naturalíssima, uma verdadeira época histó-

rica, ao mesmo tempo que a intrusão dos Filipes apenas mereceria tal nome? Quem adivinhará que no reinado D. João II se completa uma revolução capital na índole da organização política do País, ao passo que a revolução de 1640 traz à sociedade portuguesa levíssimas mudanças no seu modo de existir? Ninguém o crerá, se atendendo unicamente às épocas assentadas pelos historiadores se persuadir de que a História é a biografia dos indivíduos eminentes.

A História pode comparar-se a um coluna polígona de mármore. Quem quiser examiná-la deve andar em redor dela, contemplá-la em todas as suas faces. O que entre nós se tem feito, com honrosas exceções, é olhar para um dos lados, contar-lhe os veios da pedra, medir-lhe a altura por palmos, polegadas ou linhas. E até não sei dizer ao certo se estas indagações se têm aplicado a uma face ou unicamente a uma aresta.

Mas é semelhante trabalho desprezível? Não por certo. Este exame miúdo, feito com consciência, tem grande aplicação, e ainda em si é importante; mas dar-nos isso como a História da nação é, salvo erro, enganar redondamente o género humano; é não perceber os fins da História, a sua aplicação como ciência; é sobretudo fazer uma coisa, a que podemos chamar novela, distinta somente daquelas a que se dá tal título, pelo tedioso, árido e sem sabor da leitura que oferece.

As divisões históricas atuais nasceram deste modo falso (por incompleto) de considerar o passado. A necessidade

de estabelecer uma cronologia rigorosa era evidente: os factos políticos e a vida dos homens públicos precisavam de ser fixados com exação no correr dos tempos, principalmente, para o julgamento dos diplomas, género de monumentos, em que as gerações extintas se pintam melhor que em nenhuns outros.

O erro, a meu ver, foi acreditar que ficando-se aqui existia a História, erro digo, e completo: porque nem sequer a biografia dos homens eminentes surgiu de tais averiguações. Temos a certidão do seu nascimento, baptismo, casamento e morte. Se foi um guerreiro, temos a descrição das suas batalhas; se legislador, a data e objecto das suas leis: mas o seu carácter, a medida intelectual e moral do seu espírito, os seus hábitos e costumes, não os conhecemos. E porquê? Porque esse homem é uma abstracção: está separado do seu século. As opiniões, os costumes, os usos, todos os modos, enfim, de existir da época em que viveu, são desconhecidos para nós; e todavia tudo isso, toda essa existência complexa de muitos milhares de homens, a que se chama a nação, devia ter uma influência imensa, absoluta, naquela existência individual do homem ilustre, que o historiador acreditou poder fazer-nos conhecer com os simples extractos de quatro crónicas, cosidos com bom ou mau estilo às respectivas certidões de baptismo, de casamento e de óbito.

É por isso que, além de ser absurdo em tese geral resumir e representar a sociedade nos indivíduos, tal absurdo se torna mais monstruoso, quando os tomamos como medida das fases da

sociedade. O homem, assim colocado fora de todas as relações sociais, que lhe modificaram deste ou daquele modo o aspecto moral, podendo representar todas as épocas, pertencer a todos os tempos, tomar todas as fisionomias, nada representa, a nada pertence, nenhuma fisionomia tem; e quando nele buscamos a imagem do seu tempo, não a achamos, até porque nem a dele próprio existe. Ajuntem-se, porém, estas individualidades abstractas, embora na ordem do tempo constituam uma dinastia, uma série de capitães, de legisladores, de magistrados; juntas ou separadas, elas nunca poderão representar um época histórica; o seu aparecimento ou a sua falta nunca serão balizas verdadeiras das diversas transformações pelas quais passam os povos na sua vida de séculos [...]

Mas voltemos os olhos para os monumentos daquelas eras antigas, em que elas fielmente se refletem, e fechemos os livros: busquemos a História da

sociedade e deixemos por um pouco a dos indivíduos. Os primeiros documentos que nos caírem nas mãos destruirão essas ilusões: sentiremos a infinita diferença entre uns e outros tempos: veremos que os reis, nobres, clero, cidadãos e camponeses de então, eram reis, nobres, clero, cidadãos e camponeses bem diversos dos atuais. Pouco bastará para nos persuadirmos de que a biografia das famílias ou dos indivíduos nunca pode caracterizar qualquer época; antes, pelo contrário, a História dos costumes, das instituições, das ideias, é que há de caracterizar os indivíduos ainda quando quisermos estudar exclusivamente a vida destes, em vez de estudar a vida do grande indivíduo moral, chamado povo ou nação. “

Alexandre Herculano, “Cartas sobre a História de Portugal”. In *Opúsculos* citado por A. H. de Oliveira Marques, *Antologia da Historiografia Portuguesa*, vol. 2, pp. 7-10.

No século XIX, Karl Marx apresentou uma resposta para as perguntas formuladas por Voltaire, e por outros autores, relativas à explicação da evolução histórica, formulando o primeiro modelo explicativo da evolução das sociedades: modelo denominado “materialismo histórico”. Neste modelo destacamos a conceptualização utilizada para designar componentes da dinâmica histórica – forças produtivas, relações de produção, modo de produção – bem como a hierarquização de vários níveis da realidade histórica – estrutura económica, superestrutura jurídica, política, religiosa e filosófica, e consciência social. A novidade do modelo reside, sobretudo, numa interpretação da evolução histórica na qual se faz interagir economia e sociedade, como se pode ver no texto que se transcreve:

“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez adquirido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode formular-se assim: na produção social da sua existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

O conjunto destas relações de produção constituem a estrutura económica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência social determinadas. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é inversamente o seu ser social que determina a sua consciência.

Num certo estágio do seu desenvolvimento as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou com o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, que eram até então, estas relações tornam-se entraves. Abre-se então uma época de revolução social. A mudança na base económica altera mais ou menos rapidamente toda a enorme superestrutura. Quando se consideram tais alterações, é preciso distinguir sempre entre a mudança material – que se pode constatar de uma

maneira cientificamente rigorosa – das condições de produção económicas e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, as formas ideológicas através das quais os homens tomam consciência deste conflito e o levam até ao fim. Assim como não se julga um indivíduo pela consciência que tem de si próprio, não se poderá julgar uma época de mudança pela sua própria consciência, é preciso, ao contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, através do conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Uma formação social não desaparece antes de se terem desenvolvido todas as forças produtivas que ela puder conter, nunca relações de produção novas e superiores se substituem antes que as condições materiais destas relações se tenham esgotado no seio da velha sociedade.

A humanidade nunca coloca senão os problemas que ela pode resolver. Olhando mais de perto verificar-se-á que o problema apenas surge onde existem as condições materiais para o resolver ou onde elas estão em vias de aparecer.

Em grandes traços, os modos de produção asiático, antigo, feudal, e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação social e económica”.

Karl Marx, *Contribution à la Critique de la Économie Politique* (1859).

A explicação marxista da história terá aplicação na teorização histórica apenas no século xx nas correntes marxistas, nomeadamente na escola marxista inglesa (Hobsbawm, Thompson, Christopher Hill), influenciando, igualmente, outras historiografias que abordaram temas de cariz económico e social²⁴.

4.1.4. O processo de renovação da História na primeira metade do século xx: a escola dos Annales

O mundo mudou muito na primeira metade do século xx. As sangrentas guerras mundiais e os efeitos devastadores das bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki deitaram por terra a crença no progresso e a euforia científica, que haviam pautado o imaginário dos homens do século xix, provocando uma profunda crise de consciência e de valores. A destruição, o sofrimento infligido a milhares de homens e mulheres interpelou a comunidade científica do tempo. O desencanto decorrente da falência de algumas promessas da modernidade (Lyotard, *A condição pós-moderna*) teve o seu impacto nas ciências sociais e consequentemente também na História.

No caso particular da História, as vivências da guerra (as trincheiras e os campos de concentração) sofridas por alguns jovens historiadores – Marc Bloch, Braudel – levaram-nos a contestar uma história política e militar centrada na heroicidade de alguns protagonistas e que esquecia os “homens de carne e osso”. Nas primeiras décadas do século xx, a ciência histórica foi igualmente confrontada com o dinamismo de mudança vivido no seio de jovens ciências sociais, em particular da Geografia Humana e da Sociologia. A Sociologia, sedenta de protagonismo, evidenciou alguma irreverência em relação à História: Simiand acusou os historiadores de adorarem três ídolos: “ídolo político”, “ídolo individual” e “ídolo cronológico”²⁵.

²⁴ Sobre a relação entre marxismo e História Nova, ver Bois, Guy – “Marxismo e história nova”. *A Nova História*, pp. 428-446

²⁵ SIMIAND, François – “Méthode historique et science sociale”, *Revue de synthèse historique*, 1903, pp. 129-157.

4.1.5. Por uma “História Nova”

Nos inícios do século xx, a história narrativa de acontecimentos, organizados numa sequência linear e cronológica, não satisfazia alguns historiadores, sobretudo os mais jovens, que pugnavam por uma História Nova²⁶. Neste contexto Henri Berr criou, em 1900, a *Revue de synthèse historique* começando a estabelecer um diálogo com as ciências sociais. Marc Bloch e Lucien Febvre haveriam, entretanto, de distinguir-se no esforço de renovação do processo de construção do conhecimento histórico. Estes autores valorizavam o trabalho realizado pelos seus mestres positivistas que consideravam, no entanto, nas palavras de Marc Bloch “trabalhadores profundamente honestos, mas de fôlego um pouco curto”, “mais desejosos de nos aconselhar prudência que audácia”.

O jovem historiador, que havia de ser fuzilado em 16 de junho de 1944, representava essa falta de audácia na seguinte expressão de Charles Seignobos: “É muito útil formular perguntas, mas perigosíssimo responder a elas”.

Neste contexto, afirmou-se um grupo de historiadores franceses que se congregou em torno da Revista *Annales d'Histoire économique et sociale*, criada em Estraburgo, por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929²⁷. No editorial do primeiro número da revista Marc Bloch e Lucien Febvre propunham-se prosseguir um trabalho honesto, consciencioso e solidamente fundamentado (valores positivistas), mas marcado por uma

²⁶ O conceito *história nova* foi utilizado por Henri Berr inspirando-se no movimento *New History* criado nos Estados Unidos em 1912. A partir dos anos 70 do século xx, a terceira geração da escola dos *Annales*, composta por vários historiadores, entre eles por Jacques le Goff e Pierre Nora, iniciaram uma corrente historiográfica (marcada pela história das mentalidades) que designaram *histoire nouvelle* (*nova história*). Uma caracterização da *história nova* encontra-se em LE GOFF, JACQUES, CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques – *A Nova História* (ver em especial: LE GOFF, Jacques – “A História Nova”, pp. 253-284).

²⁷ O primeiro volume desta revista pode consultar-se em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/ahess_0003-441x_1929_num_1_1.

grande abertura cronológica, geográfica e temática e receptiva a outros saberes, nomeadamente os produzidos no âmbito das ciências sociais.

4.1.5.1. *Uma redefinição do objeto da História: “o homem todo e todos os homens”*

Estes autores operaram, de imediato, uma mudança no objeto da História. Marc Bloch enunciou-o da forma seguinte:

“O objecto da História é por natureza o homem. Melhor: os homens. Mais do que o singular favorável à abstracção, convém a uma ciência da diversidade o plural que é o modo gramatical da relatividade. Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições mais distanciadas dos

que as elaboraram, são exactamente os homens que a história pretende apreender. Quem não o conseguir será quando muito, e na melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao ogre da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça”.

Marc Bloch, *Introdução à História*, 1965, p. 28.

A conceção de “história total”, isto é do “homem todo e de todos os homens” foi, assim, formulada por Vitorino Magalhães:

“Caminhamos assim para uma História de todos os homens, uma História do homem total; mais concisamente: para uma História humana. Obra de todos, até talvez dos que não a quiseram, a história põe em cena desde o lavrador a rasgar as leiras com a charrua ao comandante do exército a delinear uma batalha, desde o ferreiro a martelar a bigorna ao inspirado que calcorreia as estradas a anunciar a boa-nova; passam os remadores agridoados com o suor a

escorrer, entram os estadistas a traçar os seus planos e em plena acção, o cientista debruça-se no laboratório enquanto o artista está com o cinzel a lavrar o mármore; uns rezam, outros combatem, outros labutam, mas também se ouve a grácil melodia do violino de Vivaldi ou o poderoso canto da Ode à Alegria da 9.^a de Beethoven.”

Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios III*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1971, pp. 39-40 e 151.

Esta redefinição do objeto da História, e conseqüentemente do seu campo – os homens concretos, na multiplicidade das suas expressões e na diversidade de espaços e de tempos – implicou uma reformulação do processo de construção do conhecimento histórico, isto é, da metodologia histórica²⁸.

4.1.5.2. *No início: a definição de problemas e a formulação de hipóteses*

Toda a investigação científica é, sempre, uma procura de respostas para determinados problemas. O ponto de partida da investigação histórica passou a ser, igualmente, a definição dos problemas e a formulação das hipóteses. “Sem problemas não há História”, advertiu Lucien Febvre. Por sua vez, Marc Bloch afirmou: “O questionário é a primeira necessidade de qualquer investigação bem conduzida”. O questionário é o conjunto de questões orientadoras da investigação que se podem reformular ao longo do processo de construção histórica.

A identificação e seleção das fontes é feita, desde logo, em função dos problemas e das hipóteses que foram previamente definidos. Por sua vez, as fontes só respondem às questões que lhes são colocadas.

“Muitas pessoas, e mesmo, ao que parece, certos autores de manuais, têm do caminho do nosso trabalho uma imagem espantosamente cândida. Primeiro – diriam essas pessoas – estão os documentos. O historiador reúne-os, lê-os, esforça-se por lhe pesar a autenticidade e a veracidade. Depois do que, e só então, põe mãos à obra. Só há nisto um contratempo: é que jamais historiador algum procedeu desta ma-

neira, mesmo que, por acaso, imagine que o está fazendo. Porque os textos, ou os documentos arqueológicos, mesmo os mais claros na aparência e os mais condescendentes, só falam quando se sabe interrogá-los. Antes de Boucher de Perthes, os sílex abundavam, como hoje, nos aluviões do Soma. Mas faltava o interrogador e não havia pré-história”.

Marc Bloch, *Introdução à História*, p. 60.

²⁸ Sobre a reformulação do processo de construção do conhecimento histórico consultar: BLOCH, Marc – *Introdução à História*; CARDOSO, Ciro F. S. & BRIGNOLI, H. Pérez – *Los métodos de la Historia*. Barcelona: Editorial Critica, 1977, pp. 19-38, 229-233, 339-346 e 387-394.

Afirma-se, deste modo, uma nova atitude perante a fonte: a fonte é também uma “construção” do historiador na medida em que é o historiador que lhe dá vida, e sentido, quando a integra num determinado contexto espacial e temporal.

4.1.5.3. O alargamento do conceito de fonte

Em matéria de fontes registou-se, igualmente, na primeira metade do século xx, um alargamento:

“Documento é toda a fonte de informação na qual o historiador pode retirar algo para o conhecimento do passado humano, perspectivado sob o ângulo de uma determinada questão”.

Marrou.

“É quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito”.

Marc Bloch.

O alargamento do campo das fontes levou a uma reformulação dos processos de crítica histórica que passou a convocar múltiplas áreas do saber para fazer o tratamento e aproveitamento das fontes (desde a Estatística à Química), para além das ciências tradicionais (a Paleografia ou a Diplomática).

O sentido da crítica histórica foi igualmente reformulado: a confusão entre subjetividade e parcialidade marcou, e marca, o discurso sobre a História, ignorando-se os princípios deontológicos que devem guiar o historiador (os que não são guiados por eles não são dignos desse nome). É importante ter em conta que o receio que o historiador deve experimentar ao analisar uma fonte não é tanto o de ser enganado por ela mas o de se enganar ou de não ser capaz de compreender a informação nela contida.

4.1.6. Factos de repetição e metodologia serial/quantitativa

A História concebida segundo o modelo positivista, centrava-se sobretudo no estudo de indivíduos e acontecimentos; estudava os factos na sua

perspetiva de facto singular, único, descurando as regularidades. Simiand no contexto de uma crítica contundente à História afirmara:

“Se o estudo dos factos humanos quer constituir-se em ciência, tem que se desviar dos factos únicos para se interessar pelos factos que se repetem, quer dizer, afastar-se do accidental para se fixar no regular, eliminar o individual para estudar o social”. (Simiand)

A identificação e o estudo dos factos de repetição pressupôs a utilização de fontes seriais (fontes que fornecem séries homogêneas e contínuas de dados, caso dos registos paroquiais e notariais ou registos de preços ou de frequência de eventos culturais ou desportivos). Implicava ainda contar, medir, agregar, avaliar estatisticamente o peso dos dados históricos, isto é, a utilização de uma metodologia quantitativa²⁹.

O tratamento quantitativo das fontes seriais permitiu o estudo de fenómenos estruturais e dinâmicas conjunturais nas áreas da demografia histórica e da história económica, mas também da história social, cultural, das mentalidades e da história política³⁰. Por sua vez, o cruzamento estatístico da informação (caso dos registos de óbitos e de preços em sociedades de Antigo Regime) revelou interações entre diversas componentes da realidade histórica permitindo a sua compreensão num âmbito mais alargado.

4.1.7. A metodologia comparativa

O método comparativo é indissociável do ofício de historiador. Os historiadores começaram a aplicar este método quando sentiram necessidade de comparar aspetos formais dos documentos (materiais de suporte, grafias,

²⁹ Sobre história quantitativa, ver: CARDOSO, Ciro F. S. & BRIGNOLI, H. Pérez – *Los métodos de la Historia*, pp. 25-38; LEMERCIER, Claire & ZALC, Claire – *Méthodes quantitatives pour l'historien*, La Découverte, Paris, 2007.

³⁰ Sobre os conceitos de estrutura e conjuntura ver: Estrutura/conjuntura (*A Nova História*, pp. 180-182); POMIAN, Krzysztof – “A história das estruturas”. *A Nova História*, pp. 183-208.

formulários) no sentido de proceder à sua avaliação crítica e à sua interpretação/compreensão.

A necessidade de comparar, de estabelecer analogias e diferenças passou a assumir outra dimensão no quotidiano do ofício do historiador quando se registou um alargamento do campo da história a objetos historiográficos que, não se confinando a especificidades locais ou nacionais, fazem parte integrante de toda a vida humana (nascer e morrer, alimentar-se ou reproduzir-se).

O método comparativo permite ao historiador avaliar, analisar, organizar, classificar, elaborar periodizações, aplicar conceitos e teorias. A história comparada implica a utilização do método comparativo, mas não se circunscreve a este.

Comparar sociedades, economias ou culturas é uma tarefa muito complexa. E surgem as questões: fazer história comparativa. Quais são as suas dificuldades e resultados?. Em artigo publicado, em 1928, na *Revue de synthèse historique*, perguntava Marc Bloch: “no nosso domínio o que é comparar? Incontestavelmente é o seguinte: escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenómenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. São portanto necessárias duas condições para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa semelhança entre os factos observados – o que é evidente – e uma certa dissemelhança entre os meios onde tiveram lugar”³¹. Praticante de história comparada europeia, Marc Bloch defendia ainda que a prática historiográfica nesta área implicava a definição de um inquérito bem definido às realidades a comparar, bem como a utilização de fontes suscetíveis de fornecerem dados de idêntica natureza.

³¹ BLOCH, Marc – *História e historiadores*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998, pp. 120-121.

É possível comparar sociedades distantes no espaço e no tempo, aparentemente não influenciadas umas pelas outras, ou sociedades próximas em termos espaciais e temporais, circunstância que permite colocar a hipótese de influências recíprocas. No primeiro caso, é, no entanto, necessário ter particular cuidado com os anacronismos. “O anacronismo, a analogia enganadora, a generalização indevida, a indução mal encaminhada, estes são alguns dos pequenos riscos e armadilhas que se encontram como que dissimuladamente espalhadas pelos caminhos e trilhas abertos por este fazer histórico, quase que à espera para devorar o historiador incauto que se adentra nestas mesmas trilhas sem o devido preparo”, adverte José D’Assunção Barros³².

Uma das primeiras obras de história comparada foi escrita por Marc Bloch e intitula-se os *Reis Taumaturgos*. Ao longo do século XX, tem-se praticado história comparada, constituindo hoje uma característica da história global que procura identificar diferenças, mas também conexões, transferências e mestiçagens. A obra de Serge Gruzinski, *A águia e o dragão. Portugueses e Espanhóis na globalização do século XVI* é um exemplo inspirador das potencialidades da comparação em História³³.

4.1.8. Uma nova concepção de tempo histórico

A História é na definição de Marc Bloch “ciência dos homens no tempo”. Este autor escreveu ainda: “o historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração”; o tempo para o historiador não é apenas uma medida “realidade concreta e viva volvida à irreversibilidade do seu impulso, o tempo da história é, pelo contrário, o próprio plasma em que banham os fenómenos e como que o lugar da sua inteligibilidade”³⁴.

³² “História comparada – Um novo modo de ver e fazer a História”. Revista de *História Comparada*, vol. 1, n.º 1, junho/2007, p. 3.

³³ Lisboa: Edições 70, 2015.

³⁴ BLOCH, Marc – *Introdução à história*, pp. 29-30.

O tempo tradicional da história, fundamentalmente da história política, é cronológico tendo como particular preocupação a inserção dos acontecimentos numa data, século ou época; expressava-se ainda numa arrumação da evolução histórica em períodos balizados por acontecimentos considerados fundadores de tempos novos, caso da Revolução Francesa, marco do início da contemporaneidade no mundo ocidental.

O alargamento do conhecimento histórico, em extensão e profundidade, decorrente do estudo de outros campos temáticos, a partir de novas fontes e metodologias, demonstrou as limitações da dimensão cronológica tradicional para situar e periodizar a multiplicidade de factos históricos bem como para perceber a diversidade das durações e os ritmos históricos³⁵.

Ao mesmo tempo, registou-se no campo da ciência uma mudança na concepção do tempo. As teorias de Einstein substituíram as newtonianas que vigoravam deste o século XVII: o tempo deixa de ser o quadro onde se desenrolam os fenómenos para ser inerente aos próprios fenómenos.

Uma forma expressiva de apresentar a diversidade de ritmos de mudança das diversas componentes da realidade histórica está patente na organização da obra de Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico no tempo de Filipe II* que se divide em três partes. No prefácio da primeira edição do Mediterrâneo, o autor apresenta a estrutura da obra, justificando-a, deste modo:

“Esta obra divide-se em três partes, cada uma das quais pretende ser uma tentativa de explicação do conjunto.

A primeira trata de uma história, quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feitas de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados [...]

Acima desta história imóvel, pode distinguir-se uma outra, caracterizada por um ritmo lento: se a expressão não tivesse sido esvaziada do seu sentido pleno, chamar-lhe-íamos de bom grado *história social*, a história dos grupos e agrupamentos.

Qual a influências dessas vagas de fundo no conjunto da vida mediterrânica, eis a pergunta que a mim próprio pus na

³⁵ Sobre uma nova concepção de tempo histórico ler na obra de Fernand Braudel, *Escritos sobre a História*, o capítulo “*Os tempos da História*”, pp. 15-36.

segunda parte da minha obra, ao estudar, sucessivamente, as economias, os estados, as sociedades, as civilizações, e ao tentar, por fim, e para melhor esclarecer a minha concepção de história, mostrar como todas estas forças profundas actuam no complexo domínio da guerra. [...]

E, finalmente, a terceira parte, a história tradicional, necessária se pretendemos uma história não à dimensão do homem mas do indivíduo, uma história de acontecimentos à maneira de Paul Lacombe e François Simiand, isto é, a da agitação da superfície, as vagas levantadas pelo poderoso movimento das marés, uma história com oscilações breves, rápidas, nervosas. Ultrassensível por definição, o menor movimento activa todos os instrumentos de medida. Com todas estas características, é de todas a mais apaixonante, a mais rica em humanidade, e também a mais perigosa. É necessário desconfiar desta história ainda quente, tal como os contemporâneos a sentiram, descreveram e viveram, segundo o ritmo das suas próprias vidas, breves como a nossa. Esta história tem a dimensão das

cóleras, sonhos e ilusões dos seus contemporâneos. [...] O historiador que leia os papéis de Filipe II encontrará um mundo bizarro, como que deslocado do seu tempo e lugar próprios, um mundo de paixões vivas, irreflectido, agitado, hostil a uma análise serena e profunda; um mundo perigoso, cujos sortilégios podemos, porém, conjurar se tivermos previamente estudado as grandes correntes subjacentes, frequentemente silenciosas, e cujo sentido só se revela se trabalharmos com dilatados períodos de tempo. Os acontecimentos espectaculares não passam muitas vezes de instantes, de manifestações de grandes destinos, e só neles encontram manifestação cabal.

Chegámos assim a um decomposição da história em planos sobrepostos; ou se se quiser, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, e de um tempo individual. [...] Maio de 1946”.

Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, Publicações D. Quixote, vol. I, Lisboa, 1983, pp. 21-26.

Como decorre do texto atrás transcrito, na primeira parte de *O Mediterrâneo* o autor apresenta formas de vida económica, social e cultural que se transformam a um ritmo muito lento (parecendo, por vezes, imóveis) no decorrer dos séculos (caso da vida nas montanhas). O tempo (duração e ritmo) destas realidades estruturais de muito longa duração (marcadas pelo condicionamento do meio pelo homem) é classificado por Braudel como *tempo geográfico*.

Na segunda parte, o autor foca-se na centúria em que viveu Filipe II, o século XVI, o contexto em que decorreu a sua ação, e aborda a dinâmica

das economias, dos estados e das civilizações. Num tempo caracterizado como *social*, trava-se um jogo entre “o imóvel e o que se move, a lentidão e o excesso de velocidade”, entre as *estruturas* e as *conjunturas* (conceitos que o historiador vai buscar à economia).

Finalmente na terceira, a análise foca-se no tempo de Filipe II evidenciando os acontecimentos, a “história ainda quente” narrada por alguns dos seus protagonistas. Utilizando uma expressiva metáfora, Braudel afirma que neste *tempo individual*, de curta duração, se observa “a agitação da superfície, as vagas levantadas pelo poderoso movimento das marés, uma história com oscilações breves, rápidas, nervosas”.

A organização em três partes do livro *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico no tempo de Filipe II* é uma estratégia utilizada por Braudel para expor e demonstrar a coexistência, no mesmo tempo cronológico, de realidades diversas que interagem condicionando o viver coletivo e o individual. A concatenação entre as diversas partes é exemplar: a explicação dos acontecimentos emerge no contexto das conjunturas e nas estruturas.

4.1.9. A elaboração de modelos explicativos

Enquanto os historiadores tiveram apenas como ambição apresentar uma sequência, ordenada cronologicamente, de factos particulares não sentiram necessidade de recorrer ou formular teorias. Esta necessidade tornou-se imperiosa quando surgiu a necessidade de passar da fase da simples descrição para a da explicação/compreensão. À pergunta, porquê utilizar a teoria?, responde Peter Burke:

“Essencialmente porque as teorias formalizam e institucionalizam o pensamento de observadores penetrantes da condição humana como Aristóteles, Maquiavel, Marx, ou Freud, e porque os problemas e situações que os historiadores estudam num determinado mo-

mento e num determinado lugar não são nunca completamente *sui generis*. Para evitar a miopia e o bairrismo – ossos do ofício dos historiadores empíricos – é preciso aprender a ver o geral no particular. Os problemas e as situações são recorrentes. Mas, obviamente,

nunca se repetem da mesma maneira. Contudo, é impossível ver o que há de único numa situação determinada sem a comparar com outras, ou com uma teoria geral. A solução não consiste em aceitar a teoria na totalidade das suas pretensões e, menos ainda, em forçar “os factos” para os encaixar nas suas catego-

rias. Trata-se antes de pôr as teorias ao serviço dos objectivos de cada um, de realizar uma espécie de *bricolage* intelectual. O confronto do abstracto com o concreto, do geral com o particular, pode conduzir a alterações ao nível da teoria”.³⁶

O mesmo autor define modelo teórico como uma “construção intelectual que simplifica a realidade para realçar o que se repete, o que é constante e típico, o que se apresenta como um grupo de traços e atributos”. (Peter Burke).

As pesquisas em fontes seriais, que fornecem dados homogéneos e contínuos, e de metodologias que possibilitaram o cruzamento, quantitativo e qualitativo, de diversas variáveis, permitiram a elaboração de alguns modelos interpretativos das dinâmicas históricas. Destacam-se, no século xx, as pesquisas (elaboradas por vezes por grandes equipas de investigação) que permitiram a compreensão do funcionamento de alguns aspetos das sociedades de Antigo Regime e a consequente formulação de modelos explicativos – caso do modelo económico ou do modelo demográfico. Por sua vez, os estudos à escala transnacional elaborados por Fernand Braudel permitiram-lhe identificar diferenças, mas também semelhanças, na evolução histórica e relações de interdependência e conexões entre espaços.

Braudel explicita no texto seguinte o conceito e os mecanismos de funcionamento das economias-mundo.

“Uma economia-mundo pode definir-se como tripla realidade: 1. Ocupa um determinado espaço geográfico; tem portanto limites que a explicam, e que variam, embora bastante devagar.

De tempos a tempos, com longos intervalos, há mesmo inevitavelmente, rupturas. Foi o que aconteceu a seguir aos Descobrimentos do final do século xv. E foi o que aconteceu, em 1689,

³⁶ BURKE, Peter – *O mundo como teatro. Estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992, pp. 11-12.

quando a Rússia, por mercê de Pedro-o-Grande, se abriu à economia europeia. Imaginemos uma franca, total e definitiva abertura das economias da China e da URSS, hoje: dar-se-ia, então uma ruptura dos limites do espaço ocidental, tal como existe actualmente. Tem portanto limites, que a explicam, e que variam, embora bastante devagar. 2. Uma economia-mundo submete-se a um pólo, a um centro, representado por uma cidade dominante, outrora uma cidade-estado, hoje uma grande capital económica. Podem coexistir, e até de forma prolongada, dois centros, numa mesma economia-mundo: Roma e Alexandria no tempo de Augusto e de António e Cleópatra, Veneza e Génova, no tempo da guerra pela posse de Chioggia (1378-1381), Londres e Amesterdão no século XVIII, antes da eliminação definitiva da Holanda.

É que um dos centros acaba sempre por ser eliminado. Em 1929, o centro do mundo passou, assim, hesitante mas inequivocamente, de Londres para Nova Iorque. 3. Todas as economias-mundo se dividem em zonas sucessivas. Há o coração, isto é, a zona que se estende em torno do centro: as Províncias Unidas nem todas, porém, quando, no século XVII, Amesterdão domina o mundo; a Inglaterra (não toda), quando Londres, a partir de 1780, suplantou definitivamente Amesterdão. Depois, vêm as zonas intermédias à volta do eixo central e, finalmente, surgem-nos as margens vastíssimas que, na divisão do trabalho que caracteriza uma economia-mundo, mais do que participantes são subordinadas e dependentes”.

Braudel, *Dinâmica do capitalismo*, pp. 85-86.

Com base nos estudos de Braudel³⁷, o sociólogo Immanuel Wallerstein ousou explicar o problema das assimetrias de desenvolvimento, inserindo-o no estudo do funcionamento do sistema económico mundial analisado em tempo longo³⁸.

O grande esforço de investigação realizado até à década de setenta do século XX permitiu conhecer as principais tendências da organização e da evolução da população das sociedades ocidentais. A História deixou, assim, de ser apenas uma narrativa de factos particulares e identificou o

³⁷ Uma síntese da trilogia de Braudel (*Civilização material, Economia e Capitalismo*) encontra-se na obra *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1986.

³⁸ WALLERSTEIN, Immanuel – *O sistema mundial moderno*, vol. I (*A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*), vol. II (*O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*). Porto: Afrontamento, 1990-94 (a ed. original data de 1974).

que era comum, geral numa sociedade, numa época, ou num conjunto de espaços. Este percurso da ciência histórica aproximou-a das ciências sociais, facilitando o diálogo interdisciplinar.

4.1.10. Prosopografia e estudos de redes sociais

Os caminhos da metodologia histórica no campo da história social passaram, a partir dos anos 80, em Portugal como em outros países, sobretudo pela prosopografia ou biografia coletiva. Lawrence Stone define método prosopográfico, nos seguintes termos:

“Prosopografia é a pesquisa das características comuns do passado de um grupo de atores através do estudo coletivo das suas vidas. O método consiste em definir o universo a ser estudado e em formular um conjunto de questões: sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição económica herdada, lugar de residência, educação, nível de riqueza, experiência profissional, religião, etc. Os vários tipos de informação acerca de dos indivíduos de um dado universo são justapostos e examinados através de variáveis significativas. Essas variáveis são testadas a partir das suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento”³⁹.

Este método permite identificar características comuns a um grupo social ou socioprofissional, apreender as suas dinâmicas internas (nomeadamente as questões da mobilidade social) e os relacionamentos com outros grupos ou indivíduos.

Em Portugal, o caminho da prosopografia foi apontado, em 1979, por André Mansuy num artigo em que traçou o percurso social de alguns negociantes portugueses⁴⁰. É, igualmente, neste registo que se situam os

³⁹ STONE, Lawrence, “Prosopography”. *Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences*, Vol. 100, n.º 1, 1971, p. 46.

⁴⁰ SILVA, André Mansuy Dinis – “Une voie de connaissance pour l’histoire de la société portugaise au XVIII siècle: les micro-biographies (Sources – Méthode – Étude de cas)”. *Clio*, vol. 1, 1975.

estudos de Nuno Monteiro sobre nobreza portuguesa⁴¹, de Mafalda Soares da Cunha sobre redes clientelares de uma casa senhorial⁴²; de Jorge Pedreira sobre homens de negócio⁴³, de Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha sobre as carreiras de governadores⁴⁴ e de Fernanda Olival sobre ordens militares⁴⁵. Idêntica metodologia foi utilizada pelos historiadores que se têm dedicado ao estudo das oligarquias concelhias. Os estudos prosopográficos podem articular-se com os estudos de redes sociais⁴⁶.

Esta última metodologia permite representar “o campo social” como uma “estrutura em rede” constituída por um conjunto de pontos e de linhas. Os pontos representam os indivíduos, as linhas as interações recíprocas. Vários investigadores encontraram na *network analysis* os meios de explicar o comportamento dos indivíduos não só através dos atributos das pessoas que integram a rede mas também através das conexões que elas estabelecem umas com as outras: caso, por exemplo, de relações familiares, económicas ou políticas⁴⁷.

⁴¹ MONTEIRO, Nuno – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: INCM, 1998.

⁴² CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.

⁴³ PEDREIRA, Jorge – “Os negociantes de Lisboa na Segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”. *Análise social*, 116/117, 4.ª série, vol. XXVII, 1992, pp. 407-440.

⁴⁴ MONTEIRO, Nuno & CUNHA, Mafalda Soares da – *Vice-Reis, Governadores e Conselheiros do Governo do Estado da Índia (1505-1834)*.

⁴⁵ OLIVAL, Fernanda – *Para uma análise sociológica das Ordens Militares no Portugal do Antigo Regime: 1581-1621*. Lisboa: FLUL, 1988.

⁴⁶ Consultar, a título de exemplo, o estudo de RIBEIRO, Ana Sampaio Sacramento – *Nobrezas da governança: identidades e perfis sociais. Coimbra 1777-1820*, Coimbra, 2013 (tese de doutoramento policopiada).

⁴⁷ POLÓNIA, Amélia – *Redes informais e mecanismos de cooperação na Época Moderna. Quadro teórico e contributos epistemológicos aplicados ao espaço colonial português*. Working paper disponível em: http://www.dyncoopnetpt.org/images/papers/redes_informais_e_mecanismos_de_cooperacao_na_epoca_moderna.pdf, acessido em 5 de julho de 2016; LUIS CASTELLANO, Juan & DEDIEU, Jean-Pierre – *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l’Ancien Régime*. Paris: CNRS Éditions, 1998, p. 10.

O estudo de redes conta hoje com metodologias informáticas muito inovadoras, nomeadamente a desenvolvida por Joaquim Ramos de Carvalho – *Micro-História com Kleio* (MHK)⁴⁸.

4.1.11. A micro-história

Uma das correntes mais inovadoras da História, tanto do ponto de vista teórico como metodológico, tem sido a micro-história, corrente difundida em vários países, a partir dos anos oitenta, mas que nasceu num país historiograficamente periférico: a Itália. A novidade desta corrente, ou correntes (atendendo à sua diversidade), reside na redução da escala de análise – temática⁴⁹ ou espacial⁵⁰ – para tentar captar comportamentos de “homens concretos”.

Do ponto de vista metodológico esta forma de fazer história caracteriza-se por cruzar a informação proveniente do maior número possível de fontes no sentido de captar todos os traços e indícios do objeto em estudo. Este cruzamento denso de fontes implica a utilização de bases de dados construídas para o efeito. Há duas obras de referência neste campo. A primeira é de autoria de Carlo Ginzburg – *O queijo e os vermes* – obra em que se desvenda o universo mental de um membro de uma “classe subalterna”, o moleiro Menocchio, através da análise dos seus depoimentos registados num processo inquisitorial de que foi alvo no século xvi. A segunda foi escrita por Giovanni Lévi. Intitula-se a *Herança Imaterial* e “reconstitui” o quotidiano de uma comunidade italiana do século xviii, Santena, desvendado, entre outras fontes, por um processo movido a um padre exorcista.

⁴⁸ Sobre esta metodologia consultar: CARVALHO, João Manuel Silva Antunes Neves de – *Time link: a evolução de uma base de dados prosopográfica*. Coimbra, 2010. Dissertação de mestrado disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15366>.

⁴⁹ GINZBURG, Carlo – *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

⁵⁰ REVEL, Jacques – *Jeux d'Échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard, 1996.

Em Portugal destacam-se, igualmente, dois estudos pioneiros e muito inovadores. Joaquim Ramos de Carvalho na sua tese de doutoramento – *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime. Soure, 1680-1720. Reconstituições, interpretações e metodologias* – estuda as visitas pastorais cruzando as informações referentes a pessoas nelas sinalizadas com as disponíveis em outras fontes (registos paroquiais, registos notariais, processos de ordenação sacerdotal e diversa documentação de proveniência senhorial), metodologia que lhe permitiu reconstituir percursos e estratégias sociais, bem como apreender os valores impostos, e partilhados, a uma comunidade de Antigo Regime.

Esta tese de doutoramento estrutura-se em duas partes. Na primeira, o autor faz a reconstituição dos perfis e estratégias sociais de algumas pessoas denunciadas nas visitas, integrando este estudo na rede de relações interpessoais e no contexto económico e social. Na segunda, apresenta com grande minúcia a metodologia utilizada, nomeadamente a construção e funcionamento da base de dados que permitiu o cruzamento de múltiplas informações referentes ao mesmo indivíduo, metodologia que utiliza a linguagem Kleio⁵¹.

A metodologia da micro-história foi igualmente utilizada por José Pedro Paiva na sua tese de doutoramento que intitulou “Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas (1600-1774)”⁵².

Nesta obra, o autor constatando a partir de dados quantitativos que, em Portugal, não se verificou, nos séculos XVII e XVIII, uma repressão violenta a práticas e crenças mágicas, consideradas atos de bruxaria, como aconteceu noutros países da Europa, procura compreender as razões desse fenómeno. O espaço escolhido para dar resposta ao problema é o território nacional,

⁵¹ Sobre esta metodologia consultar: CARVALHO, Joaquim Ramos – “Micro-Historical Perspectives on Moral Choices: Case Studies from Early Modern Portugal”. *e-JPH*, vol. 2, number 2, Winter 2004. Disponível em https://www.academia.edu/171391/Micro-Historical_Perspectives_on_Moral_Choices_Case_Studies_from_Early_Modern_Portugal_e-JPH_Vol._2_number_2_Winter_2004 (acedido em 20 de agosto de 2016).

⁵² Editorial Notícias, Lisboa, 1998.

optando assim o autor por uma abordagem macroscópica do fenómeno em análise. Esta abordagem permite apreender a configuração dos grandes processos. No entanto, dos homens concretos o historiador só se pode aproximar em abordagens microscópicas. A necessidade de conhecer o perfil social, bem como o contexto social e relacional de algumas mulheres acusadas de bruxaria, levaram o autor a elaborar um estudo de uma pequena comunidade, escolhendo para o efeito S. Martinho do Bispo, um couto da mitra de Coimbra. Graças ao cruzamento de múltipla informação nominal foi possível a José Pedro Paiva reconstituir histórias de vidas de mulheres acusadas de bruxaria encontrando assim os contextos sociais e as motivações de denunciante e denunciadas.

A metodologia da micro-história ao confrontar o geral com o particular permitiu dar sentido ao particular e substância ao geral. Possibilitou ainda apreender a diversidade de expressões locais (de receções) de fenómenos considerados gerais e trouxe para o campo de análise histórica muitas pessoas e fenómenos até então ignorados, ou pouco estudados, caso dos marginais, dos “dominados”, das periferias, das mentalidades e da vida quotidiana.

4.1.12. Uma História à escala global. As “connected histories”

Há diversas escalas espaciais de análise histórica. A história política tradicional centrou-se na escala nacional; o movimento de renovação da história ocorrido até à década de 70 do século xx utilizou sobretudo a escala local e regional, sendo a regional algumas vezes constituída por espaços de diversas regiões nacionais. Por sua vez, a micro-história lidou com escalas espaciais menores (os territórios de pequenas comunidades) no sentido de captar vivências individuais ou relações sociais.

Uma história à escala global está presente na obra *Civilização material, economia e capitalismo*, de autoria de Fernand Braudel, dimensão espacial e temporal (sécs. xv a xx) que permitiu a Wallerstein estudar o sistema mundial moderno em perspetiva histórica. A escala global esteve igualmente presente na historiografia sobre impérios e colonizações. A aborda-

gem tradicional desta temática centrava-se, no entanto, no estado/nação e apresentava uma perspetiva eurocêntrica que privilegiava as relações de dominação e os processos de aculturação. As descolonizações, e a consequente afirmação de novos estados, tiveram como consequência o questionar da perspetiva eurocêntrica e afirmação de outros olhares, nomeadamente os provenientes dos povos denominados. Afirmou-se, deste modo, uma *história pós-colonial*. Para além das relações de dominação e de aculturação, os historiadores estão agora atentos à vertente da negociação, da mestiçagem, das “connected histories”⁵³.

A história global tem ainda procurado encontrar as razões explicativas para a dominação do ocidente sobre outros espaços mundiais, caso da obra de Jack Goldstone *História global do ocidente 1500-1850*⁵⁴ ou do estudo de Philip Hoffman *Why did Europe conquer the world*⁵⁵.

De notar ainda que a escala global é a adequada ao estudo de fenómenos transnacionais como é o caso do clima, das migrações, dos movimentos artísticos e culturais ou das crises⁵⁶.

Utilizando uma metáfora, podemos afirmar que o historiador, à semelhança do fotógrafo, tem que ajustar a “distância focal da objetiva” ao objeto que pretende “registar”, podendo trabalhar com várias escalas. Por exemplo o estudo da receção do global no local, implica cruzar o global e o local, abordagem que já recebeu o nome de “glocal”. É esta a perspetiva a utilizar quando se pretende estudar a forma como um fenómeno europeu (caso do iluminismo) se repercutiu, e foi assimilado, nos territórios da colonização europeia.

⁵³ SUBRAHMANYAM, Sanjay – “Connected Histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia”, in *Modern Asian Studies*, vol. 31, n.º 3 (*The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800*), Jul., 1997).

⁵⁴ Lisboa: Edições 70, 2010.

⁵⁵ Princeton University Press, 2015.

⁵⁶ Um exemplo: PARKER, Geoffrey – *Global crisis. War, climate change and catastrophe in the seventeenth century*. Yale University Press, 2013.

5. TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS (1900-1970)⁵⁷

A História é um dos mais antigos ramos do saber. A disciplina científica tal como hoje a concebemos é, no entanto, mais recente, afirmando-se no século XIX, período em que a História se institucionalizou, autonomizando-se como campo de docência universitária. No mesmo contexto, a História viu reconhecido o estatuto de ciência legitimado na solidez metodológica da crítica dos documentos, de influência alemã (Ranke), e na adopção do paradigma discursivo das ciências naturais (Fustel de Coulanges).

Em termos de conteúdo, os historiadores oitocentistas desbravaram vários campos, constituindo-se, no entanto, como referência a historiografia positiva, de cariz político e institucional, que produziu uma narrativa que entretecia factos únicos numa sequência cronológica e linear de causalidades.

Este género historiográfico foi alvo de violentas críticas por parte de François Simiand, autor que acusou os historiadores de se confinarem à adoração de “três ídolos” (Simiand): o cronológico, o político e o factual num texto intitulado “Méthode historique et science sociale” (1903).

Perante este repto colocado pelas ciências sociais emergentes, sobretudo pela Sociologia, e em sintonia com os desafios de uma sociedade em mudança, um grupo de historiadores, em que se destacam Marc Bloch e Lucien Febvre, desencadearam um processo de renovação da pesquisa e da construção históricas que passou pela inovação ao nível dos temas estudados, dos problemas, das fontes, dos métodos e dos modelos teóricos.

Neste contexto, as correntes mais inovadoras da historiografia europeia, até à década de 70 do século XX, substituíram o individual pelo coletivo e o estudo dos acontecimentos políticos pelos fenómenos económicos, sociais

⁵⁷ O objetivo deste capítulo é fornecer informação sobre alguns dos campos historiográficos desbravados pelos historiadores no século XX. A bibliografia apresentada em nota de rodapé visa fornecer aos estudantes informação sobre algumas obras de referência publicadas no século XX e XXI.

e mentais. Procuraram a apreensão das linhas estruturantes do processo histórico, articulando estruturas com dinâmicas conjunturais.

No plano metodológico há que destacar a utilização de núcleos massivos de fontes seriais (registos paroquiais, notariais, fiscais, preços, salários e dízimos) e a criação de uma metodologia quantitativa adequada ao tratamento dos dados extraídos dessas fontes. Cruzaram-se indicadores (preços e produção, ou preços e óbitos), praticou-se o método comparativo e procuraram-se comportamentos diferenciais.

Tendo sempre como meta a construção de uma “história total”, elaborou-se um conhecimento, estatisticamente alicerçado, nas áreas da história económica, da demografia histórica, da história social e das mentalidades.

Num tempo de defesa da interdisciplinaridade, os historiadores inspiraram-se em modelos teóricos e metodológicos provenientes da geografia, da economia, da sociologia e da demografia. Por sua vez, a estatística e a informática constituíram-se como instrumentos indispensáveis para a metodologia histórica possibilitando o tratamento de grandes volumes de dados.

O conhecimento produzido pelos historiadores foi divulgado através de obras individuais ou coletivas e de revistas, sendo as mais influentes as seguintes: *Economic History Review* (1926); *Annales d’Histoire Économique et Sociale* (1929); *Past and Present* (1952); *Comparative Studies in Society and History* (criada em 1958); *Journal of interdisciplinary History* (1970).

Em Portugal, até à década de 70, o ambiente político e ideológico em geral, e o universitário em particular, não foram muito favoráveis à divulgação de algumas correntes historiográficas que se desenvolviam na Europa. Nestas circunstâncias, foram sobretudo os historiadores estrangeiros que escolheram como temas de investigação a realidade portuguesa – Albert Silbert, Charles Boxer, Frédéric Mauro – e os historiadores portugueses que fizeram parte das suas carreiras universitárias no estrangeiro – Vitorino Magalhães Godinho, Oliveira Marques, Miriam Halpern Pereira – e historiadores não universitários – Jaime Cortesão – os principais responsáveis pela sintonia da historiografia portuguesa da época moderna com a europeia.

Importa, no entanto, destacar alguns historiadores que conseguiram promover a renovação historiográfica em ambiente universitário português. Entre eles destacam-se Luís Albuquerque, no campo da História dos Descobrimentos; Virgínia Rau, Borges de Macedo, Armando de Castro, António de Oliveira e Luís Ferrand de Almeida na área da História Económica e Social; Joaquim de Carvalho, António José Saraiva, Joaquim Barradas de Carvalho, Silva Dias no domínio da História da Cultura e das Ideias.

5.1. HISTÓRIA ECONÓMICA

Estruturas e sistemas económicos. Dinâmicas de conjuntura. Crises

Até à década de setenta do século xx destacam-se, na historiografia europeia, em particular na francesa, os estudos sobre movimentos e flutuações económicas utilizando como principais indicadores os preços, os salários, as rendas, os quantitativos de produção agrícola e industrial e a moeda. Estes estudos pretendiam dar uma resposta ao problema do crescimento nas sociedades pré-industriais, manifestando, igualmente, um particular interesse pelo estudo das crises económicas.

Os períodos mais tratados pela historiografia francesa foram as épocas medieval e moderna. Por sua vez, na Inglaterra e na Alemanha, países mais industrializados, os historiadores dirigiram os seus estudos de natureza económica e social para os séculos xix e xx⁵⁸. Para matizar o quadro,

⁵⁸ CIPOLLA, Carlo M. – *Entre la historia y la economia. Introducción a la historia económica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991 (conteúdos, fontes e métodos da história económica); SIMIAND, François – *Le salaire, l'évolution sociale et la monnaie: essai de théorie expérimentale du salaire*. Paris, 1932, 3 vols.; SIMIAND, François – *Les Fluctuations économiques à longue période et la crise mondiale*. Paris, 1932; LABROUSSE, Ernest – *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*. Paris: Dalloz, 1932; CHAUNU, P. – *P. Séville et l'Atlantique (1504-1650)*. SEVPEN, Paris, 1955-59; GODINHO, Vitorino Magalhães – *Prix et monnaies au Portugal 1750-1850*. Paris, 1955; LADURIE, Emmanuel Le Roy – *Les fluctuations du produit de la dime. Conjoncture décimale et domaniale de la fin du Moyen Age au XVIIIe siècle*. Paris-Haia, Mouton, 1972, 2 vols.

é necessário não esquecer a *New economic History*, campo desenvolvido nos Estados Unidos, com grande sofisticação teórica e metodológica, e que aplicava, e aplica, ao passado modelos criados na economia atual, utilizando métodos de simulação histórica, denominados *contrafactuais*.

Em Portugal a história económica só entra de uma forma massiva na agenda historiográfica nos anos setenta do séc. xx. Condicionismos de natureza ideológica explicam que os principais trabalhos nesta área, relativos à realidade nacional, tenham sido elaborados por historiadores portugueses que, por motivos políticos, lecionavam em universidades estrangeiras, caso de Oliveira Marques, Magalhães Godinho, Manuel Vilaverde Cabral, ou por historiadores estrangeiros que se dedicavam a temas portugueses: Charles Boxer, Albert Silbert.

Entre os construtores dos alicerces da história económica portuguesa destaca-se Borges de Macedo, autor que percorreu várias áreas da História Moderna (económica, social, política, diplomática e cultural). As suas obras na área da história da indústria e do comércio continuam a constituir referências incontornáveis. O período pombalino, época em que, na sua opinião, “a historiografia portuguesa revelava as suas mais significativas deformações”, foi um dos mais estudados pelo autor nas perspetivas económica e social (*A situação económica no tempo de Pombal*, Lisboa, 1950; *Problemas da História da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1963) e na perspetiva política e institucional (cf. artigos “centralização”, “absolutismo”, “Pombal” do *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão).

Na área da história económica destaca-se o historiador Vitorino Magalhães Godinho. Na sua obra é de relevar: o carácter pioneiro da pesquisa; a solidez teórica e metodológica; a constante preocupação de compreender a vida económica cruzada com as “ferramentas” culturais e mentais de cada época; a inserção da realidade portuguesa no contexto da economia-mundo.

Na primeira metade do século xx, Costa Leite e Jaime Cortesão já se haviam dedicado à história dos Descobrimentos Portugueses. Magalhães Godinho veio reequacionar o estudo do fenómeno da Expansão inserindo-a

no contexto económico português e mundial e fazendo intervir, na sua génese e desenvolvimento, os condicionalismos de natureza técnica, social e cultural. Fazendo um balanço da historiografia anterior relativa aos descobrimentos, escreveu, em 1958, no prefácio da tese de doutoramento apresentada à Sorbonne, *Os descobrimentos e a economia mundial*, “A rota do Cabo ainda não encontrou o seu Clarence Haring, os preços em Lisboa e noutras praças continuam à espera do seu Earl J. Hamilton, o oceano Índico ou o Atlântico português o seu Fernand Braudel, as ciências, as técnicas, as crenças, a sensibilidade reclamam o seu Lucien Febvre e o seu Marcel Bataillon”.

Na mesma linha dos estudos elaborados por Hamilton e Labrousse, este autor estudou ainda a evolução dos preços articulando-os com as emissões monetárias e as crises económicas (*Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850*, Lisboa, 1955). Por sua vez, os impulsos de desenvolvimento industrial foram analisadas, pela primeira vez, em articulação com as crises comerciais (“As frotas do açúcar e as frotas do ouro”. In *Ensaio*, vol. II, Lisboa, 1968).

Em sintonia com os estudos de estruturas sociais que pontuavam na Europa, publicou, em 1971, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, obra em que apresentou as linhas estruturantes da sociedade portuguesa ao longo do tempo. Nos *Ensaio*s (nomeadamente nos volumes recentemente reeditados), nos artigos da *Revista de História Económica e Social* criada em 1978 bem como em outras obras (*Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar*, Lisboa: Difel, 1990) os jovens historiadores poderão encontrar importantes ensinamentos de natureza teórica e metodológica.

5.2. DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Comportamentos demográficos e estrutura da família

A demografia histórica foi uma das áreas mais cultivadas na primeira metade do século xx, em particular na Inglaterra (*Cambridge Group for*

the History of Population and Social Structure – Peter Laslet, Wrigley) e em França (onde se destacam os historiadores Louis Henry, Poussou).

Com base numa metodologia de recolha e tratamento de dados colhidos nos registos paroquiais e em listas nominativas (como róis de confessados), quantificaram-se efetivos populacionais, estudaram-se comportamentos demográficos (natalidade, nupcialidade, mortalidade), apuraram-se taxas de fecundidade; analisaram-se os movimentos da população em articulação com os meios de subsistência e as flutuações económicas; reconstituíram-se famílias e definiram-se tipologias de grupos domésticos⁵⁹.

A demografia histórica, em Portugal, começou a ser objeto de análise em teses de licenciatura orientadas em Lisboa por Virgínia Rau, no Porto por António Cruz e em Coimbra por António de Oliveira. As teses de licenciatura constituíram um espaço de inovação no contexto universitário português. Com efeito, nelas foi possível experimentar novas metodologias e novos campos temáticos. Os estudos de população, aparentemente inócuos do ponto de vista ideológico, (face ao controlo apertado e censura do Estado Novo sobre a investigação histórica e todas as áreas do pensamento em Portugal) foram introduzidos nas Faculdades de Letras de Coimbra, na década de 60, como tema de teses de licenciatura. Estes estudos de freguesias urbanas e rurais, em grande parte inéditos, constituem-se como pedras sólidas da historiografia portuguesa⁶⁰.

Um conhecimento profundo da sociedade portuguesa, globalmente considerada, tem necessariamente que assentar em estudos da população, referentes a todo o território português, que revelem quantitativos e

⁵⁹ MEUVRET, J. – “Les crises de subsistance et la démographie d’Ancien Régime”. *Population*, 1946; HENRY, LOUIS & FLEURY, M. – *Nouveau manuel de dépouillement et d’exploitation de l’état civil ancien*. Paris, 1956; GUILHAUME, P. & POUSSOU, J. – *Démographie historique*. Paris: Armand Colin, 1970; AMORIM, MARIA NORBERTA – *Método de exploração dos livros de registos paroquiais: Cardanha e a sua população de 1573 a 1840*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos, 1980.

⁶⁰ Cf. MOTA, Guilhermina – “Teses apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Estudos de População”. *População e Sociedade*, n.º 3, 1997.

tendências de evolução, comportamentos demográficos e estruturas da família. Estamos ainda longe de atingir esse objetivo. A tese de doutoramento de João Alves Dias sobre a população portuguesa na primeira metade do século XVI (*Gentes e espaços*, Lisboa, 1996) e a de Fernando de Sousa (*A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, 1980); os trabalhos elaborados ou orientados por Norberta Amorim sobre diversas freguesias, bem como os contributos de vários estudos monográficos dedicados a problemáticas de história económica e social, constituem-se, entretanto, como importantes alicerces da história da população portuguesa⁶¹.

5.3. HISTÓRIA SOCIAL

Estruturas, hierarquias e relações sociais

Toda a história é história social, afirmou Lucien Febvre. A complexidade do campo da História exige, entretanto, especializações no sentido de melhor captar e entender a sociedade na sua estruturação e nas suas dinâmicas. A história social desenvolveu-se em estreita articulação com a história económica, mas foi abordada igualmente numa perspetiva mais especializada. Neste sentido, os historiadores da sociedade, muitas vezes em diálogo com sociólogos e antropólogos, identificaram grupos sociais e categorias socioprofissionais, mediram níveis de fortuna, travaram um deba-

⁶¹ AMORIM, Norberta – *Guimarães de 1580 a 1819, estudo demográfico*, Lisboa, INIC, 1987; MOTA, Guilhermina Martins da – “Estruturas familiares no mundo rural: grupos domésticos no bispado de Coimbra em 1801”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 24, 1988; ROWLAND, R. – “Sistemas demográficos e padrões familiares em Portugal”. *Ler História*, 4, 1994; MOTA, Guilhermina – “Notas para o estudo da família em Penela no século XIX”. In *Na Morte de Um Homem Bom: homenagem ao Professor Salvador Dias Arnaut*. Coimbra-Figueira da Foz, 1998, pp. 81-90 (um estudo de agregados familiares utilizando róis de confessados); RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – *História da População Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2009.

te (Mousnier, Soboul) sobre os princípios hierarquizadores das sociedades pré-industriais; construíram modelos explicativos da evolução social⁶².

Os camponeses e os respetivos senhores foram objeto de particular destaque pelas historiografias francesa e polaca (Marc Bloch e Witold Kula)⁶³. Por sua vez, as historiografias inglesa e alemã deram relevo ao estudo das burguesias e do operariado⁶⁴.

Uma das primeiras obras de relevo na área da história social portuguesa foi a tese de doutoramento de António de Oliveira, intitulada *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, publicada em 1971/72⁶⁵, mas que constitui fruto de mais de uma década de aturada investigação documental. A temática escolhida era ao tempo em que foi concebido o projeto de investigação tendente à elaboração da tese de doutoramento muito inovadora e ousada no panorama da investigação histórica das universidades portuguesas. Recorro às palavras do autor para fundamentar a sua opção temática. Referindo-se à historiografia conimbricense anterior escreve:

“Dominando a vida conimbricense, a Universidade igualmente absorveu, de modo geral, a atenção dos historiadores. A prioridade historiográfica coube, naturalmente, com exceção, mais notória, das recentes publicações de documentos

sobre *Artes e Ofícios* do senhor Professor Doutor Manuel Lopes de Almeida, às figuras, doutrinas ou institutos que por si mesmo se salientavam. Mas para que Coimbra estudasse e ensinasse tornava-se necessário o trabalho quotidiano de

⁶² LABROUSSE, Ernest – “Voies nouvelles vers une histoire de la bourgeoisie occidentale aux XVIII et XIX siècles (1750-1850)”. *Congrès des sciences historiques de Rome*, 1955; DAUMARD, A. – *La bourgeoisie parisienne de 1815 a 1848*. Paris: La Haye-Mouton, 1969; MOUSNIER, R. – *La stratification sociale à Paris aux XVII et XVIII siècles*. Paris: PUF, 1976; JULIAN CASANOVA – *La historia social y los historiadores*. Barcelona: Editorial crítica, 1991 (síntese sobre as grandes tendências da história social).

⁶³ BLOCH, Marc – *La société féodale*. Paris: Éditions Albin, 1939; KULA, Witold – *Teoria Económica do sistema feudal*. Lisboa: Editorial Presença, 1979 (publicado em 1962).

⁶⁴ THOMPSON, Edward P. – *The making of the english working class*. London, 1963

⁶⁵ Esta obra está disponível em ebook.

muita gente, integrada ou não no corpo universitário. Gente sem nome e sem posição, a maioria das vezes. Mas Homens. Por ele nos interessámos, ao pretendermos contribuir para a história social de Coimbra, e não apenas pelos que brilharam pelo nascimento, riqueza, poder ou inteligência. A fisionomia da cidade foi moldada pelos rostos de uns e outros”⁶⁶.

A tese de António de Oliveira constitui um marco na historiografia social portuguesa e um modelo de referência para a história urbana da época moderna.

Movimentos sociais

Outro objeto de análise da história social foram os movimentos sociais. Vários autores se dedicaram à análise de revoluções e diversas formas de protesto como levantamentos, revoltas e motins⁶⁷.

A articulação da dinâmica económica com os movimentos sociais permitiu a Ernest Labrousse estudar o contexto económico e social em que ocorreu a Revolução Francesa (*La crise économique de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la révolution*. Paris: PUF, 1944).

Por sua vez, Boris Porchnev estudou os movimentos sociais no tempo da Fronda⁶⁸; Hobsbawm elaborou uma obra, ainda hoje de referência, sobre as formas de protesto na contemporaneidade⁶⁹.

A problemática dos movimentos sociais em Portugal registou um grande desenvolvimento nas três últimas décadas do século xx, desdobrando-se em diversas perspetivas: movimentos antifiscais e motins da fome que eclodiram em diversos pontos do país ao tempo da dominação filipina,

⁶⁶ OLIVEIRA, António – *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: 1971, p. 1. *Idem*, publicação em ebook, Coimbra: Palimage – www.palimage.pt – 2016.

⁶⁷ NICOLAS, Jean (dir.) – *Mouvements Populaires et Conscience Sociale. XV-XIX siècles*. Paris: maloine s.a. editeur, 1985.

⁶⁸ PORCHNEV, Boris – *Les soulèvements populaires en France de 1623 à 1648*. Paris: SEVPEN, 1963.

⁶⁹ HOBBSAWM, Eric – *Primitive Rebels. Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries*. Londres, 1959.

em particular nos anos de 1636-1637, fenómenos estudados por António de Oliveira⁷⁰, Romero Magalhães⁷¹ e Aurélio de Oliveira⁷²; movimentos de protesto motivados por múltiplas circunstâncias, desenrolados em espaços urbanos e rurais, e em que foram protagonistas diversos grupos sociais (cristãos-novos, estudantes, soldados, padeiras, regatões)⁷³. Pelo carácter marcadamente urbano e pelo rigor da repressão há que destacar os motins do Porto de 1757⁷⁴. Constituindo a agricultura a principal fonte de subsistência, riqueza, poder e prestígio social, em volta da terra gerou-se uma intensa conflitualidade expressa em diversos movimentos de contestação antissenhorial. Neste campo, trabalharam sobretudo José Manuel Tengarrinha⁷⁵ e Margarida Sobral Neto⁷⁶, sendo ainda de relevar outros estudos⁷⁷.

Os movimentos operários constituíram, desde a Revolução do 25 de Abril, um tema de particular interesse. Destacamos neste campo um dos pioneiros, o historiador César de Oliveira⁷⁸.

⁷⁰ OLIVEIRA, António – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*, Coimbra: IHES, 2002 (Coletânea de artigos publicados entre 1968 e 1998).

⁷¹ MAGALHÃES, Romero – *1637: motins da fome*, “Biblos”, Coimbra, 52, 1976.

⁷² OLIVEIRA, Aurélio – *Contribuição para o estudo das revoltas e motins populares em Portugal: as sublevações de Viana do Castelo em 1636*, Porto, 1979.

⁷³ OLIVEIRA, António – “O motim dos estudantes de Coimbra contra os cristãos-novos em 1630”. *Biblos*, Coimbra, 57, 1981; ALMEIDA, Luís Ferrand – “Motins populares no tempo de D. João V”. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 6, 1984; CAPELA, José Viriato – “Tensões sociais na região de Entre Douro e Minho”. *Distrito de Braga*, Braga, 2.^a série, 3(7) 1978.

⁷⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Absolutismo esclarecido e intervenção popular: os motins do Porto de 1757*. Lisboa: INCM, 1990.

⁷⁵ TENGARRINHA, José – *Movimentos Populares Agrários em Portugal, I (1751-1807), II (1808-1825)*, Lisboa: Europa-América, 1994;

⁷⁶ NETO, Margarida Sobral – *Terra e Conflito. Região de Coimbra. 1700-1834*. Viseu: Palimage Editores, 1997; Idem, *O Universo da Comunidade Rural*. Coimbra: CHSC/ Palimage, 2010.

⁷⁷ VARGUES, Isabel Nobre – “Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851): subsídios para uma cronologia e bibliografia”. *Revista de História das Ideias*, 7, 1987.

⁷⁸ OLIVEIRA, César de – *O Operariado e a República Democrática: 1910-1914*. Porto: Edições Afrontamento, 1972.

5.4. AS MONOGRAFIAS REGIONAIS

Alguns estudos de processos económicos, sociais e mentais, a nível macro, e muitas vezes de âmbito nacional, foram possíveis graças ao trabalho de grandes equipas de investigação. O estudo articulado destes processos com vista à construção da ambicionada história total, implicava, entretanto, a redução da escala espacial de análise. Com este objetivo, e na sequência das monografias regionais elaboradas por geógrafos, historiadores ingleses e franceses dedicaram-se à realização de estudos locais e regionais, que se reportaram sobretudo a períodos anteriores ao século XIX, tempo em que a integração nacional dos territórios era, em muitos casos, ainda muito imperfeita.

Historiadores pioneiros na realização de histórias regionais foram Pierre Goubert e Fernand Braudel, autor que elaborou um estudo notável, de âmbito transnacional, sobre a região mediterrânica, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo no tempo de Filipe II*⁷⁹. Esta obra é, na nossa perspetiva, um marco maior na historiografia do século XX, por ser aquela que mais se aproximou da “utopia” da construção da história total. De destacar ainda o facto de o autor, privilegiando embora a análise dos fenómenos de longa duração, ter demonstrado que o processo histórico se desenrola em múltiplos ritmos ou tempos, sendo marcado por avanços e recuos, circunstância que viria a provocar uma alteração profunda do conceito linear e progressivo de tempo tão caro à História durante muitos séculos.

A história local e regional marca a historiografia portuguesa desde os anos setenta, salientando-se como uma das áreas de inovação teórica e metodológica⁸⁰.

⁷⁹ GOUBERT, Pierre – *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730. Contribution à l'histoire de la France du XVII^e siècle*. Paris: SEVPEN, 1960; BRAUDEL, Fernand – *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris: Armand Colin, 1949.

⁸⁰ Entre as diversas monografias destacamos: OLIVEIRA, António – *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1971, 2 vols.; *idem*, publicação em ebook, Coimbra: Palimage – www.palimage.pt –

5.5. AS PRIMEIRAS SÍNTESES

O grande esforço de pesquisa desenvolvido até aos anos setenta do século xx por investigadores individuais, e sobretudo por grandes equipas, produziu o conhecimento que permitiu a elaboração de algumas sínteses, de importância fundamental para o conhecimento, sobretudo, das sociedades de Antigo Regime⁸¹.

O ponto da situação relativamente ao conhecimento em História de Portugal, produzido até à década de 70, encontra-se num dos “monumentos” da historiografia portuguesa, o *Dicionário de História de Portugal* (1.^a edição, 4 volumes, 1965-1971) dirigido por Joel Serrão, obra em que participaram diversos historiadores. O tempo das sínteses chegaria, no entanto, a Portugal apenas na década de noventa com a publicação de várias *Histórias de Portugal* e diversas obras temáticas⁸².

2016; SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*, Porto, 1986, 2 vols.; ROMERO, Joaquim – *O Algarve Económico. 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998; AMORIM, Inês – *Aveiro e a sua provedoria no século XVIII. Estudo económico de um espaço histórico*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996, 2 vols.; Uma análise das formas de fazer História Local em: NETO, Margarida Sobral – “Percurso da História Local Portuguesa: Monografias e representações de identidades locais”; SANTOS, João Marinho dos e CATANA, António Silveira (coord.) – *Memória e História Local*, Coimbra: Palimage, 2010.

⁸¹ BATH, B. H. Slicher van – *Historia agraria de Europa occidental, 500-1850*. (tradução), 2.^a edição, Barcelona, 1978 (ed. original, 1962); LASLETT, Peter – *O mundo que nós perdemos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1975 (ed. original, 1965); DUBY, Georges & WALLON, Armand (dir.) – *Histoire de la France Rurale. vol. II (1340-1789); vol. III (1789-1914)*. Paris: Éditions du Seuil, 1976; BRAUDEL, F. – *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. Vol. I (*Les structures du quotidien*), vol. II (*Les jeux de l'échange*), vol. III (*Le temps du monde*). Paris: Flammarion, 1979 (Há tradução portuguesa).

⁸² MATOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992-93, 8 vols.; OLIVEIRA, César – *História dos municípios e do poder local*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997; BETTHENCOURT, FRANCISCO & CHAUDHURI, Kirti – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998-1999, 4 vols.; AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2, 3 vols. e – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2, 4 vols.

6. OS ANOS SETENTA: BALANÇOS E ABERTURA DE NOVOS CAMPOS

Os historiadores franceses denominam o tempo que decorreu entre a segunda guerra mundial e os meados dos anos setenta como “les trente glorieuses”, período correspondente ao esforço de reconstrução da Europa, na sequência da guerra. Trata-se de uma época de crescimento económico e de recuperação de alguns valores profundamente abalados nas décadas de trinta e quarenta, nomeadamente a ideia de progresso e de crença nas capacidades da razão e da ciência para a transformação do mundo.

Este clima otimista veio, entretanto, a alterar-se progressivamente, a partir da década de setenta, por influência de diversos acontecimentos, nomeadamente: a contestação à ordem estabelecida protagonizada pelo movimento de Maio de 68; a crise económica desencadeada nos anos setenta; as vicissitudes políticas vividas nos países de leste que culminariam na queda do muro de Berlim e uma perceção mais aguda de problemas sociais (pobreza, marginalidade, doença, violência, guerra) e problemas ecológicos.

Numa reação à abordagem massificada, de base quantitativa, dos macro-processos económicos, sociais, culturais e mentais, produtora de um conhecimento considerado muito abstrato e “desumanizado”, alguns historiadores retomaram o objetivo proposto para a História por Marc Bloch – o estudo do “homem todo e de todos os homens” – procurando investigar a vida dos homens concretos na multiplicidade das suas expressões. Abriu-se igualmente um “tempo de retornos” ao estudo dos indivíduos e dos acontecimentos. Proclamou-se ainda o “retorno à narrativa”, a uma “new old history”⁸³.

⁸³ STONE, Lawrence – “The revival of narrative: reflections on a new old history”. *Past and Present*, 85, 1979.

Em França surgiu a necessidade de promover uma segunda renovação da história (a primeira tinha sido dinamizada por Marc Bloch e Lucien Febvre), denominada “Nouvelle Histoire”. Em 1974, a editora Gallimard publicava uma obra coordenada por Jacques Le Goff e Pierre Nora intitulada *Faire de l’histoire nouveaux objets* na qual fazia um diagnóstico sobre os rumos da história em França e uma proposta de novos campos a explorar. A obra compunha-se de 3 volumes com os subtítulos seguintes: *Novos objetos, novas contribuições, novos temas*⁸⁴.

Os autores da “História Nova” ao mesmo tempo que se demarcavam das filosofias da história e do positivismo bem como de alguns modelos teóricos provenientes das ciências sociais e considerados menos adequados à compreensão histórica (caso de correntes do *vulgar marxismo*, das teorias weberianas ou estruturalistas) e pronunciavam-se contra a fragmentação do campo da história⁸⁵.

Retomando metodologias anteriores como a quantificação, eram de parecer que o “impressionismo” devia ser substituído pelo rigor estatístico do tratamento de dados quantificáveis disponíveis em fontes históricas. Em resposta às críticas feitas à metodologia quantitativa afirmavam: “Ao fazê-lo, não se trata de se afastar de um humanismo baseado, desde a Idade Média quando não desde a Antiguidade Grega, no qualitativo, mas de avaliar os proveitos e riscos de uma subordinação ao mensurável, que pode comportar tanto empobrecimento e mutilações como consolidação e enriquecimento”.

Considerando que a História, para além de ser a “ciência do domínio do passado e da consciência do tempo, deve, ainda, definir-se como ciência da mudança e da transformação”, propunham-se desvendar alguns campos da História que estivessem em sintonia com os problemas do tempo em que viviam. Os novos objetos propostos foram: o clima, o inconsciente,

⁸⁴ LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre – *Fazer História*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, 3 vols.

⁸⁵ DOSSE, François – *L’Histoire en miettes. Des “Annales à la “nouvelle histoire”*. Paris: La Découverte, 1987.

os mitos, as mentalidades, a língua, o livro, os jovens, o corpo, a cozinha, a opinião pública, o filme e a festa⁸⁶.

Num tempo de balanços, de consolidação de linhas de rumo e de abertura de novos campos, Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel coordenaram uma obra intitulada *A Nova História* que foi publicada em 1978⁸⁷. Esta obra contou com a participação de 44 historiadores. O livro tem a estrutura de um dicionário apresentando, por ordem alfabética, informação sucinta sobre conceitos, campos e autores ligados à escrita da história, integrando ainda 10 artigos de síntese referentes a campos e perspectivas de abordagem histórica: *A antropologia histórica* (André Burguière); *A história da cultura material* (Jean-Marie Pesez); *A história das estruturas* (Krzysztof Pomian); *A história nova* (Jacques Le Goff); *A história do imaginário* (Evelyne Patlagean); *A história imediata* (Jean Lacouture); *A história e a longa duração* (Michel Vovelle); *A história dos marginais* (Jean-Claude Schmitt); *Marxismo e história nova* (Guy Bois); *A história das mentalidades* (Philippe Ariès).

A história da cultura material, a história dos marginais, a história do imaginário e a história das mentalidades constituem quatro campos da História trabalhados, de forma intensiva, por historiadores e arqueólogos a partir da década de 70 do século xx.

⁸⁶ Os autores e os temas abordados no 3.º vol. de *Fazer História* foram: *O Clima: a História da Chuva e do bom Tempo* (Emmanuel le Roy Ladurie); *O inconsciente: O episódio da prostituta em “Que fazer?” e em “O Subsolo”* (Alain Besançon); *O mito: Orfeu de mel* (Marcel Detienne); *As mentalidades: uma história ambígua* (Jacques le Goff); *A língua: linguística e histórica* (Jean-Claude Chevalier); *O livro: uma mudança de perspectiva* (Roger Charlier e Daniel Roche); *Os jovens: o cru, a criança grega e o cozido* (Pierre Vidal-Naquet); *O corpo: o homem doente e a sua história* (Jean-Pierre Peter e Jacques Revel); *A cozinha: uma ementa do século XIX* (Jean-Paul Aron); *A opinião pública: apologia para as sondagens* (Jacques Ozouf); *O filme: uma contra-análise da sociedade* (Marc Ferro); *A festa: sob a Revolução Francesa* (Mona Ozouf)

⁸⁷ LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger & REVEL, Jacques – *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990.

6.1. A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES

A história das crenças, das visões do mundo, dos sistemas culturais e de valores, dos sentimentos, da psicologia coletiva iniciou-se na época romântica, tendo sido cultivada pelos autores da primeira geração dos *Annales*: Marc Bloch estudou na obra *Os Reis Taumaturgos* as crenças medievais referentes à capacidade de os monarcas fazerem milagres e Lucien Febvre no livro *O problema da descrença no século XVI* analisou a “utensilagem mental” da centúria de quinhentos, para equacionar a possibilidade de Rabelais ser um “livre-pensador”, um não crente.

Este campo da História que veio a assumir a designação de história das mentalidades passou a assumir um grande protagonismo na sequência dos estudos de demografia histórica. Com efeito, a pesquisa nesta área revelou atitudes e comportamentos cuja compreensão não se esgotava no domínio biológico, económico ou social, remetendo o historiador para a esfera dos valores e da moral, uma esfera partilhada, por vezes de forma inconsciente, por um conjunto de indivíduos, o denominado “inconsciente coletivo” (Philippe Ariès).

Os comportamentos sexuais e a atitude perante o corpo são objetos de estudo da história das mentalidades. Fazem parte deste campo muitos outros objetos como: as atitudes perante a morte, a criança ou a velhice; múltiplas crenças (imaginários coletivos), ritos e rituais; uma diversidade de expressões culturais, morais e de valores.

A história das mentalidades utiliza uma multiplicidade de fontes históricas e literárias, escritas, materiais, iconográficas e orais. Este campo da História afirmou-se na década de 70 utilizando fontes seriais (testamentos...), tratadas através da metodologia quantitativa (o quantitativo processa-se ao terceiro nível) e em diálogo com a antropologia, a etnologia e a sociologia.

Tratando-se de um território particularmente complexo, as análises nesta área ganham em ser suportadas por estudos de natureza económica, social e cultural. Por este motivo, a metodologia da micro-história tem-se revelado particularmente profícua nesta área. A história das mentalidades

para além de ter enriquecido o conhecimento histórico em termos de revelação de aspetos da vida humana até aí ignorados, contribuiu para um aprofundamento do sentido histórico ao permitir, por exemplo, a compreensão da coerência de comportamentos considerados contraditórios aos olhos racionalistas da atualidade.

A história das mentalidades é ainda o domínio da longa duração, das inércias e das resistências, dos valores partilhados por um coletivo.

6.2. UMA NOVA HISTÓRIA SOCIAL

Toda a História é história social, conceito englobante que designa a história das sociedades. A palavra social, para além deste significado englobante, pode ser utilizada no sentido mais restrito para designar a organização da sociedade e os comportamentos dos diversos grupos que a constituem. Até à década de 70 os historiadores de história social focaram-se do estudo dos seguintes temas: organização das sociedades (sociedades sem escrita, sociedade antiga, sociedade medieval, sociedade de Antigo Regime, sociedade burguesa); estruturação e composição dos grandes grupos sociais (clero, nobreza, povo, burguesia) e socioprofissionais (artesãos, operários, mercadores); estudo dos movimentos sociais (revoltas e revoluções).

A partir dos anos 70, a história social passou a interessar-se pelo estudo de grupos que até aí não tinham sido considerados como atores históricos: caso dos grupos sociais marginais (pobres, delinquentes, grupos perseguidos por motivos religiosos) e das mulheres.

A história social praticada até ao década de 70 procurou captar os elementos comuns caracterizadores de uma sociedade ou de um grupo: os “tipos ideais” de Max Weber. A nova história social irá estar atenta às particularidades, às diferenças sociais entre grupos e no seio do mesmo grupo.

Fruto de um diálogo profícuo com a antropologia, os historiadores passaram igualmente a interessar-se pelo estudo de uma dimensão antropológica da vivência humana onde se enquadram os estudos sobre o corpo, a sexualidade, a habitação, o vestuário, a alimentação ou os costumes.

No contexto de estudo dos comportamentos, e por influência da sociologia, em particular do sociólogo alemão Norbert Elias, iniciaram-se os estudos sobre os processos de “construção”, de modelação de comportamentos e de aculturação⁸⁸.

Tornaram-se, igualmente, objeto de análise histórica múltiplos fenómenos sociais, como a pobreza, a violência, a criminalidade, as instituições estatais, eclesiásticas ou sociais de repressão e controlo social⁸⁹.

Os espaços de uma história tradicional centrada no estudo das elites políticas ou sociais eram os palácios e as casas aristocráticas. Na busca de “homens comuns, de carne e osso”, o historiador “entrou”, muitas vezes pela via da documentação judicial, em casebres e em prisões e percorreu as ruas, o palco dos “marginais”⁹⁰. Este campo de análise assume, por vezes, a designação de *história da vida quotidiana* ou *história da cultura material*, quando se foca no estudo das técnicas e de uma multiplicidade de objetos referentes à habitação, ao trabalho, à religiosidade ou ao lazer.

O espaço público é o palco, por excelência, da história tradicional. Pela via de uma nova história social, abriu-se o campo da *história da vida privada*. Nos anos 80 Philippe Ariés e Georges Duby dirigiram uma *História da vida privada* que abrange um tempo longo, desde o Império Romano

⁸⁸ ELIAS, Norbert – *O Processo civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, 2 vols. (1.ª ed. 1939); MUCHEMBLED, Robert – *La sorcière au village*. Paris, Gallimard, 1979; MUCHEMBLED, Robert – *L'invention de l'homme moderne. Sensibilités, mœurs et comportements collectifs sous l'Ancien Régime*, Paris, Fayard, 1988; DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident*. Paris: Fayard, 1978.

⁸⁹ CASTAN, Nicole – *Justice et répression en Languedoc à l'époque des lumières*. Paris: Fammariion, 1980; CASTAN, Nicole – *Les criminels du Languedoc. L'exigence d'ordre et les voies de ressentiment dans une société pré-révolutionnaire (1750-1790)*. Toulouse: Université de Toulouse le Mirail, 1980; MUCHEMBLED, Robert – *Uma história da violência do final da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2014; LOPES, Maria Antónia Figueiredo – *Pobreza, Assistência e Controlo Social, Coimbra, 1750-1850*. Coimbra: Palimage Editores, 2000, 2 vols.

⁹⁰ FARGE, Arlette – *La vie fragile, Violence, pouvoirs et solidarités à Paris du XVIIIe siècle*, Paris: Hachette, 1986; FARGE, Arlette – *Vivre dans la rue à Paris au XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1979.

até a atualidade⁹¹. Sob direção de José Matoso, foi, igualmente, publicada em Portugal uma obra em 5 volumes dedicada à mesma temática⁹².

6.3. HISTÓRIA DAS MULHERES

Expressão da “nova história social”, mas constituindo um género historiográfico autónomo, começou a afirmar-se na década de setenta a *história das mulheres*, constituindo hoje um campo interdisciplinar de grande inovação teórica e metodológica com impactos muito significativos em todas os outros campos historiográficos. Articulando-se com os movimentos feministas e de igualdade de género, o objetivo desta área de pesquisa era conhecer a história de mais de metade da humanidade durante muito tempo ignorada. Em Portugal, cabe o mérito ao Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ter promovido, em 1985, o primeiro colóquio sobre história da mulher, intitulado *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*. No texto de apresentação deste evento científico escreveu António de Oliveira:

“O historiador é filho do seu tempo e o tempo coevo “é de mutação e confronto ideológico”. A historiografia contemporânea não podia, por isso, manter-se à margem das reivindicações das mulheres, assumindo uma atitude de silêncio. Nem tão pouco podia deixar de atentar num dos resultados da nova história social, a qual já havia descoberto a mulher, mas não propriamente a con-

dição feminina, pela via interdisciplinar de outras ciências humanas e sociais. Com efeito o estudo das minorias e dos esquecidos, dos marginais e dos excluídos, não podia deixar de dar voz à maioria da humanidade, a um tempo “muda e submissa”, através do estudo do quotidiano, das mentalidades, do microssocial”⁹³.

⁹¹ ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges – *História da vida privada*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1989/1991, 5 vols.

⁹² MATOSO, José – *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, 5 vols.

⁹³ Colóquio A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA: “Visão histórica e perspectivas actuais”: actas. Coimbra: Fac. Letras/Instituto de História Económica e Social, 1986, vol. I, p. 10.

Nos dois volumes de Atas deste Colóquio podemos ler estudos sobre diversos aspetos da história das mulheres, desde a antiguidade ao século xx, bem como artigos de reflexão sobre problemas contemporâneos. Ao mesmo tempo, em França, Georges Duby e Michelle Perrot coordenavam uma história das mulheres da Antiguidade ao século xx, em 5 volumes. Os coordenadores desta obra definiam, deste modo, o objetivo do seu estudo:

“É o seu lugar, a sua “condição”, os seus papéis e os seus poderes, as suas formas de acção, o seu silêncio e a sua palavra, que pretendemos investigar, é a diversidade das suas representações – Deusa, Madona, Feiticeira... – que pretendemos apreender na sua permanência e nas suas mudanças. História resolutamente relacional, que interroga a sociedade inteira e que é, exactamente na mesma medida, história dos homens”⁹⁴.

A história das mulheres para além de ter vindo a revelar conhecimentos sobre a condição e a ação das mulheres na História, tem contribuído para o reequacionamento de vários problemas históricos.

6.4. A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA

Em reação ao papel central que a história política tinha ocupado na historiografia positivista, este género foi subalternizado pelas correntes mais inovadoras da historiografia até à década de setenta, sobretudo pela francesa (as historiografias inglesa, alemã e norte americana sempre cultivaram a história política, nomeadamente a especialidade de história diplomática).

A partir desta data, reabriu-se o debate em torno da história política. Proclamou-se o retorno do acontecimento (Pierre Nora) e do indivíduo. Por sua vez, René Rémond contrariando as teorias que diluíam a política no social, ou que a viam como um reflexo das dinâmicas económicas e sociais, defendeu que “a política é um lugar de gestão da sociedade global”⁹⁵.

⁹⁴ DUBY, Georges & PERROT, Michelle – *História das mulheres*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, 5 vols.

⁹⁵ RÉMOND, René (dir.) – *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988; FARGE, Arlette – *Dire et Mal Dire. L’Opinion Publique au XVIII Siècle*. Paris: Seuil, 1992.

A nova história política dedicou-se ao estudo das manifestações simbólicas do poder, e, na linha de Foucault, à identificação de múltiplos poderes, formais e informais⁹⁶. Em articulação com a história social elaboraram-se estudos prosopográficos dos homens do poder.

Por sua vez, as biografias de reis e rainhas e outras personalidades políticas invadiram as estantes das livrarias, numa mistura, nem sempre óbvia, entre história e ficção. Em Portugal, o Círculo de Leitores promoveu a publicação de duas coleções dedicadas aos reis e às rainhas portuguesas.

6.5. HISTÓRIA DA CULTURA

A cultura popular e a cultura das elites. As culturas subalternas

A história da cultura foi um ramo cultivado ao longo de todo o século xx. Até à década de setenta, a investigação histórica centrou-se, entretanto, num conceito mais restrito de cultura que abrangia a cultura erudita e das elites, os movimentos culturais (humanismo, iluminismo) e as instituições de cultura (Universidades). Neste contexto permitimo-nos destacar José Sebastião da Silva Dias, autor, que dedicou uma parte significativa da sua carreira ao estudo da cultura portuguesa em articulação com os movimentos culturais europeus. De destacar nas suas obras o estudo do contributo dado pelos portugueses à revolução cultural e científica ocorrida na Europa do século xvi⁹⁷.

Nas últimas décadas do século xx o conceito de cultura alarga-se e diversifica-se abrangendo as manifestações da cultura popular, nas suas múltiplas expressões, e as denominadas *culturas subalternas*⁹⁸. Para além

⁹⁶ BOURDIEU, Pierre – *O Poder simbólico*. Lisboa: Diffel, 1989; FOUCAULT, Michel – *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁹⁷ DIAS, Sebastião da Silva – *Portugal e a Cultura Europeia – séculos XVI-XVIII*, Coimbra, 1953; *A Política Cultural da Época de D. João III*, Coimbra, 1969; *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do século XVI*, Coimbra, 1973.

⁹⁸ MUCHEMBLED, R. – *Culture populaire et culture des élites dans la France Moderne (XV-XVIII siècle)*. Paris: Flammarion, 1978; DAVIES, Natalie Z. – *Les cultures du peuple, rituels, savoirs et résistances au 16^{ème} siècle*. Paris: Aubier Montaigne, 1979.

disso, foi atribuído à cultura um papel preponderante na organização das vivências sociais, assumindo-se como um fator explicativo englobante.

Em articulação com a antropologia cultural, a linguística e a crítica textual, os historiadores dedicaram particular atenção às linguagens, ao simbólico e às representações sociais⁹⁹.

⁹⁹ CHARTIER, Roger – *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988; BURKE, Peter – *O mundo como teatro. Estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.

7. AS INCERTEZAS NO CAMPO DA HISTÓRIA NA VIRAGEM DO SÉCULO XX

“Por un momento, los historiadores temieron que los bibliotecários del futuro consignarían la historia a los mismos estantes que la ficción”. (Fernández-Armesto)

A década final do século xx e os anos iniciais do século xxi foram um tempo de incertezas para a ciência histórica. A proclamação do “fim da História” e as concepções pós-modernas marcaram este período.

A ideia do “fim da História” como processo de mudança foi formulada por Hegel, no séc. xix, sendo retomada em finais do século xx, no contexto da crise da História e da historiografia então vivida. O filósofo e economista Francis Fukuyama num artigo publicado em 1989, intitulado “O fim da História” e no livro “O Fim da História e o último homem”, datado de 1992, interpretou a queda do Muro de Berlim como o triunfo das democracias ocidentais e do capitalismo com o conseqüente fim das contradições históricas¹⁰⁰.

Por sua vez, algumas das novas abordagens da história da cultura levaram a História a cruzar-se na última década do século xx com o movimento denominado “linguistic turn”, fenómeno que viria a colocar no mesmo plano o discurso histórico e o discurso literário¹⁰¹. A ideia de que o conhecimento era apenas um produto da imaginação do historiador – o relativismo histórico associada às correntes ditas “pós-modernas” – repercutiu-se muito negativamente na História, enquanto ramo de saber e disciplina científica¹⁰².

¹⁰⁰ CATROGA, Fernando – “Fim da História ou das Filosofias do Fim da História”. *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003, pp. 139-161

¹⁰¹ FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe – “Epílogo: Qué es la historia ahora”; CANNADINE, David (ed.) – *Qué es la historia ahora*, Editorial universidad de Granada, 2005, pp. 263-286.

¹⁰² IGGERS, Georg G. – *La ciencia Histórica en el siglo XX. Las tendencias actuales*. Barcelona: Idea Books, 1998.

Para a perda de protagonismo da ciência histórica convergiram outras circunstâncias como o facto de algumas ciências sociais, que tradicionalmente se dedicavam ao estudo da contemporaneidade, adotarem, igualmente, a dimensão histórica, caso da Sociologia Histórica¹⁰³.

7.1. A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

O profundo abalo que a História sofreu na última década do século passado, motivado pelos factos atrás enunciados, levou alguns historiadores a lutarem pela valorização do papel da História no campo científico, e na sociedade, procedendo a uma reflexão epistemológica e a uma avaliação teórica e metodológica sobre esta área do saber. Para além de congressos especialmente dedicados à reflexão sobre estas matérias, de que são exemplo os realizados em Santiago de Compostela, sob a designação *História a Debate*¹⁰⁴, constituíram-se fóruns de discussão em revistas, caso da revista *History and Theory*. Neste contexto, afirmou-se um campo de investigação e ensino sobre história da historiografia, forma de avaliar criticamente o vasto património de conhecimento que a ciência histórica produziu e produz.

Em Portugal, em 1996, Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga publicaram uma síntese sobre historiografia portuguesa referente aos séculos XIX e XX¹⁰⁵. Por sua vez, Sérgio Campos Matos coordena atualmente um *Dicionário de Historiadores Portugueses (1779-1974)* disponível on-line no site da Biblioteca Nacional¹⁰⁶.

¹⁰³ FONTANA, Josep – *La Historia después del fin de la Historia*. Barcelona: Editorial Critica, 1992.

¹⁰⁴ MANIFIESTO HISTORIA A DEBATE. *Historia a Debate*, Santiago de Compostela, 2004 (publicado em apêndice).

¹⁰⁵ TORRAL, Luís Reis; MENDES, José M. Amado & CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

¹⁰⁶ <http://dichp.bnportugal.pt/>.

8. RUMOS DA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA ACTUAL

As temáticas abordadas, atualmente, são múltiplas, constituídas por velhos e novos temas: alguns são apenas novos na forma e não na substância. Por sua vez, a fragmentação temática continua a caracterizar o território do historiador.

Por entre a diversidade, é, entretanto, possível destacar algumas linhas de pesquisa, nomeadamente as que estão em sintonia com os grandes problemas do nosso tempo: a globalização, as assimetrias de desenvolvimento, as questões ecológicas, culturais e religiosas.

“Filha do seu tempo” a história está sempre atenta aos reptos que lhe são lançados pelo presente: na atualidade, alguns historiadores voltam-se para a história económica para estudar em tempo longo as crises económicas ou as questões da dívida pública.

8.1. HISTÓRIA ECOLÓGICA OU DO MEIO AMBIENTE

Os problemas da ecologia estão na ordem do dia. Neste contexto, surge, com toda a pertinência, o estudo das relações do homem com o meio ambiente ao longo da evolução histórica, a denominada *história ecológica* ou *história do meio ambiente* (*environmental history*), designação nova para um objeto de estudo que se enraíza na história rural.

Inserem-se neste campo os estudos sobre história do clima, das paisagens e dos usos e gestão de recursos naturais: água, terra ou florestas. Como principais características deste campo de pesquisa histórica destacam-se: as análises em tempo longo e a sua vertente interdisciplinar, ou mesmo transdisciplinar; a interpretação e aproveitamento das fontes históricas implica um diálogo, entre outras ciências, com a geografia humana, a biologia, a medicina, a antropologia ou as ciências da terra.

Espaços, por excelência, de diálogo interdisciplinar sobre questões do meio ambiente são as redes de historiadores, como é o caso da *Rede Portuguesa de História Ambiental* (REPORTHA).

A historiadora argentina Micheline Cariño que desenvolve pesquisas nesta área, apresenta assim a utilidade do seu trabalho: “Ao descobrir as estratégias civilizatórias que permitiram aos nossos antepassados estabelecer relações menos abusivas com o meio ambiente podemos enriquecer os projectos de desenvolvimento sustentável”¹⁰⁷.

8.2. A HISTÓRIA DOS PODERES, DAS MÚLTIPLAS FORMAS DE DOMÍNIO E DE GOVERNAÇÃO

A *nova história política* configurou-se, sobretudo, como *história social do poder*. Esta nova forma de abordagem do sistema político começou a dar frutos com a publicação de trabalhos elaborados com base em metodologias provenientes da análise social, nomeadamente da prosopografia¹⁰⁸, micro-história¹⁰⁹ e redes sociais (*network analysis*).

Estes métodos permitem identificar formas do “jogo político” que se desenvolvem fora do quadro institucional, inserindo-se na lógica do sistema de recompensas ou de trocas, caso da prestação de serviços régios de vária natureza em troca de recompensas pessoais, que podem assumir a forma de mercês ou cargos.

Ao mesmo tempo, o olhar dos historiadores da história política e das instituições foi-se deslocando de uma conceção centralista do poder para uma outra policêntrica, conceção de poder socialmente repartido por diversos grupos e instituições.

A história dos poderes locais, em Portugal, surge na confluência de vários “territórios” do historiador, nomeadamente a história política e das

¹⁰⁷ CARINO, Micheline – “Historia Ecológica: una nueva síntesis en el marco de la historia global”; BARROS, Carlos (ed.), *Actas del II Congreso Internacional “Historia a Debate”*. Santiago de Compostela, 2000.

¹⁰⁸ GENET, Jean-Pierre & LOTTES, Gunther – *L'état moderne et les elites: XIIIe-XVIIIe siècles: apports et limites de la methode prosopographique*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995.

¹⁰⁹ A título de exemplo o livro muito conhecido de LEVI, Giovanni – *Le pouvoir au village*. Paris: Gallimard, 1985 (Ver sobretudo o prefácio de Jacques Revel).

instituições, a história urbana e rural, a história local, sobretudo a inglesa, e a história social, percurso historiográfico que, no caso português, está bem patente na historiografia de António de Oliveira, Romero Magalhães, Maria Helena da Cruz Coelho, Avelino Meneses, Francisco Ribeiro da Silva, Viriato Capela, Damião Rodrigues. Com efeito, estes autores após terem publicado obras de história económica e social, local ou regional, que constituíram as suas teses de doutoramento, dedicaram-se, em seguida, ao estudo do poder concelhio, elegendo os municípios como objeto autónomo da sua pesquisa.

Estes percursos historiográficos evidenciam o reconhecimento do papel do município na organização da vida local, nas épocas medieval e moderna, e a consciência da necessidade de se estudar a instituição que funcionava como um polo de poder e de organização da vida das comunidades; polo de poder em interação dinâmica com outros, locais e “centrais”. O município no século XIX não despertou durante muito tempo o interesse dos historiadores. Chegou, entretanto, o tempo de reflexão sobre esta matéria e o livro de Fernando Catroga *A geografia dos afectos pátrios*, Coimbra: Almedina, 2013, é um excelente exemplo.

8.3. A HISTÓRIA DAS VIVÊNCIAS RELIGIOSAS E DAS RELIGIÕES

Num momento em que assistimos à afirmação de fenómenos de religação ao sagrado, ou, em sentido oposto, a confrontos violentos em nome de fundamentalismos religiosos, cresce naturalmente o interesse pela *história das religiões*¹¹⁰.

Em Portugal, esta matéria foi objeto de tratamento numa História e num Dicionário (Carlos Moreira Azevedo – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2, 3 vols. e *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2, 4 vols.¹¹¹).

¹¹⁰ Consultar, a título de exemplo, as revistas *History of Religions*, Chicago: Chicago University Press e *Histoire & Religions*, Dijon: Editions Faton.

¹¹¹ Disponíveis on-line.

8.4. A HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Não sendo um campo novo, a história da ciência regista neste momento um espantoso avanço. Para além de obras gerais sobre ciência, os cientistas de vários ramos procuram conhecer o passado das áreas de saber que cultivam, constituindo este ramo do saber um dos grandes campos de investigação interdisciplinar¹¹².

¹¹² GAVROGLU, Kostas – *O Passado das Ciências como História*, Coleção História e Filosofia da Ciência, n.º 11, Porto: Porto Editora, 2007; TAVARES, Conceição & LEITÃO, Henrique – *Bibliografia de História da Ciência em Portugal 2000–2004*. Centro de História das Ciências – Universidade de Lisboa, Braga: Barbosa & Xavier Artes Gráficas, 2006.

9. USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DA MEMÓRIA E DAS IDENTIDADES

“A História é o produto mais perigoso que a química do cérebro tem produzido. As suas propriedades são bem conhecidas. Faz sonhar, intoxica as pessoas, engendra falsas memórias, exagera os seus reflexos, alimenta as suas velhas feridas, atormenta-as em sonhos, leva-as a delírios de grandezas ou de perseguição e faz as nações amargas, superiores, insuportáveis e vãs”.

Paul Valery, *Regards sur le Monde Actuel*, 1931.

As palavras do filósofo e poeta simbolista francês foram escritas no período que medeia entre duas guerras mundiais. Trata-se, a nosso ver, de uma crítica irónica aos maus usos da história, num tempo em que já se começava a afirmar uma história de resistência a uma historiografia tradicional de cariz político e militar aproveitada ideologicamente pelos poderes.

Fundamentar historicamente as ações, ou as ambições, do presente através da invocação do passado sempre foi uma estratégia utilizada por poderes instituídos, bem como por grupos ou indivíduos, no sentido de obter a sua legitimação eficaz. Por este motivo a história sempre foi vulnerável a aproveitamentos abusivos e a falsificações. Os produtores do conhecimento útil a entidades políticas designaram-se ao longo do tempo como “historiadores oficiais”, inserindo-se nesta categoria os cronistas e outros historiadores de regime. Por sua vez, indivíduos e grupos sociais recorreram a genealogistas no sentido de “fabricarem” as genealogias mais favoráveis à sua ascensão social ou consolidação de estatutos.

A profissionalização do ofício de historiador ocorrida no século XIX criou algumas condições para um exercício livre da investigação histórica independente de patrocínios de estado ou de mecenas. Não eliminou, no entanto, a categoria de historiadores de regime encarregados de criar a história mais conveniente aos poderes autoritários, a história não “perigosa”.

9.1. HISTÓRIA E IDEOLOGIA NO ESTADO NOVO

Cumpre, ainda, a uma história não “perigosa”, na opinião dos seus promotores, contribuir para a difusão, assimilação e reprodução dos valores dos poderes centrais. A título de exemplo invocamos o conteúdo do decreto n.º 21.103 de 7 de Abril de 1932, que definiu normas para a elaboração de Compêndios de História, por ser claramente exemplificativo do enquadramento ideológico da escrita e do ensino da História, em Portugal, pelo Estado Novo¹¹³.

“Deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito através de oito séculos de História de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes factores fundamentais da vida social: A *Família* como célula social; a *Fé*, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento de unidade e solidariedade nacional; o *Princípio de Autoridade*, como elemento indispensável do pro-

gresso geral; a *Firmeza do Governo*, espinha dorsal da vida política do país; o *Respeito da hierarquia*, condição básica da cooperação de valores; a Cultura literária e científica (art. 3.º).

Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados deve ser objecto de censura (art. 4.º)”.

A vigilância e o controle da história inconveniente para os regimes políticos coube ao longo do tempo às instituições de censura, os filtros da história perigosa. O controlo político da História constituiu sempre um poderoso condicionamento desta ciência.

Luís Reis Torgal caracterizou assim a historiografia elaborada no Estado Novo: “Enquanto a historiografia universitária se refugiava numa investigação do tipo “metódico”, “narrativo” e “documentalista” (de carácter pretensamente não ideológico), escolhendo temas sobretudo na Idade Média (considerada “oficialmente” a época áurea da formação da “Nação

¹¹³ TOR GAL, Luís Reis – *História e ideologia*. Coimbra: Minerva, p. 33. Este assunto é igualmente tratado em outra obra do mesmo autor intitulada *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, vol. II.

Portuguesa”, profundamente ligada à Cristandade) e na época moderna até ao Pombalismo, em que se situavam os Descobrimentos, marco da construção do “império”, e a Restauração, símbolo não só da recuperação da Independência, mas também da “verdadeira cultura nacional e tradicional”, assumiam-se, ao nível da comemoração, da divulgação e do ensino da história, claras posições de uma história ao serviço de um “ideal” (ou, digamos nós, de uma ideologia)”¹¹⁴.

9.2. COMEMORAÇÕES E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA

“Se a memória é instância construtora e solidificadora de identidades, a sua expressão colectiva também actua como instrumento e objecto de poder(es), quer mediante a selecção do que se recorda, quer do que, consciente ou inconscientemente se silencia”.

Fernando Catroga¹¹⁵

As comemorações de eventos históricos são momentos aproveitados pelos poderes para veicularem a sua imagem do passado que pretendem que seja construtora de identidades e de memória coletiva, uma memória que evoca determinados acontecimentos ou visões do passado, esquecendo outras, de forma deliberada ou não. Um momento alto de afirmação da ideologia do Estado Novo foram as comemorações do oitavo centenário da Independência e do terceiro da Restauração, nomeadamente a Exposição do Mundo Português realizada em 1940.

Vitorino Magalhães Godinho que assistiu a estas comemorações emitiu a seguinte opinião:

¹¹⁴ TORGAL, Luís Reis – *História e ideologia*. Coimbra: Minerva, pp. 31-32.

¹¹⁵ CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 55.

“Os aniversários e centenários só podem ser úteis se constituírem ensejo para estudar problemas, meditar directrizes, criticar certezas dogmáticas; caso contrário mumificam os vivos, sem ressuscitar os mortos. Esse espírito saudosista de comemorações incrítricas significa que há interesse em desviar as atenções das questões actuais, em evitar que se reflecta clarivamente e se

colham informações objectivamente sobre elas; representa o esforço de impedir que o presente se transforme em futuro, o esforço de fazer regressar hoje ao que foi outrora. Tal tradicionalismo, apresentando-se como defesa das glórias do passado, mutila-as, decepa a tradição.

Vitorino Magalhães Godinho,
Comemorações e História, 1947.

As comemorações de acontecimentos históricos deveriam constituir-se como momentos de afirmação de consciência cívica e de aprofundamento do saber resultante de investigações cientificamente conduzidas sobre os indivíduos ou os momentos históricos que se evocam.

9.3. A HISTÓRIA CONTADA ÀS CRIANÇAS

A formação mais eficaz de uma representação ideológica da História começa nos manuais da escola primária, livros concebidos para apresentar a “verdade do poder”, sendo, por este motivo, sujeitos a mudanças (ou mesmo a eliminações) em contextos de revoluções políticas.

Os manuais escolares são uma fonte fundamental para estudo das manipulações ideológicas da História. Luís Reis Torgal estudou este tema, para o caso português, na sua obra *História e Ideologia*. Por sua vez, Marc Ferro escreveu, em 1981, uma obra intitulada *Comment on raconte l'Histoire aux enfants à travers le monde entier* (publicada em português com o título *Falsificações da História*) baseada numa ampla investigação sobre manuais escolares de países de todos os continentes. O prefácio deste livro começa com a seguinte afirmação:

“Ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos.

Ela marca-nos para o resto da vida. Sobre esta representação, que é também para cada um de nós uma descoberta do mundo, do passado das sociedades,

enxertam-se em seguida opiniões, ideias os traços das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções fugazes ou duradouras, como um amor [...] ao passo que subsistem, indeléveis, [...]”¹¹⁶.

A investigação elaborada por Marc Ferro tendo como base livros escolares, e outras fontes, permitiu-lhe chegar a outras conclusões, nomeadamente:

A história contada às crianças e aos adultos permite conhecer a percepção que uma sociedade tem da sua da identidade. Com efeito, a representação que um povo tem de si próprio no presente alicerça-se na representação que tem do seu passado, da sua História (como fomos, como somos);

Marc Ferro constatou ainda que a visão eurocêntrica da História marcou a história de vários países como se demonstra na periodização: “a história “nasce” com o Egipto antigo, a Caldeia e Israel; e desenvolve-se com a grandeza da Grécia e de Roma. A “Idade Média” começa com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e com as grandes invasões e conclui-se com a queda do Império Romano do Oriente, em 1473, e com a conquista turca. As grandes descobertas, o humanismo e a Reforma protestante dão início aos “tempos modernos”, os quais, por sua vez, cedem lugar à época contemporânea que se inicia com a revolução de 1789”.

No contexto desta visão eurocêntrica, a história de alguns países sobreleva sobre a de outros: “Em França, por exemplo, uma vez citado o nome de Carlos Magno, esquece-se o Sacro Império Romano-Germânico que, no entanto, durou nove séculos; evoca-se antes o seu fim, em 1806, para salientar melhor o papel desempenhado por Napoleão. Da mesma forma, os Franceses subestimam a importância do movimento romântico que se desenvolveu na Alemanha e influencia a Europa, insistindo preferencialmente nos efeitos que teve na Alemanha a revolução de 1789”¹¹⁷.

A História pode ser manipulada no sentido de servir o interesse de ideologias, mas pode contribuir, igualmente, para a criação de uma

¹¹⁶ FERRO, Marc – *Falsificações da História*. Lisboa Europa-América, s.d., p. 15.

¹¹⁷ *Idem*, p. 18.

consciência crítica das ideologias. Reportando-se a este papel da história afirmou Georges Duby: “É isso que me faz pensar que a história (o ensino da história, a sua prática, a leitura de obras históricas) é, como se diria ainda há pouco, “escola do cidadão”, que ela contribui para formar pessoas cujas opiniões sejam mais livres, que sejam capazes de agir com “conhecimento de causa”, menos enredados nas malhas de uma ideologia”.

10. PENSAR HISTORICAMENTE: A CONSCIÊNCIA CRÍTICA DO TEMPO

A spectre is haunting our time: the spectre of the short term¹¹⁸.

How should historians speak truth to power – and why does it matter? Why is five hundred years better than five months or five years as a planning horizon? And why is history – especially long-term history – so essential to understanding the multiple pasts which gave rise to our conflicted present?¹¹⁹

Renewing the connection between past and future, and using the past to think critically about what is to come, are the tools that we need now¹²⁰.

Indeed, in a crisis of short-termism, our world needs somewhere to turn for information about the relationship between past and future. Our argument is that History – the discipline and his subject matter – can be just the arbiter we need at this critical time¹²¹.

Estas frases escritas por Jo Guldi e David Armitage, em 2014, na obra que intitularam *The History Manifesto*¹²² pretendem sensibilizar os políticos

¹¹⁸ “Um espectro assombra o nosso tempo: o espectro do curto prazo”.

¹¹⁹ “Como é que os historiadores deveriam falar a verdade ao poder – e por que é que isso importa? Por que é quinhentos anos é melhor do que cinco meses ou cinco anos como um horizonte de planeamento? E por que é que a história – especialmente a história de tempo longo – é tão essencial para a compreensão dos múltiplos passados que deram origem ao nosso presente conflituoso?”

¹²⁰ “Renovar a ligação entre passado e o futuro, e usar o passado para pensar criticamente sobre o que está para vir, são as ferramentas de que precisamos agora”.

¹²¹ De facto, no contexto de uma crise do ‘curto prazo’, o nosso mundo precisa de algo a que recorrer para obter informações sobre a relação entre o passado e o futuro. O nosso argumento é que a História – a disciplina e o seu objeto de estudo – pode ser o árbitro de que precisamos neste momento crítico.

¹²² GULDI, JO & ARMITAGE, DAVID – *The History Manifesto*. Cambridge University Press, 2014. Disponível em: <http://historymanifesto.cambridge.org/>.

http://historymanifesto.cambridge.org/files/9814/2788/1923/historymanifesto_5Feb2015.pdf (acedido em 16 de agosto de 2016).

e os pensadores atuais para as ineficiências decorrentes de pensar os problemas atuais nos horizontes estreitos do tempo curto, na “espuma dos dias”. Alertam igualmente para a necessidade de se encontrarem as soluções políticas para os problemas atuais, nomeadamente para os problemas estruturais globais (caso dos problemas ecológicos e dos problemas sociais) numa visão de tempo longo: um tempo longo pensado na sua dimensão do passado, no sentido de encontrar as raízes longínquas e duradouras dos problemas atuais, e na sua dimensão prospetiva capaz de planejar futuros sustentados.

O repto no sentido de pensar historicamente os problemas não é, no entanto, original fazendo parte do património de ideias e de propostas pós-positivistas: está presente, por exemplo, na frase muito citada do historiador francês Marc Bloch:

“A ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete, no presente, a própria acção”.

The History Manifesto retoma, igualmente, o conceito de longa duração (*longue durée*) definido por Fernand Braudel, conceito aplicado na perspetiva de análise patente em todas as suas obras.

A análise histórica na longa duração constituiu uma das razões do diálogo interdisciplinar entre as Ciências Sociais e a História ao longo do século xx, Ciências Sociais que recorreram à História considerando-a um “laboratório” para testar hipóteses. Constituiu e constitui atualmente. Para dar apenas dois exemplos, citamos:

- a obra do economista francês Thomas Piketty *O capital no século XXI* (2013), obra em que o autor sustenta as suas teses sobre o funcionamento do sistema capitalista, nomeadamente sobre os mecanismos da desigualdade social, em análises estatísticas de algumas variáveis (património, rendimentos, taxas de crescimento...) que remontam a séculos anteriores, nomeadamente ao século xviii, período a partir do qual se dispõem de boas séries históricas);

- e o livro do antropólogo David Graeber *Debt: the first 5000 years* (2011).

Pensar historicamente é pensar os fenómenos atuais tendo em conta a sua espessura temporal. É ainda saber apreender “a duração social” que Fernand Braudel definiu como “esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que são não só substância do passado, mas também a matéria da vida social actual”.

Pensar historicamente é ainda pensar de forma holística, é saber integrar a parte no todo, num jogo dinâmico de interações geográficas, económicas sociais, políticas e culturais que se foi modificando ao longo do tempo. É pensar segundo a perspetiva de análise decorrente do conceito de “facto social total” (Marcel Mauss) ou do conceito de “história total” defendido pelos historiadores franceses da “escola dos Annales”.

Pensar historicamente é ainda analisar os problemas do nosso tempo de forma não simplista e linear; é olhá-los e tentar intervir neles atendendo à sua complexidade.

Georges Duby exemplificou, assim, o sentido da “utilidade” da História:

“Consumir o discurso histórico, vejo-o como um exercício, um exercício de treino, que nos ajuda a agarrar o presente de maneira mais adequada. Dou-lhe um exemplo: parece-me que os homens que hoje se preocupam em governar o crescimento de países subdesenvolvidos teriam interesse em ler trabalhos de historiadores sobre a economia agrícola do Ocidente dos séculos XI e XII, em meditar sobre o que podemos entrever dos mecanismos de crescimento numa sociedade agrária,

que não é certamente idêntica à das sociedades africanas actuais, mas que lhes é *comparável* por algumas das suas articulações. E é precisamente na comparação de um crescimento natural com outro provocado, precipitado pela aculturação brutal, mal governado porque demasiado rápido, isto é, na evidenciação das *diferenças*, que parece residir a sua utilidade”.

Georges Duby e Guy Lardreau,
Diálogos sobre a Nova História, p. 158.

A História revela-nos a diversidade de sistemas políticos, de organizações económicas e sociais, de culturas, de formas de pensar, diversidade patente no nosso tempo e com a qual é necessário saber lidar. Com efeito, é fácil destruir sociedades, culturas, civilizações. Mais difícil é promover as políticas adequadas à preservação do seu património material e imaterial

e ao melhoramento das suas condições de vida. Ao longo do século xx, os historiadores interrogaram o passado sob prismas diversos numa tentativa de desvendarem “múltiplas faces da História”, carreando conhecimentos que permitissem “agarrar” o presente de forma mais adequada, bem como suscetíveis de construir um Futuro assente na espessura temporal da humanidade, o único Futuro sustentável.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

Concebemos este livro como um guia destinado a orientar o trabalho académico de estudantes que iniciam um curso universitário. Frequentar um curso superior na área das Humanidades pressupõe ter uma visão global da natureza do conhecimento produzido nessa vasta área e conhecer, de forma particular, o processo de construção do conhecimento num campo específico, no caso vertente a História. Ultrapassada a fase da apreensão dos conhecimentos produzidos por outros, chegou agora o tempo de entrar na “oficina” do historiador, e procurar conhecer quem são os “artífices” da História, como a concebem, que “ferramentas” conceptuais, metodológicas e teóricas utilizam, que campos trabalham.

Podemos permanecer, por algum tempo, na “oficina da História” adotando uma postura de bons observadores, atitude necessária à formação de juízos críticos fundamentados sobre os diversos produtos historiográficos, avaliação crítica absolutamente necessária no nosso tempo para distinguir o “trigo do joio” do mercado de livros de História. Ou podemos frequentar a “oficina” como aprendizes do ofício de historiador, qualidade que exige um conhecimento mais profundo das “ferramentas” e das “regras” do ofício, bem como da herança de reflexão, materializada em discursos sobre a História, que nos foi legada por historiadores ou filósofos.

O conceito de História tem na obra de Heródoto o sentido de procura, de investigação. Sentido que continua atual, dado que o conhecimento histórico credível, como todo o conhecimento científico, é sempre a procura de uma resposta, ou respostas, para determinados problemas, procura que deve assumir a forma de uma investigação cientificamente conduzida. A História, enquanto ramo do saber, assumiu-se como ciência quando foi acolhida, no século XIX, nas universidades. O discurso sobre a natureza do conhecimento histórico ao tempo formulado, o positivista, foi transposto das ciências da natureza. Com o tempo demonstrou-se inadequado para

“dizer” o processo de construção bem como a natureza dos resultados da investigação histórica. Nos finais do século xx, o discurso pós-moderno também ele “importado” (agora da área da literatura e das ciências da linguagem), e radicalmente diferente do positivismo, viria a afirmar-se como perturbador da identidade e credibilidade da própria ciência histórica.

Entretanto, historiadores de ofício foram elaborando um discurso sobre a História mais consentâneo com as formas de pensar a ciência em cada tempo e com os processos de construção do conhecimento histórico.

A “verdade” da História, ou a validade do conhecimento, é aquela que é definida pela comunidade dos historiadores. São os consensos resultantes de diálogos intersubjetivos entre pares (profissionais do mesmo ofício), que assumem atualmente as formas de validação internacional do conhecimento.

Ao longo das páginas deste livro, apresentámos alguns aspetos da metodologia histórica, desde a crítica de fontes positivista à análise de redes sociais associada hoje às humanidades digitais. Trata-se de um património metodológico e teórico num campo que se desenvolve por “acumulação de verdades” que credibiliza a História. Edifício metodológico que se foi construindo e reconstruindo com o tempo e que constitui o suporte dos vários campos historiográficos.

A ciência histórica afirmou-se no século xix como história política e institucional muito ligada ao estado e aos seus protagonistas. A escola francesa dos *Annales* operou uma revolução ao proclamar a História como “Ciência dos Homens no Tempo”. Enquanto reconhecia todos os homens como sujeitos da História, alargava a sua dimensão temporal confinada até então ao passado longínquo. Simultaneamente criavam-se condições para o diálogo com outras ciências sociais e humanas, diálogo que se tem revelado mutuamente enriquecedor.

Este alargamento dos objetos historiográficos traduziu-se na abertura de novos campos designados como: histórica económica e social, história económica, história social, demografia histórica, história cultural e história das mentalidades. A partir da década de 70 do século xx estes campos fragmentaram-se em muitos outros, tornando-se hoje a fragmentação uma

impossibilidade de ultrapassar uma história narrativa, como acontece em alguns casos de estudos ditos de micro-história.

Os grandes desafios colocados à sociedade contemporânea, aos quais os historiadores estão atentos, conduzem hoje a estudos de horizontes temáticos e temporais mais largos, caso da história global.

A ideia do “fim da História” está ultrapassada. A História muitas vezes convocada para legitimar os interesses ideológicos de poderes, continua, entretanto, apostada em “dizer a verdade ao poder”.

“A História é uma forma de pensar os problemas do nosso tempo”, frase escrita há algumas décadas por Vitorino Magalhães Godinho que mantém toda a sua atualidade. Pensar historicamente é pensar os problemas de forma holística e atendendo à sua espessura temporal e complexidade. Urge, assim, que a ciência histórica seja convocada para a escola e para o espaço público e político no sentido de contribuir para a formação de uma cidadania ativa, de construir e cimentar identidades e sentimentos de pertença, de sensibilizar para o convívio com a diversidade e com a diferença, de valorizar a herança material e imaterial legada pelos nossos antepassados ou de planejar futuros amigos do planeta e da humanidade.

Os livros depois de publicados pertencem aos leitores. Fazemos votos para que este guia de estudo interpele os estudantes no sentido da criação ou aprofundamento do gosto pela ciência histórica.

MANIFESTO

*HISTORIA A DEBATE*¹²³

Depois de oito anos de contactos, reflexões e debates, através de congressos, questionários e ultimamente pela Internet, sentimos urgência em explicitar e atualizar a nossa posição no diálogo crítico com outras correntes historiográficas, desenvolvidas na última década do século xx: (1) a continuidade dos anos 60-70; (2) o pós-modernismo; e (3) o retorno à velha história, a última “novidade” historiográfica.

Estamos a viver uma transição histórica e historiográfica de resultados ainda incertos. *Historia a Debate*, como tendência historiográfica, quer contribuir para a configuração de um paradigma comum e plural dos historiadores do século XXI que assegure para a história e para a sua escrita um novo tempo. Com este objetivo elaborámos 18 propostas metodológicas, historiográficas e epistemológicas, que apresentamos aos historiadores e historiadoras de todo o mundo para debate e para, no caso de concordarem, aderirem criticamente a elas e desenvolvê-las posteriormente.

METODOLOGIA

I

Ciência com sujeito

Nem a história objetivista de Ranke, nem a história subjetivista da pós-modernidade: uma ciência com sujeito humano que descobre o passado à medida que o constrói. Levar em consideração as subjetividades que influem no nosso processo de conhecimento, dos agentes históricos e historiadores, é a melhor garantia de objetividade dos seus resultados, necessariamente relativos e plurais; consequentemente, rigorosos. Chegou o momento da história atualizar o seu conceito de ciência, abandonando o objetivismo ingênuo herdado do

¹²³ Este documento foi elaborado pela Associação de Historiadores *Historia A Debate*, sediada em Santiago de Compostela e coordenada pelo historiador Carlos Barros, sendo o resultado de um inquérito ao qual responderam seis centenas de historiadores. A tradução é de nossa autoria. O documento original pode consultar-se em <http://maytediez.blogia.com/2005/053102-manifiesto-de-historia-a-debate.php>.

positivismo do século XIX, sem cair no extremo subjetivismo ressuscitado pela corrente pós-moderna no final do século XX. A crescente confluência entre as “duas culturas”, a científica e a humanística, facilitará, no século que começa, a dupla redefinição da história, como ciência social e como parte das humanidades.

II

Nova erudição

Somos partidários de uma nova erudição que alargue o conceito de fonte histórica para além da documentação oficial, alcançando os registos não-escritos de tipo material, oral ou iconográfico, e as ‘não-fontes’, como os silêncios, erros e lacunas, que o historiador e a historiadora terão que valorizar, procurando a objetividade na pluralidade das fontes”. Uma nova erudição que se apoie no conhecimento não baseado exclusivamente em fontes. A história faz-se com ideias, hipóteses, explicações e interpretações, que nos ajudam a descobrir e a construir as fontes. Uma nova erudição que incorpore a nova relação com as fontes trazida pela historiografia renovadora dos anos 60 e 70, a história das mulheres, a história oral, a história ecológica, a história mundial/global e outras novidades surgidas ou desenvolvidas nos anos 80 e 90, como a “nova historiografia” que está a nascer na Internet e da qual fazemos parte. Uma nova erudição que, mesmo reconhecendo a necessidade do trabalho empírico, sabe que ele não decide a verdade histórica, e que, por meio das comunidades de historiadores desenvolva o debate e novos consensos. Uma nova erudição, em suma, que nos permita vencer o “retorno positivista” e conservador a que nos conduziu, recentemente, a crise das grandes escolas historiográficas do século passado, e que ameaça devolver a nossa disciplina ao século XIX.

III

Recuperar a inovação

Urge construir um novo paradigma que recupere o prestígio académico e social da inovação nos métodos, nos temas, nas perguntas e nas respostas, em resumo, na originalidade das investigações históricas. Uma nova historiografia que devolva ao ofício do historiador o entusiasmo pela renovação e pelos compromissos historiográficos. Surgirão novas linhas de investigação se pensarmos com a nossa própria cabeça, considerando que nada do que é histórico nos é alheio; avançando mediante a mestiçagem e convergência de métodos e géneros; enchendo os velhos tonéis com vinho novo, desde a biografia

até à micro-história; prestando atenção às necessidades científicas, culturais, sociais e políticas de uma sociedade sujeita a uma profunda transformação. A historiografia do século XXI precisa da ilusão e da realidade de enfoques autenticamente inovadores, se não pretende transformar-se, como a mulher de Lot, numa estátua de sal.

IV

Interdisciplinaridade

A nova historiografia que propomos há de alargar a interdisciplinaridade, ainda que de maneira equilibrada: internamente, na ampla e diversa comunidade de historiadores, reforçando a unidade disciplinar e científica da história profissional; e, externamente, estendendo o campo de alianças, para além das ciências sociais clássicas. Será importante criar pontes que ponham em comunicação o vasto arquipélago em que se converteu a nossa disciplina nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, a história terá que trocar métodos, técnicas e enfoques, para além das ciências sociais, com a literatura e com a filosofia (da história e da ciência, sobretudo), do lado das humanidades; e com as ciências da natureza, do lado das ciências. Sem esquecer as disciplinas emergentes que tratam das novas tecnologias e do seu impacto transformador na sociedade, na cultura, na política e na comunicação. Aprendendo com as experiências passadas, três caminhos devem ser evitados, na nossa opinião, para que a interdisciplinaridade enriqueça a história: 1) tentar construir uma impossível “ciência social unificada”, centrada numa disciplina, menosprezando o desenvolvimento interdisciplinar individual e coletivo; 2) fazer do diálogo entre a história e as ciências sociais a receita mágica para a “crise da história”, que entendemos como mudança de paradigmas; 3) diluir a história numa disciplina com sucesso, como nos propõem, hoje em dia, os narrativistas extremos em relação com literatura.

V

Contra a fragmentação

O fracasso da “história total” dos anos 60 e 70 abriu caminho para uma fulgurante fragmentação de temas, métodos e escolas, acompanhada do crescimento e do caos epistemológico, que pareceu circunscrever-se aos anos 90 e que resulta cada vez mais anacrónico no mundo de hoje, baseado na inter-relação e na comunicação global. A nossa alternativa é avançar na prática historiográfica, com novas formas de globalidade que façam convergir na investigação histórica

diferentes espaços, géneros e níveis de análises. Para tornar possível uma história integral com esse perfil, há necessidade de experimentar novas iniciativas de investigação que adoptem o global como ponto de partida, e não como “horizonte utópico”, formas ainda raras no nosso meio: é preciso experimentar linhas mistas de estudo de fontes e temas, métodos e especialidades; incorporar a história geral em paradigmas especializados mais inovadores; combinar enfoques qualitativos e quantitativos; articular temporalidades (que englobem presente e futuro) e escalas diversas; compreender a globalidade por meio de conceitos e métodos, ainda potencialmente abrangentes, como mentalidades e civilização, sociedade, rede e mudança social, narração e comparação, e criar outros novos; questionar a história mundial como uma nova frente da história global; servir-se das novas tecnologias para trabalhar com os registos escritos, vozes e imagens, combinando investigação e divulgação; impulsionar a reflexão e o debate, a metodologia e a historiografia, como terreno comum a todas as especialidades históricas e ponto de contato com outras disciplinas.

HISTORIOGRAFIA

VI

Trabalho historiográfico

Sabendo como sabemos que o sujeito influi nos resultados da investigação, apresenta-se então a necessidade de questionar o problema da objetividade histórica. Como? Procurando integrar os indivíduos em grupos, escolas e tendências historiográficas, implícitas e explícitas, que condicionam, quer se queira quer não, a evolução interna da escrita da história. Estudando os historiadores e as historiadoras pelo que fazem e não apenas pelo que dizem, analisando a sua produção e não apenas o seu discurso. Aplicando adequadamente três conceitos-chave da história da ciência pós-positivista: o “paradigma” como conjunto de valores compartilhados; a “revolução científica” como ruptura e continuidade disciplinar; a “comunidade de especialistas”, dado o seu poder de decisão que por sua vez é condicionado pelo meio social, mental e político. Praticando, em suma, uma historiografia imediata, que procure dar resposta aos acontecimentos históricos que condicionam as mudanças historiográficas que estamos a viver.

VII

Historiografia global

O esgotamento dos focos nacionais de renovação do século xx deu lugar a uma descentralização historiográfica inédita, impulsionada pela globalização da informação e do saber acadêmico, superadora do velho eurocentrismo. A iniciativa historiográfica está hoje mais ao alcance de todos: o auge, por exemplo, de uma historiografia crítica latina e de uma historiografia pós-colonial é uma demonstração deste fenómeno. As comunidades transnacionais de historiadores, organizadas na Internet, já desempenham um papel importante na formação de novos consensos, em detrimento do anterior sistema de dependência de umas historiografias nacionais em relação a outras e de intercâmbios académicos elitistas, hierárquicos e lentos. Não entendemos a globalização historiográfica como um processo unificador, pensamos e fazemos a história, e a história da história, como docentes e investigadores em diversas escalas sobrepostas e inter-relacionadas: local, regional, nacional, continental e internacional/global.

VIII

Autonomia do historiador

À medida que os projetos coletivos do século xx foram entrando em decadência, sem serem substituídos por um novo paradigma comum, cresceu de maneira exagerada a influência do mercado editorial, dos grandes meios de comunicação e das instituições políticas, na escrita da história, na escolha de temas e métodos, na formulação de hipóteses e conclusões, com um sentido cada vez mais evidente de promoção da velha história dos “grandes homens”. Recuperar a autonomia crítica dos historiadores e historiadoras, em relação aos poderes estabelecidos para decidirmos o como, o quê, o por quê, da investigação histórica, exige-nos: reconstruir tendências, associações e comunidades que girem em torno de projetos historiográficos, para além das convencionais áreas académicas; utilizar Internet como meio democrático e alternativo de comunicação, publicação e difusão de propostas e investigações; observar a evolução da história imediata, sem cair no presentismo, para captar as necessidades historiográficas, presentes e futuras, da sociedade civil, local e global.

IX

Reconhecer tendências

A via mais nociva, e normalmente conservadora, para impor uma tendência historiográfica é negar que existam ou que devam existir tendências historiográficas. O imaginário individualista, os compartimentos acadêmicos e as fronteiras nacionais ocultam o que temos em comum, muitas vezes sem saber: a formação, as leituras, filiações e atitudes. Somos partidários e partidárias, por consequência, da identificação das tendências atuantes, mais ou menos latentes, mais ou menos organizadas, para esclarecer posições, delimitar debates e facilitar consensos. Uma disciplina acadêmica sem tendências, discussão e autorreflexão está sujeita a pressões extra-acadêmicas, com frequência negativas para o seu desenvolvimento. O compromisso historiográfico consciente faz-nos, portanto, livres em face de terceiros, rompe o isolamento individual, corporativo e local, favorece o reconhecimento público e a utilidade científica e social do nosso trabalho profissional.

X

Herança recebida

Opomo-nos a fazer tábua rasa da história e da historiografia do século xx. O recente retorno da história do século xix torna útil e conveniente rememorar a crítica de que ela foi objeto por parte dos *Annales*, do marxismo e do neopositivismo, embora também seja justo reconhecer que o dito “grande retorno” coloca em evidência o fracasso parcial da revolução historiográfica do século xx que essas tendências protagonizaram. O imprescindível balanço, crítico e autocrítico, das vanguardas historiográficas não anula, por conseguinte, a sua atualidade como tradições necessárias para a construção do novo paradigma. Sobretudo porque simbolizam o “espírito de escola” e de militância historiográfica, assim como revelam o exemplo de uma história profissional aberta ao novo compromisso social, traços primordiais que teremos que recuperar agora noutro contexto acadêmico, social e político, com meios de comunicação muito mais avançados do que os existentes nos anos 60 e 70 do século passado.

XI

Historiografia digital

As novas tecnologias estão a revolucionar o acesso à bibliografia e às fontes da história, ultrapassando os limites do papel tanto para a investigação como para a publicação, possibilitando o aparecimento de novas comunidades globais

de historiadores. A Internet é uma poderosa ferramenta contra a fragmentação do saber histórico se for utilizada de acordo com sua identidade e possibilidades, isto é, como uma forma interativa de transmitir informação instantânea de maneira horizontal a várias partes do mundo. Segundo o nosso critério, a historiografia digital deverá ser complementada com livros e outras formas convencionais de investigação, difusão e intercâmbio acadêmicos, e vice-versa. Este novo paradigma de comunicação social não vai substituir, conseqüentemente, as atividades presenciais e as suas instituições seculares, mas formará parte, de uma maneira crescente, da vida acadêmica e social real. A generalização da Internet no mundo universitário, e no conjunto da sociedade, assim como a educação informatizada dos jovens, tornará esta nova historiografia um fator relevante da inacabada transição paradigmática entre o século xx e o xxi.

XII

Mudança de gerações

Na segunda década do século xxi haverá uma considerável mudança de gerações no quadro de professores e investigadores em virtude da aposentação dos que nasceram depois da II Guerra Mundial. Esta transição demográfica significará a consolidação de um paradigma historiográfico mais avançado? Não se pode assegurar. A geração de 68 foi uma exceção. Entre os atuais estudantes universitários encontramos uma heterogeneidade historiográfica e ideológica semelhante à encontrada na academia e na sociedade. Isso significa que se podem encontrar historiadores e historiadoras mais velhos que continuam a ser renovadores e jovens com conceitos e concepções sobre o ofício do historiador ainda vinculados ao século xix. A nossa responsabilidade como formadores de estudantes que amanhã serão professores e investigadores é capital. Nunca foi tão crucial continuar a explicar a história com perspectivas avançadas – também pela sua autocrítica – desde o ensino básico e médio até os cursos de pós-graduação. A história futura estará condicionada pela educação que recebem aqui e agora os futuros historiadores: os nossos alunos.

TEORIA

XIII

História pensada

É essencial para o historiador refletir sobre o seu tema, as fontes e os métodos, as perguntas e as respostas, o interesse social e as implicações teóricas,

as conclusões e as consequências da sua investigação. Somos contrários a uma “divisão do trabalho” segundo a qual a história fornece os dados, enquanto as outras disciplinas os analisam (ou escrevem relatos de ampla difusão). As comunidades de historiadores profissionais têm de assumir a sua responsabilidade intelectual, tratando de completar o ciclo dos estudos históricos, desde o trabalho de arquivo até a valorização e reivindicação do seu impacto nas ciências sociais e humanas, na sociedade e na política. A aprendizagem dos estudantes universitários de história em questões de metodologia, historiografia, filosofia da história e outras disciplinas com base teórica, é o caminho para elevar a futura criatividade das investigações históricas, destacar o lugar da história no sistema científico e cultural e fomentar novas e boas vocações historiográficas. O nosso objetivo é que o historiador reflita intelectualmente sobre o trabalho empírico, e que o historiador que investiga dados concretos pense com alguma profundidade sobre o que faz, erradicando assim a fatal separação de uma prática (positivista) sem teoria ou de uma teoria (especulativa) sem prática. Uma maior unidade entre a teoria e a prática tornará possível a maior coerência de historiadores e historiadoras, individual e coletivamente, entre o que se diz historiograficamente e o que se faz empiricamente.

XIV

Fins da História

A aceleração histórica na última década substituiu o debate sobre o “fim da história” pelo debate sobre os “fins da história”. Assumindo que a história não tem metas pré-estabelecidas, e que o ano de 1989 deu início a uma profunda viragem histórica, cabe perguntar, na perspectiva da história académica, aonde nos leva este processo, quem o conduz, em favor de que interesses e quais são as alternativas. O futuro está aberto. É responsabilidade dos historiadores e historiadoras ajudar os sujeitos da história a construir mundos futuros que garantam uma vida livre e pacífica, plena e criativa, aos homens e mulheres de todas as etnias e nações. As comunidades de historiadores têm de contribuir, pois, para a construção de uma “Nova Ilustração” que, aprendendo com os erros da história e da filosofia, pense teoricamente sobre o sentido do progresso que hoje a sociedade procura, e assegurando que a grande maioria das populações do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste, desfrutem dos avanços revolucionários da medicina, da biologia, da tecnologia e das comunicações.

SOCIEDADE

XV

Reivindicar a história

O primeiro compromisso político dos historiadores deveria ser o de reivindicar, junto da sociedade e do poder, a função ética da história, das humanidades e das ciências sociais, e a sua importância na educação dos cidadãos e na formação das consciências comunitárias. A história profissional tem de combater aquelas concepções provincianas e neoliberais que ainda pretendem pôr em confronto técnica e cultura, economia e sociedade, presente e passado, passado e futuro. Os efeitos mais notórios das políticas públicas de desvalorização social da história são a falta de saídas profissionais, o decréscimo de vocações e os obstáculos à continuidade geracional. As comunidades de historiadores devem tomar como seus os problemas laborais dos jovens que estudam e querem ser historiadores, cooperando na busca de soluções que passam pela revalorização do ofício de historiador e das suas condições de trabalho e de vida, e pela defesa e desenvolvimento da função pública da educação, da universidade e da investigação científica.

XVI

Compromisso

Em tempos de “retornos” paradoxais, queremos constatar e incentivar o “retorno ao compromisso” de numerosos académicos, também historiadores, em diversos lugares do mundo, com as causas sociais e políticas vinculadas à defesa de valores universais como o direito à educação, à saúde, à justiça, à igualdade, à paz e à democracia. Atitudes solidárias indispensáveis para contrabalançar os compromissos académicos com os dos grandes poderes económicos e políticos, mediáticos e editoriais. Contrapeso vital, portanto, para erradicar um virtual distanciamento da escrita académica da história em relação às maiorias sociais que financiam com os seus impostos a nossa atividade docente e de pesquisa. O novo compromisso que preconizamos é diferente, crítico e com aspiração ao futuro. O historiador e a historiadora terão de combater, com base na verdade que conhecemos aqueles mitos que manipulam a história e fomentam o racismo, a intolerância e a exploração de classe, género, etnia. Resistindo, a partir do conhecimento do passado, aos indesejáveis futuros. Cooperando e rivalizando, com outros cientistas sociais e humanistas, na construção de mundos historicamente melhores, como profissionais da história, mas

também como cidadãos. A relação do historiador com a realidade que o rodeia passa pela sua análise em um contexto temporal contínuo. Se se aceita que a objetividade da ciência histórica é inseparável da subjetividade (plural) do historiador, devemos concluir que não existem grandes diferenças qualitativas entre uma história imediata e uma história mediata, entre uma história mais contemporânea e uma história mais antiga. Tudo é história, se bem que quanto mais nos distanciamos da atualidade, maior é a nossa responsabilidade que recai sobre nós historiadores devido à ausência das disciplinas que se dedicam sobretudo ao estudo do presente.

XVII

Presente e futuro

O nosso objeto de estudo (homens, mulheres e meio natural humanizado) está evidentemente no passado, mas nós estamos no presente, e esse presente está impregnado de futuros. O historiador não pode escrever com rigor história à margem do tempo vivido e do seu fluir permanente. Temos em conta vários níveis na relação entre o historiador e a história imediata: compromisso social e político, tema de investigação, historiografia de intervenção ou critério metodológico geral para a investigação. Faz meio século que os fundadores da escola dos *Annales* formularam a ideia: “compreender o passado pelo presente, compreender o presente pelo passado”. Hoje é preciso pôr a mesma ênfase na inter-relação passado/futuro. O descrédito das filosofias finalistas da história, sejam as socialistas ou as capitalistas, pôs em destaque um futuro mais aberto do que nunca. O historiador terá que assumir algum papel na definição do futuro, com as suas experiências e argumentos históricos, com hipóteses e proposições baseadas na História. Construir o futuro sem contar com a História condenar-nos-ia a repetir os seus erros, a resignarmo-nos com o mal menor ou a construir castelos de areia.

XVIII

O novo paradigma

A historiografia depende dos historiadores e da história imediata. A mudança de paradigmas historiográficos que propomos, desde 1993, caminha na senda das aceleradas transformações históricas iniciadas em 1989. Entre dezembro de 1999 (Seattle) e julho de 2001 (Genova) observamos o início de um movimento global, sem precedentes, contra os estragos da globalização que procura já outras alternativas: o pensamento único é agora menos único.

São muitos os que hoje qualificam como uma mudança de civilização a globalização e os seus críticos, a sociedade da informação, a nova revolução científico-tecnológica e o movimento social global: não é fácil entrever o que nos prepara o futuro, mas há razões para esperança. Todos devemos colaborar. *História a Debate* é parte ativa deste processo transformador: queremos mudar a história que se escreve e colaborar nas mudanças da história humana. De acordo com a evolução do debate historiográfico e da história mais imediata, as nossas propostas receberão mais ou menos consenso académico, nós as mudaremos ou não segundo o interesse geral, se bem que existam posições que, embora ainda sejam minoritárias no momento, parecem-nos inelutáveis para condicionar de maneira crítica o novo paradigma em formação: o conjunto plural de valores e crenças que vão regular a nossa profissão de historiador no novo século. Por tudo isto, esperamos que história nos absolverá.

Colocado na Internet (site *h-debate.com*) em 11 de Setembro de 2001. Este manifesto foi acolhido e assinado por historiadores de todo o mundo.

BIBLIOGRAFIA

EPISTEMOLOGIA E PROBLEMATIZAÇÃO

- ALARCÃO, Jorge de – A escrita do tempo e a sua verdade. Coimbra: Quarteto, 2000. (Reflexão epistemológica proveniente da área da Arqueologia transponível para a da História).
- BARROS, José d'Assunção – *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLOCH, Marc – *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris, Armand Colin, 1993. (Edição crítica preparada por Étienne Bloch com prefácio de Jacques Le Goff. Há tradução portuguesa, com o título *Introdução à História* e diversas traduções de uma edição anterior, nomeadamente *Introdução à História*. Lisboa, Europa-América, 1965).
- BREISACH, Ernest – *Sobre el Futuro de la Historia. El desafio posmodernista y sus consecuencias*. Tradução, Valencia: Publicaciones de la universidad de Valencia, 2009.
- CANNADINE, David (ed.) – *Qué es la Historia Ahora?*. Granada: Universidad de Granada, 2002.
- CARR, Edward – *Qu'est-ce que l'histoire*. Trad. Paris: Éditions La Découverte, 1988.
- CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- *Caminhos do fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- *Os passos do homem como restolho do tempo*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CURTO, Diogo Ramada – *As múltiplas faces da História*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- DUBY, Georges & LARDEAU, Guy – *Diálogos sobre a Nova História*. Trad., Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- DHOQUOIS, Guy – *Histoire de la pensée historique*. Paris: Armand Colin, 1991.

- EVANS, Richard J. – *Em defesa da História*. Lisboa: Temas e Debates, 1997.
- FERRO, Marc – *Falsificações da História*. Lisboa: Europa-América, s.d.
- FEBVRE, Lucien – *Combates pela História*. 2.^a ed., 2 volumes, Lisboa: Presença, 1985.
- GADAMER, Hans-George – *O problema da consciência histórica*. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas, 1998.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *A crise da História e as suas novas directrizes*. Lisboa, INCM, 2013. (Reedição de uma obra clássica do autor, com muitos acrescentos atuais. Fundamental para a problematização da ciência histórica na atualidade).
- GULDI, Jo & ARMITAGE, David – *The History Manifesto*. Cambridge University Press, 2014.
- HOBBSAWM, Eric – *Escritos sobre a História*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2010.
- JOSEP FONTANA – *La Historia después del fin de la Historia*. Barcelona: Editorial Critica, 1992.
- LE GOFF, Jacques – *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70, s.d.
- LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger & REVEL, Jacques (dir.) – *La Nouvelle Histoire*, Paris 1978. Há tradução portuguesa com o título *A Nova História*, Coimbra: Almedina, 1990.
- MANIFESTO *HISTORIA A DEBATE*. Santiago de Compostela, 2001.
- MARROU, I. H. – *Do Conhecimento histórico*, Editorial Aster, Lisboa, s.d.
- MATOS, Sérgio Campos – *História. Mitologia. Imaginário Nacional. História no Curso dos Liceus, 1895-1939*. Lisboa. Livros Horizonte, 1990.
- ORY, Pascal – *Histoire Culturelle*. Paris: Puf, 2004.
- PEREIRA, Miriam Halpern – *O gosto pela História. Percursos de História Contemporânea*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- REVEL, Jacques – *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1990.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento, 1987.
- TORGAL, Luís Reis – *História. Que história?*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.

FONTES, METODOLOGIA E TEORIA

- ALMEIDA, João Ferreira & PINTO, José Madureira – *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- BLOCH, Marc – *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, 1965.
- BRAUDEL, Fernand – *Escritos sobre a História*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1997.
- BURKE, Peter – *O mundo como teatro. Estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.
- CARDOSO, Ciro – *Introducción al trabajo de la investigación histórica*. Barcelona: Editorial Critica, 1981.
- CARDOSO, Ciro & BRIGNOLI, H. Pérez – *Los métodos de la historia*. Barcelona: Editorial Critica, 1977. (Um excelente manual de metodologia histórica, apresentando igualmente uma caracterização das principais correntes historiográficas).
- CARVALHO, Joaquim Ramos & CAMPOS, Maria Rosário Castiço de – “Interpersonal networks and the archaeology of social structures: using social positioning events to understand social strategies and individual behaviour”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 7, 2007, pp. 175-193.
- CHARTIER, Roger – *A História cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- CHAUNU, Pierre – *Histoire quantitative, Histoire sérielle*. Paris: Librairie Armand Colin, 1978.
- CIPOLLA, Carlo M. – *Entre La Historia y La Economía. Introducción a la historia económica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Diplomática em Portugal. Balanço e estado actual”, *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 26, pp. 125-155.
- CORVISIER, A. – *Sources et Méthodes en Histoire Sociale*. Paris: SEDES, 1980.
- FARGE, Arlette – *Le goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1989.
- FURAY, Conal & SALEVOURIS, Michael – *The methods and skills of History: a practical guide*, 3rd ed.. Webster University, 2010.

- FURET, François – *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, s.d.
- GINZBURG, Carlo – *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Noções operatórias na abordagem global das sociedades*. Reimp., Lisboa, 1976 (novamente publicado em *Ensaio*. Lisboa: Sá da Costa, 2010, Vol. II, pp. 315-339).
- *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVII*. Lisboa: Difel, 1990, Cap. XVII (dedicado a fontes históricas).
- A HISTÓRIA SOCIAL. Problemas, fontes e métodos* – Lisboa: Edições Cosmos, 1973.
- JULIÁN CASANOVA – *La Historia Social y Los Historiadores*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- LANGLOIS, Ch. & SEIGNOBOS, Ch. – *Introduction aux études historiques*. Paris: Hachette, s.d.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre – *Fazer História*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, 3 vols.
- LUIS CORRAL, José; GARCIA HERRERO, Carmen & NAVARRO, Germán Navarro – *Taller de historia. El oficio que amamos*. Barcelona: Edhasa, 2006.
- MORADIELLOS, Enrique – *El oficio de historiador*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2003.
- MALERBA, Jurandir – *A Velha História. Teoria, Método e Historiografia*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- MARQUES, H. de Oliveira – *O homem e o historiador* (diálogos com João Pedro Ferro). Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- MATTOSO, José – *A escrita da História, teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- *A situação actual da investigação histórica em Portugal*, em “O estado das ciências em Portugal”. Coordenação de José Mariano Gago. Lisboa: Dom Quixote, 1992, pp. 29-32.
- MENDES, José M. Amado – “Novas Metodologias em História Económica: A Arqueologia Industrial”, *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo XXX (1995), pp. 37-70.

- MOTA, Guilhermina – “Estruturas familiares no mundo rural”, Sep. da *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 25, 1990.
- NETO, Margarida Sobral & RODRIGUES, Mário Rui – *Informações Paroquiais e História Local. A diocese de Coimbra*. Coimbra: Palimage, 2013.
- “Percursos da História Local Portuguesa: Monografias e representações de identidades locais”. SANTOS, João Marinho dos & CATANA, António Silveira (coord.) – *Memoria e História Local*, Coimbra: Palimage, 2010.
- “Reconstituição da vida material das comunidades: problemas, fontes e métodos”. *A cidade e o campo: colectânea de estudos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, pp. 41-54.
- OFFENSTADT, Nicolas (dir.) – *Les mots de l'historien*. Toulouse: Presses universitaires du Mirail. 2009.
- PELAI PAGÈS – *Introducción a la Historia. Epistemología, teoría y problemas de método en los estudios históricos*. Barcelona: Editorial Barcanova, 1983.
- REVEL, Jacques – *Jeux d'Échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard, 1996.
- SAMARAN, Charles – *L'Histoire et ses méthodes*. “Encyclopédie de la Pléiade”, XI. Paris: Gallimard, 1961.
- SANTOS, Maria José Azevedo – “Uma ciência em Portugal e na Europa: a paleografia (séculos XIX-XX)”, sep. de *Theologica*, 2.^a série, vol. 28, n.º 2 (1993). Braga, 1993.
- SERNA, Justo & PONS, Anacleto – *Cómo se escribe la microhistoria*. Universidad de València, 2000.
- SHILS, Edward – *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1998.
- THUILLIER, Guy e TULARD, Jean – *La méthode en Histoire*. Paris: P.U.F., 2.^a ed., 1991.
- *Histoire locale et régionale*. Paris: P.U.F., Que sais-je, n.º 2689, 1992.

- TORTELA, Gabriel – *Introduccion a la economia para historiadores*. Madrid: Tecnos, 1991.
- TOSH, John – *The Pursuit of History: aims, methods and new directions in the study of History*. London/New York: Routledge, 2015.
- VILAR, Pierre – *Iniciação ao vocabulário de análise histórica*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985.

HISTORIOGRAFIA

- BARONA, Josep Lluís – *Ciencia e Historia. Debates y tendencias en la historiografía de la ciencia*, Seminari d'estudis sobre la ciència, 1994.
- COUTAU-BEGARIE, Hervé – *Le phenomene “Nouvelle Histoire”. Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*. Paris: Ed. Economica, 1983.
- COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho – “Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos no século XIX”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 42 (2011), pp. 61-84.
- DOSSE, François – *L'Histoire en miettes. Des Annales à la “nouvelle histoire”*. Paris: La Découverte, 1987.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Ensaio III: Sobre teoria da história e historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1971.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “A história que nos fez e a História que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto”. Sep. da *Revista de História*. Porto, t. 11, 1991.
- IGGERS, Georg G. – *La ciencia Histórica en el siglo XX. Las tendencias actuales*. Barcelona: Idea Books, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Antologia da Historiografia Portuguesa, vol. I – Das Origens a Herculano, vol. II – De Herculano aos nossos dias*. Lisboa: Europa-América, 1974-1975.
- NETO, Margarida Sobral – “Sérgio Soares (1957-1998)”. *ANALIS. Série História*. (2001), vol. V/VI, pp. 285-290.

- “Luís Ferrand de Almeida. Breves notas de um percurso académico”. *Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra, 5 (2006), pp. 221-230.
- “Historiografia Rural Portuguesa”, *Studia Historica, Historia moderna*, Salamanca, n.º 29 (2007), pp. 251-275.
- “A história uma ciência em mudança: novos e velhos temas na investigação historiográfica”. *Revista Portuguesa da História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 39 (2007), pp. 255-271.
- Percursos da História Local Portuguesa: “*Monografias e representações de identidades locais*”, em *Memoria e História Local*, João Marinho dos Santos e António Silveira Catana (coord.). Coimbra: Palimage, 2010.
- “Revisitar a História Rural”. In Encarnação, José d’ (coord.) – *As oficinas da História: actas das Jornadas da Comissão Científica do Grupo de História da FLUC*. Lisboa: Colibri; Coimbra: Faculdade de Letras, 2002, pp. 87-96.
- NUNES, João Paulo Avelãs – *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974): ascensão e queda de um paradigma historiográfico*. Porto: Instituto de Inovação Educacional, 1996.
- OLIVEIRA, António – “Seis décadas de história na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970). Um esboço das suas tendências”. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, *Revista Portuguesa de História*, 42 (2011), pp. 11-60.
- *Antiquarismo e História*. Coimbra: Palimage, 2013.
- Repertório bibliográfico da Historiografia Portuguesa. 1974-1994*. Coimbra: Instituto Camões, Faculdade de Letras de Coimbra, 1995.
- THULLIER, Guy & TULARD, Jean – *Les Écoles Historiques*. Paris: P.U.F., Que sais-je, n.º 2506, 1990.
- TORGAL, Luís Reis – *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José M. Amado & CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	11
1. HISTÓRIA: O CONCEITO.....	13
2. NOÇÕES BÁSICAS DE EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA.....	15
2.1. Discursos sobre a natureza do conhecimento histórico.....	16
2.1.1. O paradigma positivista.....	16
2.1.2. Paradigmas anti-positivistas.....	18
2.1.2.1. Discursos da Escola Francesa.....	19
2.1.2.2. O discurso presentista.....	22
2.1.3. Os discursos pós-modernos: o tempo das incertezas.....	23
2.1.4. Entre a objetividade “ingénu” do positivismo e o subjetivismo das concepções pós-modernas.....	24
3. A HISTÓRIA, AS CIÊNCIAS SOCIAIS E AS HUMANIDADES.....	27
4. O OFÍCIO DE HISTORIADOR.....	31
4.1. Marcos da construção do ofício do historiador.....	32
4.1.1. Os séculos xvii e xviii: o lançamento das bases de uma investigação cientificamente conduzida.....	32
4.1.2. A escola metódica.....	34
4.1.3. Problematização e teorização: precursores.....	36
4.1.4. O processo de renovação da História na primeira metade do século xx: a escola dos Annales.....	42
4.1.5. Por uma “História Nova”.....	43
4.1.5.1. Uma redefinição do objeto da História: “o homem todo e todos os homens”.....	44

4.1.5.2. No início: a definição de problemas e a formulação de hipóteses.....	45
4.1.5.3. O alargamento do conceito de fonte.....	46
4.1.6. Factos de repetição e metodologia serial/quantitativa.....	46
4.1.7. A metodologia comparativa.....	47
4.1.8. Uma nova conceção de tempo histórico.....	49
4.1.9. A elaboração de modelos explicativos.....	52
4.1.10. Prosopografia e estudos de redes sociais.....	55
4.1.11. A micro-história.....	57
4.1.12. Uma História à escala global. As “connected histories”.....	59
5. TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS (1900-1970).....	61
5.1. História económica.....	63
5.2. Demografia histórica.....	65
5.3. História social.....	67
5.4. As monografias regionais.....	71
5.5. As primeiras sínteses.....	72
6. OS ANOS SETENTA: BALANÇOS E ABERTURA DE NOVOS CAMPOS.....	73
6.1. A história das mentalidades.....	76
6.2. Uma nova história social.....	77
6.3. História das mulheres.....	79
6.4. A nova história política.....	80
6.5. História da cultura.....	81
7. AS INCERTEZAS NO CAMPO DA HISTÓRIA NA VIRAGEM DO SÉCULO XX.....	83
7.1. A história da historiografia.....	84

8. RUMOS DA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA ACTUAL.....	85
8.1. História Ecológica ou do Meio Ambiente.....	85
8.2. A História dos poderes, das múltiplas formas de domínio e de governação.....	86
8.3. A história das vivências religiosas e das religiões.....	87
8.4. A história da ciência.....	88
9. USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DA MEMÓRIA E DAS IDENTIDADES.....	89
9.1. História e Ideologia no Estado Novo.....	90
9.2. Comemorações e construção da memória histórica.....	91
9.3. A história contada às crianças.....	92
10. PENSAR HISTORICAMENTE: A CONSCIÊNCIA CRÍTICA DO TEMPO.....	95
EM JEITO DE CONCLUSÃO.....	99
MANIFESTO <i>HISTORIA A DEBATE</i>	103
BIBLIOGRAFIA.....	115
Epistemologia e problematização.....	115
Fontes, Metodologia e Teoria.....	117
Historiografia.....	120

Colecção Raiz do Tempo

Coord. científica de Margarida Sobral Neto

- Margarida Sobral Neto (1997), *Terra e Conflito. Região de Coimbra. 1700-1834*
- Anabela Ramos (1998), *Violência e Justiça em Terras do Montemuro. 1708-1820*
- Teresa Casquilho Ribeiro (1998), *O Município de Alter do Chão nos Finais do séc. XVIII. Rostos do Poder Concelhio*
- Laurinda Abreu (1999), *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade.*
- Amadeu Carvalho Homem (2001), *Da Monarquia À República*
- José Fernando Oliveira (2001), *Os Cantares Tradicionais de Lafões. Sua preservação enquanto património cultural*
- João Nunes de Oliveira (2002), *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências.*
- Dulce Helena Pires Borges (2003), *O Museu da Guarda entre o Passado e o Futuro. Espaços e Colecções*
- Acácio Pinto (2004), *Turismo em Espaço Rural - Motivações e Práticas. Holandeses em Ferreira de Aves - Sátão.*
- Paulo Oliveira (2005), *A Congregação Beneditina Portuguesa no percurso para a extinção (1800-1834)*
- Teresa Peralta (2006), *Montemuro: Um Despertar de Antanho*
- António Ribeiro (2006), *Um Buraco no Inferno. João Pinto, o lavrador heresiarca e a Inquisição*
- Susana Guimarães (2006), *A Quinta da Costa em Canelas - Vila Nova de Gaia (1766-1816). Família, Património, Casa.*
- Alcides Sarmiento (2007), *Crónica dos Ausentes. O Estado e a Sociedade numa Região do Interior*
- João Marinho dos Santos (2008), *Sarzedas - Vila Condal*
- Paulo Bruno Alves (2008), *A Folha - Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911)*
- Helder Henriques (2008), *O Professor do Ensino Liceal. Portalegre (1851-1963)*
- Maria Adelina Vieira (2008), *Arte Poética Dom, Descrença e Desafio*
- Horácio, Sá de Miranda e Sophia de Mello Breyner
- Raquel Vilaça (2009), *Através das Beiras – Pré-História e Proto-História*
- Adília Fernandes (2010), *O Lugar Feminino no Liceu de Sá de Miranda. Braga (1930-1947)*
- Fernando Vale (2010), *Viseu de Portugal e Viseu do Brasil*
- Maria do Rosário Castiço de Campos (2010), *A Lousã no Século XVIII: Redes de Sociabilidade e de Poder*
- Adília Fernandes (2010), *História da Primeira República em Torre de Moncorvo 1910-1926*
- Inês do Carmo Borges (2011), *O Solar de Santana Museu Municipal de Tondela e a Arquitectura Senhorial da Região*
- Jaime Ricardo Gouveia (2011), *O Sagrado e o Profano em Choque no Confessionário. O delito de solicitação no Tribunal da Inquisição. Portugal 1551-1700*
- João Corrêa-Cardoso (2011), *Sociolinguística Urbana de Contacto – O Português Falado e Escrito no Reino Unido*
- Maria Adelaide Neto Salvado (2011), *A Anunciação à Virgem Maria na religiosidade popular do Interior da Beira*
- Flávio Pinho (2011), *O Cancioneiro Musical de Penha Garcia*
- José Eduardo Firmino Ricardo (2012), *Campos Monteiro – Domus Mea est Orbis Meus*
- João Maria André (2012), *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*
- Inês do Carmo Borges; José Manuel Rodrigues Coimbra (2013), *O Cortejo de Oferendas da Santa Casa da Misericórdia de Tondela – 1952. Património Iconográfico*
- Miguel de Aragão Soares (2012), *O Espaço ibero-magrebino durante a presença árabe em Portugal e Espanha (Do Al-Garbe à expansão portuguesa em Marrocos)*
- Numo Resende (2012), *Vínculos quebrantáveis. O Morgadio de Boassas e suas relações. Séculos XVI-XVIII*
- Margarida Sobral Neto (2013), *Tocha – Uma História com Futuro*
- Salvador Dias Arnaut (2013), *Ladeia e Ladera – Subsídios para o Estudo do Feito de Ourique*
- Joaquim M. Palma (2013), *Nos Caminhos de um Reino Matriz – Viagem de um Português por Terras do Antigo Reino de Leão*
- Margarida Sobral Neto (2013) *Problemática do Saber Histórico – Guia de estudo*
- Cristóvão Mata (2014) *O Poder Local em Penela (1640-1834)*
- Maria Amélia Álvaro de Campos (2015), *Pela Margem do Mondego: Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca. Olhares da História*
- António de Oliveira (2015), *Capítulos de História de Portugal – 3 Volumes*
- Vários; Coordenação de Margarida Sobral Neto (2015), *Penela – Um percurso pelo tempo*
- Miguel de Aragão Soares (2016), *A villa romana de Vilamoura. Uma visita*
- António de Oliveira (2016), *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*
- Margarida Sobral Neto (2016), *Problemática do Saber Histórico – 2.ª edição*
- Carmelindo Rodrigues da Silva (2016), *Os Associados – Uma luta contra a intolerância*
- Inês do Carmo Borges, Anabela de Campos Salgueiro (Ana Campos) (2017), *Estrada da Luz. Obra poética e Iconográfica de Branca de Gonta Colaço*
- Luis Filipe Torgal (2017), *Fátima. A (des)construção do mito*
- Joaquim Romero Magalhães (2017), *Provocações por dever de ofício (1987-2014)*
- Vários; Coordenação de Feliciano de Mira (2017), *O Cante à Moda de Pias. Grupo Coral e Etnográfico “os Camponeses de Pias”*

Laurinda Abreu (2018), *Pina Manique – um Reformador no Portugal das Luzes* – eBook/PDF

Laurinda Abreu (2018), *O Poder e os Pobres – As Dinâmicas Políticas e Sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)* – eBook/PDF

Mário Matos e Lemos (2018), *1945 – Estado Novo e Oposição. O Movimento de Unidade Democrática e o Inquérito às suas listas*

Inês do Carmo Borges; José Manuel Rodrigues Coimbra (2018), *Essência & Memória – Uma Iconografia de Tondela: 1900-1985*

Paulo Archer de Carvalho (2018), *Sílvio Lima – Um Místico da Razão Crítica (Vol. I) – ; – Sílvio Lima – Da Incondicionalidade do ‘amor intellectualis’ (Vol. II) – Paulo Archer*

ISBN 978-989-703-158-8



9 789897 031588